

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos
Nº 518 | Ano XVIII | 26/3/2018

Violência *e suas múltiplas dimensões*

Felipe Dittrich Ferreira
Daniel Hirata
Sérgio Adorno
Rodrigo de Azevedo
David Léo Levisky
Bruno Paes Manso
Marcos Rolim
Marcos Sassatelli
Angelina Batista
Patrícia Krieger Grossi

Leia também

- Denise Gentil
- Leonardo Boff
- Ferdinando Sudati
- Heloisa Hollnagel
- Luiz Fernando Scheibe
- Fernando Del Corona
- Gabriel Pessin Adam



Violência e suas múltiplas dimensões

Abrutal execução da vereadora carioca Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, ocorrida na noite de 14 de março, expôs a violência contínua e sistêmica sob a epiderme da sociedade brasileira. Se de um lado o episódio provocou levantes em defesa dos direitos humanos em diversos quadrantes do país, de outro exibiu o teatro do horror de quem, na maioria dos casos por meio de notícias falsas, tentou justificar o duplo assassinato. Todo esse contexto ilustra a complexidade do xadrez da violência e suas múltiplas dimensões para além da caricatura policiaesca que divide mocinhos, frequentemente as forças militares, e bandidos, normalmente o crime organizado. Para debater o tema, a **IHU On-Line** reúne uma série de professores e pesquisadores que abordam a temática. Afinal, de que ordem são os signos da violência e como eles operam?

Ainda sobre o assassinato de Marielle, publicamos o artigo de **Felipe Dittrich Ferreira**, mestre em Antropologia Social pela Unicamp.

A violência, cada vez mais, é pesquisada no Brasil. No que tange às periferias, no entanto, falta um detalhe importante: ouvir. É nessa perspectiva que **Daniel Hirata** trabalha sua reflexão.

Para o cientista social **Sérgio Adorno**, não há respostas simples para explicar a gênese da violência no Brasil.

O pesquisador **Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo**, professor na PUCRS, aborda as implicações da vingança como desejo prioritário em relação à justiça.

Para **David Léo Levisky**, psicanalista e professor da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, é preciso superar uma visão rasteira sobre a questão da violência incapaz de perceber seus mecanismos que dizem respeito ao desenvolvimento humano.

Bruno Manso, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, observa as transformações das dinâmicas da violência entre os grupos criminosos e como o acesso ao armamento tornou-se o calcanhar de Aquiles da segurança.

Para **Marcos Rolim**, presidente do Instituto Cidade Segura e membro do Conselho Administrativo do Centro Internacional de Promoção dos Direitos Humanos (Unesco), nem a direita nem a esquerda produziram políticas eficientes de segurança.

Nem toda a violência é explícita e alguns processos são invisibilizados, como o da injustiça. “A desigualdade é uma situação de injustiça e

toda situação de injustiça é uma violência estrutural permanente”, pontua o frei dominicano **Marcos Sassatelli**.

Angelina Batista, professora aposentada do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, retoma a discussão a partir do raciocínio de que a violência é, também, um instinto humano.

Patrícia Krieger Grossi relaciona a violência de gênero com desigualdades.

Este número tem, ainda, entrevista com **Denise Gentil**, professora de Economia no Instituto de Economia da UFRJ, sobre a questão da reforma da Previdência neste ano de eleições.

Na semana da Páscoa, publicamos duas entrevistas que refletem, no contexto contemporâneo, o tema da Ressurreição de Cristo. Uma com o teólogo **Leonardo Boff** e outra com **Ferdinando Sudati**, teólogo italiano que comenta recente livro de Roger Lenaers, jesuíta belga na Áustria, intitulado *La nascita di Gesù tra miti e ipotesi* [O nascimento de Jesus, entre mitos e hipóteses].

Agora em março, em Brasília, foi realizado o 8º Fórum Mundial da Água. Para refletir sobre esse tema, foram entrevistados dois especialistas nessa área: **Heloisa Hollnagel**, professora da Unifesp, e **Luiz Fernando Scheibe**, professor emérito da UFSC

Ainda pode ser lida a crítica de cinema de **Fernando Del Corona** sobre o filme *Me chame pelo seu nome* (2017) e o artigo de **Gabriel Pessin Adam**, professor dos cursos de Relações Internacionais e Direito na Unisinos, sobre a política internacional de Donald Trump e os efeitos no Oriente Médio.

A todas e a todos uma boa leitura e uma Feliz Páscoa da Ressurreição!



Foto: See-Ming Lee/
Flickr CC

Sumário

- 4 ■ Temas em destaque
- 6 ■ Agenda
- 8 ■ **Denise Gentil:** De olho nas urnas, parlamentares param rolo compressor do mercado e freiam reforma da Previdência
- 12 ■ **Dossiê Água | Heloisa Hollnagel:** Gestão de recursos hídricos e os desafios para compreender o valor da água
- 16 ■ **Dossiê Água | Luiz Fernando Scheibe:** Água: de bem comum a produto mercantilizado
- 20 ■ **Tema de Capa | Felipe Dittrich Ferreira:** Por que foi morta Marielle Franco?
- 24 ■ **Tema de Capa | Daniel Hirata:** Ouvir as pessoas implicadas na vida das periferias é imprescindível
- 29 ■ **Tema de Capa | Sérgio Adorno:** Crise política e fragilidade das instituições agravam a violência
- 34 ■ **Tema de Capa | Rodrigo de Azevedo:** Afirmação dos direitos humanos deve se sobrepor ao clamor punitivista
- 41 ■ **Tema de Capa | David Levisky:** Quando a segurança pública é só caso de polícia, a violência juvenil explode
- 46 ■ **Tema de Capa | Bruno Manso:** A violência no Brasil e o risco da tirania dos homens armados
- 51 ■ **Tema de Capa | Marcos Rolim:** Na segurança, direita e esquerda insistem no que não funciona
- 55 ■ **Tema de Capa | Marcos Sassatelli:** A impossível superação da violência sem o combate às injustiças
- 58 ■ **Tema de Capa | Angelina Batista:** Instinto de agressão preserva a existência
- 60 ■ **Tema de Capa | Patrícia Krieger Grossi:** Desigualdade: um outro nome para a violência de gênero
- 64 ■ **Teologia Pública | Leonardo Boff:** Ressurreição é uma revolução na evolução
- 69 ■ **Teologia Pública | Ferdinando Sudati:** O túmulo vazio significa que Jesus é mais forte do que a morte
- 76 ■ **Cinema | Fernando Del Corona:** A doce e utópica paixão adolescente
- 79 ■ **Crítica Internacional | Gabriel Pessin Adam:** A inconsequência de Trump tem poucos limites
- 81 ■ **Publicações | Giuseppe Tosi:** O que resta da ditadura?
- 83 ■ **Outras edições**

IHU ON-LINE
Revista do Instituto Humanitas Unisinos

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (on-line)

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling
(inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado – MTB 15.598/RS
(ricardom@unisinos.br)

Jornalistas

João Vitor Santos – MTB 13.051/RS
(joaovs@unisinos.br)

Patricia Fachin – MTB 13.062/RS
(prfachin@unisinos.br)

Vitor Necchi – MTB 7.466/RS
(vnechi@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editoração

Gustavo Guedes Weber

Atualização diária do sítio

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia

Fachin, Cristina Guerini, Evlyn Zilch, Anielle Silva, Victor Thiesen, William Gonçalves, Stefany de Jesus Rocha, Wagner Fernandes de Azevedo e Eric Machado.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128
e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider
(jacintos@unisinos.br)

Entrevistas completas em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Confira algumas entrevistas publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU na última semana.

Discutir a função das terras públicas é fundamental para superar as desigualdades



“Existe uma tendência histórica no Brasil relacionada à desigualdade de terras e à concentração ou por omissão ou por pró-atividade, fomentada pelo Estado por meio de políticas públicas”

Gustavo Ferroni é graduado em Relações Internacionais e atualmente é assessor de Políticas e Incidência da Oxfam Brasil. Acesse a entrevista completa em <http://bit.ly/2pGzibz>.

Marielle e os pilares do poder e do capitalismo: patriarcado e o aparato do Estado penal racista



O assassinato da vereadora do PSOL Marielle Franco assinala a consolidação em um novo patamar da estrutura do crime organizado no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense.

José Cláudio Alves é doutor em Sociologia pela USP e leciona na UFRRJ. Alana Moraes é mestra em Sociologia e Antropologia pela UFRJ. É feminista e integrante do coletivo Urucum pesquisa-luta. Acesse a entrevista completa em <http://bit.ly/2ustn6P>

4

“Quem matou Marielle?”



Para entender quais são as causas envolvidas no assassinato da vereadora carioca do PSOL Marielle Franco e seu significado político, a IHU On-Line entrevistou três especialistas que residem no Rio e têm refletido sobre a violência e a situação política na cidade e no Estado.

Bruno Cava é graduado em Engenharia (ITA) e Direito (UERJ), mestre em Direito (UERJ). Marcelo Castañeda é doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRJ. Giuseppe Cocco é doutor em História Social pela Université de Paris I. Acesse a entrevista completa em <http://bit.ly/2G8iH2z>.

O cibernético e o humano no trabalho



“É o lado humano que precisa ser trabalhado. Temos que evoluir no trabalho em equipe, reconhecer e entender o outro, motivar pessoas, trabalhar com pessoas. O computador não consegue fazer nada disso. Essa é uma fronteira importante”.

Cesar Alexandre de Souza é doutor em Administração pela USP, onde leciona. Acesse a entrevista completa em <http://bit.ly/2GdhR0k>.

Novos conflitos no Pará: a disputa entre os Xikrin e a Vale no empreendimento Onça Puma



“Não tenho perspectiva de que as complexas realidades decorrentes da obra [construção da hidrelétrica de Belo Monte] deixem de ocupar a pauta do MPF pelas próximas décadas.”

Ubiratan Cazetta é graduado em Direito pela USP e mestre em Direitos Humanos pela UFPA. É procurador da República em Belém. Acesse a entrevista completa em <http://bit.ly/2GryLvz>.

**Textos na íntegra em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias**

Confira algumas notícias públicas recentemente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Violência de fazendeiros gaúchos contra Lula tem origem secular, afirma João Pedro Stédile

Para João Pedro Stédile, a origem dos homens que agredem a caravana de Lula no Rio Grande do Sul remonta ao século 18, quando receberam grandes extensões de terras pela matança de índios guaranis.

Reportagem de Luciano Velleda, publicada por Rede Brasil Atual - RBA, em 22-3-2018, disponível em <https://goo.gl/GGrYoD>.

Grandes projetos na Amazônia expõem a influência da China em violações socioambientais

Grandes obras de logística na Amazônia Legal mostram o peso da China na mudança da dinâmica econômica da região. A ferrovia Transoceânica, a Ferrovia Paraense e a Ferrogrão são alguns dos empreendimentos que, contando com financiamento chinês, mudam a paisagem da Amazônia, violam garantias fundamentais de povos indígenas e comunidades tradicionais, e ainda trazem impactos ambientais significativos.

Reportagem de Maurício Angelo, publicado por Inesc em 19-3-2018, disponível em <https://goo.gl/T5XPJf>.

Cem entidades denunciam Brasil na ONU por morte de Marielle

Mais de cem ONGs e entidades internacionais se uniram para denunciar o estado brasileiro na ONU e pediram investigações independentes sobre a morte da vereadora carioca Marielle Franco.

Reportagem de Jamil Chade, publicada por O Estado de S. Paulo em 20-3-2018, disponível em <https://goo.gl/nmz3Uf>.

'As derrotas da esquerda são filhas de suas divisões', diz Mujica em conversa com Lula

Foi um encontro de quatro ex-presidentes latino-americanos em uma praça que marca o encontro entre Brasil e Uruguai. Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Pepe Mujica e Rafael Correa conversaram sobre os desafios da esquerda e da América Latina no período posterior aos governos de orientação social que marcaram a primeira década do século XX.

Reportagem de Luís Eduardo Gomes, publicada por Sul21, em 19-3-2018, disponível em <https://goo.gl/jsCwBq>.

A morte de Marielle é um sinal ao qual devemos estar atentos

“Marielle, em resumo, encapsulava um futuro possível para o Brasil: mais mulheres na política, mais negros na universidade, mais visibilidade para a população LGBT, mais igualdade de oportunidades e acesso a direitos para todos, mais responsividade e respeito do Estado – serviços, polícia, judiciário, políticos – diante da população.”

Artigo de Rodrigo Nunes publicado por El País, em 19-3-2018, disponível em <https://goo.gl/DF99KP>.

As estratégias das marcas para infiltrar propaganda nas escolas brasileiras

A publicidade direcionada para o público infantil é considerada abusiva pelo Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) desde 2014. E o Ministério da Educação tem uma portaria proibindo qualquer tipo de propaganda em escolas públicas.

Reportagem de Leticia Mori, publicada por BBC Brasil em 20-3-2018, disponível em <https://goo.gl/uxsdr5>.

Programação completa em ihu.unisinos.br/eventos

Oficina Estatística básica

27/mar

Horário
14h às 17h

Ministrante
Prof. MS Renato Luiz Romera Carlson – Unisinos

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo

Trajetória da desigualdade econômica no Brasil contemporâneo e possibilidades de superação

2/abr

Horário
19h30min às 22h

Conferencista
Profa. Dra. Marta Arretche – USP

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo

Violência contra crianças, adolescentes e jovens

5/abr

Horário
17h30min às 19h

Conferencista
Prof. MS Afonso Armando Konzen – FMP

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo

6

Novos desenvolvimentismos no Brasil. Tendências e desafios para a economia brasileira

9/abr

Horário
19h30min às 22h

Conferencista
Prof. Dr. Ricardo de Medeiros Carneiro – Unicamp – SP

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo

Smart cities, cultura digital e renovação política. Contradições e possibilidades da revolução 4.0

10/abr

Horário
19h30min às 22h

Conferencista
Prof. Dr. Massimo Canevacci – USP

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo

Violências, resistências e enfrentamento no mundo urbano

12/abr

Horário
19h30min às 22h

Conferencista
Prof. Dr. David Léo Levisky – SBPdePA

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo

ObservaSinós

OBSERVATÓRIO DA REALIDADE E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO VALE DO RIO DOS SINOS



XVIII Simpósio Internacional IHU

A virada profética de Francisco. *Possibilidades e limites para o futuro da Igreja no mundo contemporâneo*

21 a 24 de maio de 2018 | Unisinos – Campus Porto Alegre

Conferencistas confirmados:

- Prof. Dr. Alex Villas Boas – PUCPR
 Prof. Dr. Andrea Grillo – Pontificio Ateneu Sant'Anselmo – Itália
 Dr. Austen Ivereigh – Catholic Voices – CV – Inglaterra
 Profa. Dra. Bárbara Pataro Bucker – PUC-Rio
 Dra. Carmem Lussi – CSEM – Brasília
 Profa. Dra. Carmen Oliveira – Fiocruz – RJ
 Prof. Dr. Cesar Kuzma – PUC-Rio
 Profa. Dra. Emilce Cuda – UCA – Argentina
 Prof. Dr. Fernando Altemeyer Junior – PUC-SP
 Dom Francisco de Assis da Silva – IEAB – SP
 Prof. Dr. Geraldo Luiz De Mori – FAJE – BH
 Prof. Dr. Hilário Henrique Dick – Unisinos
 Prof. Dr. Ivanir Rampon – Itepa Faculdades – RS
 Bel. Ivo Poletto – FMCJS – Brasília
 Prof. Dr. Jesus Hortal – PUC-Rio
 MS Jonas Jorge da Silva – CEPAT – Curitiba
 Prof. Dr. José Roque Junges – Unisinos
 Prof. Dr. Juan Carlos Scannone – Argentina
 Prof. Dr. Leomar Antônio Brustolin – PUCRS
 Prof. Dr. Luís Corrêa Lima – PUC-Rio
 Prof. Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo – FACAMP – SP
 MS Márcio Pimentel – FAJE – BH
 Profa. Dra. Mary Hunt – WATER – EUA
 Prof. Dr. Massimo Borghesi – Università di Perugia – Itália
 Prof. Dr. Massimo Faggioli – Villanova University – EUA
 Prof. Dr. Maurício Perondi – PUCRS
 Dr. Moisés Sbardelotto
 MS Patrícia Machado Vieira – PUCRS
 Prof. Dr. Paulo Suess – CIMI – Brasília
 Bel. Romi Márcia Bencke – IECLB – RS / CONIC – Brasília
 MS Rubens Nunes da Mota – ORCap – Goiânia
 Prof. Dr. Todd A. Salzman – Creighton University – EUA

De olho nas urnas, parlamentares param rolo compressor do mercado e freiam reforma da Previdência

Para Denise Gentil, a retirada da pauta do Congresso é uma vitória da sociedade. Porém, a discussão em torno do déficit previdenciário segue inebriada por muitos interesses

João Vitor Santos

8

A economista Denise Gentil endossa a tese de que a proposta do Governo Temer de reformar a Previdência Social está no bojo dos projetos neoliberais. O jogo é pesado e, segundo ela, o Planalto só não conseguiu aprovar a reforma porque senadores e deputados perceberam o quão impopular é a medida e, com medo de não se reelegerem em outubro, declinaram. “A pressão do lobby do mercado financeiro é um rolo compressor, mas o governo não achou espaço político para colocar a reforma em votação”, pontua. E, no desejo de não assumir a derrota e não abandonar a reforma, a intervenção no Rio de Janeiro surge como uma saída. “Sem conseguir criar nenhum fato político que lhe trouxesse dividendos eleitorais, para si e para o MDB [antigo PMDB], entrou com a agenda da segurança e decretou a intervenção no Rio de Janeiro”, sugere.

Na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Denise reconhece o recuo como uma “vitória dos movimentos de resistência da sociedade”. “O governo não esperava tanta mobilização, de todos os lados”, completa. Entretanto, adverte que, passado o pleito de outubro, tudo muda e parlamentares que não fecharam com o governo e que não

se reelegerem podem mudar de ideia. O desafio é, além de manter a mobilização, construir alternativas à reforma. “Não acredito, por outro lado, que a sociedade brasileira já tenha conseguido construir condições políticas suficientemente sólidas para propor alternativas para o futuro”, alerta. Mas também pondera: “a não ser que isso fique consolidado ao longo deste ano e no resultado das eleições de 2018, com a renovação do Congresso, dos governos estaduais e com a eleição de um presidente progressista. Se não estivermos suficientemente mobilizados e organizados para vencer as eleições, a reforma poderá ser aprovada logo depois do pleito de outubro”.

Denise Lobato Gentil é bacharel em Economia pelo Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará, realizou mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará - UFPA e doutorado em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, onde atualmente é professora. É autora de diversos artigos acadêmicos e organizadora do livro *Produto Potencial e Investimento* (Rio de Janeiro: Ipea, 2009).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como a senhora interpreta essa decisão do Governo Federal de suspender a tramitação da reforma da Previdência?

Denise Gentil – O governo Temer teve que ceder à resistência dos de-

putados que entendiam que aprovar a reforma da Previdência num ano eleitoral significaria enfrentar um risco nas urnas que poucos estavam interessados em correr. A pressão do lobby do mercado financeiro é um rolo compressor, mas o governo não

achou espaço político para colocar a reforma em votação. Sem conseguir criar nenhum fato político que lhe trouxesse dividendos eleitorais, para si e para o MDB [antigo PMDB], entrou com a agenda da segurança e decretou a intervenção no Rio de Ja-



“A pressão do lobby do mercado financeiro é um rolo compressor, mas o governo não achou espaço político para colocar a reforma em votação”

neiro. É difícil ser brasileiro.

IHU On-Line – Em que medida esse recuo do governo representa uma vitória para os críticos da proposta de reforma e até que ponto pode aumentar a possibilidade de se construir uma alternativa para o chamado “déficit previdenciário”?

Denise Gentil – Esse recuo foi, sim, uma vitória dos movimentos de resistência da sociedade. O governo não esperava tanta mobilização, de todos os lados, dos vários sindicatos, centrais de trabalhadores, servidores públicos, trabalhadores rurais, mulheres, juízes comprometidos com as causas populares, militares, imprensa alternativa e deputados e senadores com mandatos engajados na defesa dos problemas dos mais necessitados, a ponto de ser criada a CPI da Previdência no Senado. O governo encontrou resistência, sim, e razoavelmente organizada. Penso que também não esperava o surgimento de tantos estudos demonstrando a farsa do modelo atuarial da Previdência federal e o jogo de concessão de privilégios ao sistema financeiro que cerca essa iniciativa de reforma.

Não acredito, por outro lado, que a sociedade brasileira já tenha conseguido construir condições políticas suficientemente sólidas para propor alternativas para o futuro, a não ser que isso fique consolidado ao longo deste ano e no resultado das eleições de 2018, com a renovação do

Congresso, dos governos estaduais e com a eleição de um presidente progressista. Se não estivermos suficientemente mobilizados e organizados para vencer as eleições, a reforma poderá ser aprovada logo depois do pleito de outubro.

IHU On-Line – De que forma a senhora avalia os 15 projetos da área econômica anunciados pelo governo para “compensar” a suspensão da tramitação da reforma da Previdência?

Denise Gentil – Não entendo como “compensações” ao que o governo pretendia com a Previdência. Alguns dos temas que não têm relação com ajuste fiscal, como por exemplo, a autonomia do Banco Central, a atualização da lei geral das telecomunicações, o marco legal de licitações e contratos e o projeto de lei das agências reguladoras. O que preocupa agora são as mudanças nas regras da Previdência e Assistência Social por meio de alterações infraconstitucionais que o governo pode fazer por projeto de lei e medidas provisórias. A aprovação seria muito mais fácil. Um projeto de lei ordinária exige maioria simples.

O governo poderia mudar o cálculo dos benefícios, por exemplo, estabelecendo que a pensão por morte deixe de ser integral em qualquer caso e passe a ser de 50% mais 10% por dependente; poderia alterar o tempo de contribuição para aposentadoria por idade, que hoje, é de 15 anos, e estabelecer um tempo maior, por

exemplo, de 25 anos de contribuição mínima como pretendia no início das negociações no ano passado; e o governo também pode reduzir o alcance dos benefícios assistenciais como o Benefício da Prestação Continuada - BPC, fazendo a idade mínima de concessão se elevar de 65 para 70 anos. Essas possibilidades são preocupantes e a sociedade não pode se desmobilizar, porque são estratégias que significam um grande corte de despesas que viabilizariam o cumprimento do teto de gastos estabelecido para este ano.

IHU On-Line – Entre esses 15 projetos, está a proposta de “nova Lei das Finanças Públicas”. No que consiste essa proposta e em que medida endossa a tese de “rombo na Previdência”?

Denise Gentil – A nova lei das finanças públicas é mais uma daquelas peças que dão esteio ao “austericídio fiscal”. Não tem só o objetivo de atualizar a Lei 4.320, de 1964 e disciplinar tudo o que ainda não foi feito pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela vem para reforçar o que hoje é o principal objetivo das finanças públicas – produzir equilíbrio fiscal, cumprir metas fiscais para permitir o controle da dívida pública. Geralmente, isso significa redução de salários do funcionalismo público, corte de investimentos e de benefícios assistenciais.

A austeridade se apoia em argumentos falaciosos. A recente experiência internacional com políticas

de ajuste fiscal, principalmente na União Europeia, vem demonstrando resultados contraproducentes, não gerando crescimento e nem tampouco equilíbrio fiscal. O que, sim, é incontroverso é que o ajuste fiscal provocou a demolição no Estado brasileiro, a deterioração dos serviços públicos mais essenciais, como serviços de saúde, educação e segurança pública, a perda de direitos sociais e gerou uma mudança na correlação de forças claramente favorável à grande finança.

Desde a gestão Levy¹ na Fazenda, o arrocho fiscal no Brasil fracassou em retomar o dinamismo da economia e em estabilizar a dívida pública. Mas foi funcional para provocar desemprego, reduzir salários e elevar a pobreza. Acabou contribuindo para transformar uma desaceleração em uma depressão econômica. É o caso de se perguntar qual é a responsabilidade que existe num orçamento equilibrado se ele produz o desequilíbrio social e econômico? No entanto, a nova lei das finanças públicas vem aí para produzir a “austeridade permanente”.

IHU On-Line – Como constituir uma Lei de Finanças Públicas que assegure os direitos da população e rompa com a panaceia das privatizações?

Denise Gentil – Há alternativas muito interessantes. A nova Lei de Finanças Públicas poderia mudar a forma de calcular as metas fiscais, ajustando as metas ao ciclo econômico e, para isso, uma alternativa é a utilização de um “resultado fiscal estrutural”. Neste conceito estrutural de resultado fiscal busca-se retirar o elemento cíclico do cálculo da meta fiscal. Uma forma de aprimorar o regime fiscal pode ser através do uso de bandas fiscais de forma semelhante ao que se usa no regime de

metas de inflação. Isso flexibilizaria a política fiscal fazendo com que se torne anticíclica dentro dos limites da banda estabelecida.

A nova lei também poderia estabelecer que para cada patamar de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB exista uma banda fiscal específica e que, quanto menor o crescimento, menor seria o esforço fiscal exigido e vice-versa. É fundamental preservar os projetos de investimento público e, portanto, seria importante retirar do cálculo do resultado primário estrutural a totalidade dos investimentos públicos, porque trazem retornos sociais e econômicos e não deveriam ser paralisados.

Por fim, a nova Lei poderia estabelecer que o equilíbrio das contas públicas fosse prioritariamente viabilizado com medidas administrativas que elevassem a receita, como o fortalecimento da fiscalização para evitar a sonegação, estimular a cobrança da dívida ativa tributária e reversão criteriosa das desonerações.

“Se não estivermos suficientemente mobilizados e organizados para vencer as eleições, a reforma poderá ser aprovada logo depois do pleito de outubro”

IHU On-Line – Outra medida anunciada pelo governo como alternativa à reforma é a con-

cessão de autonomia ao Banco Central. O que está por trás dessa proposta?

Denise Gentil – O primeiro ponto da proposta do governo é conceder ao presidente do Banco Central um mandato fixo, protegido contra a demissão e não coincidente com o mandato do presidente da República. A autonomia pretende permitir à diretoria do Banco Central supostamente resistir às pressões políticas do executivo federal. Mas resistiria às pressões do mercado financeiro? Poderia ser, de fato, independente?

O segundo ponto do projeto é definir em lei que o Banco Central tem um único objetivo, o de perseguir a meta de inflação. Essa proposta elimina a possibilidade de o Banco Central perseguir tanto uma meta de inflação quanto uma meta de crescimento ou meta de emprego. No Brasil, já tem sido assim desde 1999 e esse é um dos motivos pelos quais as taxas de crescimento são baixas. Os objetivos da política monetária não podem ficar nas mãos de uma diretoria e do presidente do BC. Devem ser definidos pelo governo democraticamente eleito. As necessidades do povo devem estar acima da meta de inflação.

IHU On-Line – O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, declarou que a reforma da Previdência “vai voltar à pauta assim que for possível”. Mas isso ainda tem chance de ocorrer no Governo Temer? Ou seria uma sinalização de que essa será uma das propostas centrais do candidato desse governo à Presidência da República?

Denise Gentil – Sim, acho que as duas coisas. A reforma da Previdência tem chance de voltar logo depois de concluída a eleição deste ano. A equipe econômica parece entender que os parlamentares que hoje não votam com o governo podem mudar de ideia caso não sejam reeleitos. E, certamente, a reforma da Previdência será a proposta cen-

¹ **Joaquim Levy** (1961): engenheiro e economista brasileiro, foi ministro da Fazenda do Brasil no início do segundo mandato de Dilma Rousseff. É PhD em economia pela Universidade de Chicago (1992), mestre em economia pela Fundação Getúlio Vargas (1987) e graduado em engenharia naval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi secretário do Tesouro Nacional (2003-2006) e ministro da Fazenda (2015). (Nota da **IHU On-Line**)

tral da candidatura de Henrique Meirelles, primeiro, porque ele é o candidato do mercado financeiro; e, segundo, porque terá a oportunidade de repetir, exaustivamente, que o baixíssimo crescimento econômico de 2017 não foi sua culpa, mas decorreu da não aprovação das mudanças na Previdência.

IHU On-Line – Em que medida o debate eleitoral de 2018 poderá abrir a possibilidade

para uma discussão franca e honesta acerca da Previdência no Brasil?

Denise Gentil – Só os candidatos de esquerda podem fazer com que a discussão se torne franca e educativa para a população brasileira. É preciso que os candidatos comprometidos com os interesses populares denunciem a precariedade das previsões do modelo atuarial brasileiro que aponta um falso resultado deficitário para a Previdência sem nenhum

valor científico. É fundamental que denunciem os enormes privilégios tributários concedidos aos bancos, ao agronegócio e às empresas petrolíferas às custas da dilapidação das receitas da seguridade social para os próximos 25 anos. É da mais elevada importância que a população compreenda o domínio das instituições financeiras na definição das políticas públicas, sobre os recursos do orçamento público e a privatização da Previdência e dos serviços de educação e saúde. ■

Leia mais

- Entre a insustentável retórica do déficit e as verdadeiras razões da reforma previdenciária. Entrevista especial com Denise Gentil, publicada nas Notícias do Dia de 26-2-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2oB0T5O>.

Ciclo de Debates

Desigualdades

no Contexto Econômico Brasileiro

De 22/03 a 07/11 de 2018
Das 19h30min às 22h
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros
IHU Unisinos | Campus São Leopoldo

ihu.unisinos.br

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

UNISINOS

Gestão de recursos hídricos e os desafios para compreender o valor da água

Heloisa Hollnagel destaca que é preciso discutir o papel do Estado e da sociedade na preservação dos mananciais

João Vitor Santos

Entre os dias 18 e 23 de março deste ano, ocorreu em Brasília o 8º Fórum Mundial da Água. Foi a primeira vez que o encontro acontece abaixo da linha do Equador. A professora da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp Heloisa Hollnagel destaca essa como uma das oportunidades de promover o debate no Brasil como “uma forma de aplicar um dos mais importantes princípios da Lei das Águas: contar com a participação do Estado, dos usuários e das comunidades para discutir a gestão dos recursos hídricos”. Para ela, o maior desafio é compreender que a água é “um recurso limitado dotado de valor econômico”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Heloisa ainda destaca que, no caso brasileiro, é bem claro o custo para tratamento e distribuição da água. Inclusive, há legislação que prevê a cobrança, meio pelo qual se deve gerar recursos que sejam destinados para a recuperação das bacias hidrográficas, estimular o investimento em despoluição etc., demonstrando o real valor da água a toda sociedade. “Dessa forma, qualquer organização deveria prever em seu planejamento estratégico investimentos com essa premissa: uso racional da água, seja pelo aspecto normativo (que implica

em custo) como no princípio contábil da continuidade”, aponta. E acrescenta: “em 2014, a crise hídrica de São Paulo foi transformada em oportunidade (como acreditam os chineses) para repensar os processos de consumo do recurso hídrico por organizações e toda a sociedade”.

Heloisa Hollnagel é professora da Universidade Federal de São Paulo, responsável pela disciplina Contabilidade Social e Ambiental e Elaboração e Viabilização de Projetos Socioambientais para alunos da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da UNIFESP. Tem como linha de pesquisa a “Análise de Políticas Públicas”. Ex-conselheira do Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo, representando entidades ambientalistas. Atua também no terceiro setor a mais de uma década colaborando em projetos de recuperação de áreas degradadas e proteção de mananciais e mudanças climáticas, financiados por órgãos nacionais e internacionais. Atualmente coordena o Mestrado Profissional e Gestão de Políticas e Organizações Públicas (MP-GPOP) da UNIFESP e é Embaixadora da Água pela BPW (Business Professional Women).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Pela primeira vez, o Fórum Mundial das Águas¹ foi realizado no hemisfério sul. O que isso representou?

1 Saiba mais no site do evento. O endereço é worldwaterforum8.org (Nota da **IHU On-Line**)

Heloisa Hollnagel – Considerando a importância desse tema para todas as nações, é necessário que haja alternância nos locais desse evento, permitindo que países em economias emergentes, como os da América Latina, tenham sua participação facilitada pela menor dis-

tância. Minha expectativa é de um alcance ainda maior dos debates.

Considerando a importância da realização desse Fórum no Brasil para os brasileiros, parece ser uma forma de aplicar um dos mais importantes princípios da Lei das

“Fico preocupada com a possibilidade de serem feitas estações de tratamento de esgoto sem o devido licenciamento ambiental como tem sido veiculado na mídia recentemente”

Águas: contar com a participação do Estado, dos usuários e das comunidades para discutir a gestão dos recursos hídricos. Nada como um evento dessa magnitude para ampliar as discussões.

IHU On-Line – Quais os maiores desafios do Brasil no que diz respeito à preservação dos mananciais de água potável? Como superá-los?

Heloisa Hollnagel – Apesar da abundância descrita como sendo um dos maiores “ativos” da nossa nação, a desigual distribuição e a escassez dos recursos hídricos ficam cada vez mais evidentes considerando a contaminação/poluição e interrupções no abastecimento de água em alguns municípios. Tudo isso gera grandes prejuízos sociais, ambientais e econômicos principalmente para as comunidades mais vulneráveis. Mesmo entendendo as dificuldades e desafios que surgem nas etapas de análise de Projetos de Licenciamento Ambiental para muitos empreendimentos, a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) é uma garantia de proteção ambiental e social e necessário para pensar em Desenvolvimento Sustentável. Fico preocupada com a possibilidade de serem feitas estações de tratamento de esgoto sem o devido licenciamento ambiental como tem sido veiculado na mídia recentemente.

Para que a quantidade e a qualidade da água sejam adequadas para a demanda atual e futura, são necessárias ações coordenadas entre os

três setores da economia (Estado, o setor privado e sociedade civil), visando atender ao previsto na Lei nº 9.433/97 – Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH; na Lei nº 11.445/2007 – Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico - LDNSB, na Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS e na Lei nº 9795/1999 – Política Nacional de Educação Ambiental. Portanto, o maior desafio, além de implementar o que já está previsto, é definir de que maneira o Estado pode intervir ou estimular a redução do consumo de água do setor industrial e agropecuário, os maiores consumidores do recurso hídrico.

Além da cobrança pela outorga da água que já é realidade em muitos estados para grandes consumidores, gerando recursos para financiar os projetos de recuperação de mananciais (Fundos Estaduais de Recursos Hídricos – Fehidro, que dão apoio financeiro à execução da Política Estadual de Recursos Hídricos), está em discussão o Projeto de Lei da Câmara nº 315/2019, que trata da parcela pertencente aos estados e municípios do produto da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH. Não podemos esquecer também o papel da academia (principalmente as universidades) e das tecnologias resultantes de pesquisas públicas ou privadas na busca por maior eficiência no uso da água. A inovação na indústria química, por exemplo, tem permitido o uso circular da água em muitos processos. Na agricultura, por exemplo, já são utilizados mecanismos de irrigação “inteligentes” e construções susten-

táveis que permitem o uso de água cinza para seu funcionamento, diminuindo de forma significativa o consumo de água potável.

IHU On-Line – Como avalia a chamada Lei das Águas no Brasil? Em que pé está a aplicação?

Heloisa Hollnagel – A década de 1990 foi marcada por uma política de descentralização, aumentando a participação dos municípios na gestão, refletida também na chamada “Lei das Águas – Lei nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH. Por exemplo, águas superficiais de um rio que cortam um estado são de responsabilidade dos municípios por onde ele passa. Importante destacar que esse é um grande desafio para qualquer prefeito ou gestor municipal, pois os principais problemas da urbanização e ocupação de novas áreas urbanas é garantir o atendimento da demanda por água, a ampliação do saneamento básico e o controle da contaminação dos corpos hídricos por resíduos domésticos e industriais. Uma das questões que também merece atenção, considerando a Gestão de Recursos Hídricos, é o fato de a extensão das águas subterrâneas não coincidir com a delimitação das águas superficiais, tornando necessário articulação entre diferentes níveis da administração pública.

Um dos princípios da Lei das Águas que eu mais discuto com os meus alunos na disciplina de Contabilidade Social e Ambiental é que a água é um “recurso limitado dotado de valor econômico”. Dessa forma, essa

Lei prevê a cobrança pelo uso da água com os objetivos de obter verba para a recuperação das bacias hidrográficas brasileiras, estimular o investimento em despoluição, dar ao usuário uma sugestão do real valor da água e incentivar a utilização de tecnologias limpas e poupadoras de recursos hídricos. Dessa forma, qualquer organização deveria prever, em seu planejamento estratégico, investimentos com esta premissa: uso racional da água, seja pelo aspecto normativo (que implica em custo), como no princípio contábil da Continuidade. Em 2014, a crise hídrica de São Paulo foi transformada em oportunidade (como acreditam os chineses) para repensar os processos de consumo do recurso hídrico por organizações e toda a sociedade. Temos uma matriz energética considerada “Limpa e Sustentável”, baseada em hidrelétricas, portanto cuidar do recurso hídrico é importante também nesse aspecto.

14

IHU On-Line – Qual a inserção do Brasil no Conselho Mundial das Águas?

Heloisa Hollnagel – A Agência Nacional de Águas - ANA tem atuado organizando o Fórum Nacional de Órgãos Gestores das Águas - FNOGA, cujos representantes estarão participando do Fórum. Pelo que tenho acompanhado, cada vez mais representantes brasileiros fazem parte do Conselho Mundial das Águas, o que mostra a nossa maturidade nesse tema.

IHU On-Line – No Brasil, segundo dados do Instituto Trata Brasil, a cada 100 litros de água coletados e tratados, apenas 63 são de fato consumidos. Ou seja, 37% são perdidos. Como

reduzir esse desperdício?

Heloisa Hollnagel – Entendo que todos nos sentimos impotentes com esse fato, é absurdo esse desperdício de água tratada. Porém, esse problema foi identificado como sendo de difícil solução pelas concessionárias, pois a maior parte das perdas está em zona urbana e o custo de reparo parece ser inviável a curto prazo.

IHU On-Line – Apenas 51,92% da população brasileira tem acesso a rede de esgotos. Não obstante, desses, apenas 44,92% têm o esgoto tratado. Por que a coleta e tratamento de esgotos no país ainda é um grande desafio?

Heloisa Hollnagel – O saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei nº 11.445/2007. Mesmo assim os dados e fatos comprovam que o Brasil ainda tem um longo caminho para ter uma saúde pública adequada, com maior carência nas áreas periféricas dos centros urbanos e nas zonas rurais, onde se concentra a população mais vulnerável. Acredito que isso se deve à fragmentação das políticas públicas e à carência de instrumentos de regulação efetivos. Por exemplo, sistemas e infraestrutura muitas vezes são compartilhados por vários municípios, implicando em discussões sobre a titularidade.

Estudos mostram que para os sistemas de esgotos, geralmente, as soluções simplificadas são as mais viáveis técnica e economicamente. Entretanto, é importante refletir sobre a diferença entre “tecnologias de baixo custo” e “atendimento de baixo padrão” (considerando que esse problema ocorre em locais onde vivem populações de baixa renda e áreas de

alta densidade urbana), garantindo o tripé da sustentabilidade.

IHU On-Line – Quais os maiores desafios para conscientização de que a água é bem universal e que deve ser de acesso a todos? Qual o papel do Estado e da sociedade civil nesse desafio da universalização da água potável?

Heloisa Hollnagel – O papel do Estado é fazer valer a legislação e viabilizar a operacionalização das Políticas Públicas, promovendo campanhas de educação ambiental e sensibilização de forma articulada com outros atores sociais. O da população é exercer o controle social.

IHU On-Line – Dentro da lógica desenvolvimentista, empregada há anos no Brasil, a água é um dos bens públicos que mais serve a produção industrial. Como avalia o uso de água e tratamentos de resíduos de processos industriais hoje no país? O quanto se avançou e o quanto se precisa avançar sobre uso e reaproveitamento de água nesse mundo industrial?

Heloisa Hollnagel – Destaco nesse cenário o Relatório do Uso da Água no Setor Industrial Brasileiro – Matriz de Coeficiente Técnico publicado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI que mostra que, no caso da indústria do aço, a recirculação da água tem índices superiores a 96%. O dado confirma que por meio de tecnologia a pressão sobre corpos d’água na captação ou lançamento de efluentes está cada vez menor no processo de geração de riqueza e desenvolvimento econômico. ■





Água: de bem comum a produto mercantilizado

Luiz Fernando Scheibe denuncia o avanço do projeto de privatização de reservas hídricas no país, entre elas o Aquífero Guarani

João Vitor Santos

Quem visita Roma não poupa elogios às fontes de água cristalina, onde bastar unir as mãos em concha e beber o quanto quiser gratuitamente. No Brasil, ainda há cachoeiras e riachos límpidos onde se pode fazer o mesmo. Agora, imagine se a liberação desse líquido fosse associada a uma máquina de moedas. A cena choca, mas é caricatura que serve para chamar atenção para a realidade em muitos lugares no mundo. Em terras brasileiras, as reservas hídricas estão ameaçadas não só pelo desperdício e pela poluição, mas por interesses privados. “Não só no caso da água engarrafada, mas em inúmeros outros aspectos já vivemos um estado de privatização da água. Quando, numa cidade como São Paulo, um condomínio ou uma indústria perfura um poço profundo para retirar para seu uso privado do subsolo uma água que faz parte de uma reserva que é pública”, destaca o professor Luiz Fernando Scheibe, que ainda lembra que, nesses casos, só mata a sede quem pode pagar.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Scheibe denuncia que a situação pode piorar. “As reuniões do presidente [Michel] Temer com os dirigentes de empresas diretamente interessadas no bilionário negó-

cio das águas engarrafadas colocaram na agenda até da grande imprensa a possibilidade de uma privatização das grandes fontes de água do Brasil, e em especial do próprio Aquífero Guarani”, pontua. Isso, segundo ele, pode ser feito através da imposição de mudanças na lei que regulamenta exploração de reservas hídricas. Por isso, o professor destaca a importância de discutir o tema, mas de forma independente. “A estrutura, a organização e os patrocinadores do 8º Fórum Mundial da Água, assim como dos precedentes, estão totalmente dominados pelos maiores interessados na transformação total da água em *commodity*”, dispara.

Luiz Fernando Scheibe é geólogo, professor emérito do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e voluntário junto aos programas de Pós-Graduação em Geografia e Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Em Santa Catarina, ainda coordena a Rede Guarani/Serra Geral, projeto que congrega cientistas, pesquisadores, educadores ambientais, universidades, fundações, agências governamentais nacionais e entidades internacionais, pela defesa das águas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A privatização da água está na agenda política nacional? No que consiste e quais os riscos dessa privatização?

Luiz Fernando Scheibe – As reuniões do presidente [Michel] Temer com os dirigentes de empresas diretamente interessadas no bilio-

nário negócio das águas engarrafadas – como Nestlé e Coca-Cola¹, que já detêm uma fração majoritária do

¹ Na seção Notícias do Dia, em seu sítio, o IHU vem acompanhando esse tema através da publicação de diversos textos, entre eles *Privatização da água ameaça meio ambiente e saúde humana*, disponível em <http://bit.ly/2l5mTNQ>, leia mais em ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias. (Nota da **IHU On-Line**)

comércio dessas águas no Brasil e no mundo – colocaram na agenda até da grande imprensa a possibilidade de uma privatização das grandes fontes de água do Brasil, e em especial do próprio Aquífero Guarani².

² **Aquífero Guarani**: uma das mais importantes reservas hídricas do planeta, sua manutenção está relacionada à



“A apropriação da água para atender a interesses privados e em detrimento de seu uso comum, pela maioria da população, já acontece no nosso país”

A legislação mineral atual outorga aos interessados a possibilidade de lavrar fontes de águas minerais, dentro de normas e de áreas definidas nunca maiores do que 50 hectares (equivalente a 0,5 km²) para cada concessão. Tendo em vista que o Aquífero Guarani ocupa na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai uma área da ordem de 1,1 milhão de km², dos quais cerca de 70% só no Brasil, certamente não é a este tipo de privatização, a concessão legal e exclusiva do direito de lavra conforme a legislação atual a duas ou mais empresas de toda a área do Aquífero Guarani, que devemos temer.

O que se tem visto neste sentido é outro tipo de apropriação, ou seja, a compra das principais autorizações já existentes, com utilização de todo o aparato publicitário/comercial dessas empresas para o aumento desmesurado da produção, comprometendo até, como no caso da conhecida e apreciada fonte da água São Lourenço em Minas Gerais, os demais usos turísticos e medicinais dessas fontes pelo município. O rótulo e apresentação do produto são os mesmos, e é preciso ler com muita atenção para perceber, em letras miúdas, a inscrição www.nestle.com, assim como em inúmeros outros casos de águas engarrafadas em nosso país.

A apropriação da água para atender a interesses privados e em detrimen-

to de seu uso comum, pela maioria da população, no entanto, já acontece no nosso país. E isso ocorre seja por grandes empresas engarrafadoras de água, indústrias de cerveja e refrigerantes, outras indústrias, ou pela mineração e especialmente para fins agrícolas, com ou sem o uso de irrigação.

Alterações para os “mercados de água”

Visando aumentar ainda mais as possibilidades de privatização da água no Brasil, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) – também chamado de “o dono da Coca-Cola” no Brasil – apresentou em interesse próprio uma proposta para alterar a Política Nacional de Recursos Hídricos de modo que seja possível criar os “mercados de água”. O projeto de lei (PLS) 495/2017 está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ aguardando emendas e designação de relator. Segundo o site do Senado Federal, que promove atualmente uma consulta pública sobre a proposição, “os mercados de água são um instrumento de gestão de crises hídricas e funcionam mediante a cessão dos direitos de uso de recursos entre usuários da mesma bacia ou sub-bacia hidrográfica, por tempo determinado.” Ou seja, reconhece-se explicitamente a possibilidade de comercializar os direitos de outorga da água, especialmente em “situações de escassez hídrica”.

Segundo o senador, a ideia se inspira em experiências internacionais de sucesso com mercados de água, observadas nos Estados Unidos,

Austrália, Chile e Espanha, países que também possuem forte vocação agropecuária – e altíssimo domínio das políticas neoliberais. É preciso nos manifestarmos com veemência contra esse projeto.

IHU On-Line – A construção de redes e estações de tratamento de esgoto são questões nevrálgicas em muitas cidades brasileiras. Em algumas, a tarefa é concedida à iniciativa privada através de parcerias com o poder público. Como o senhor avalia essas parcerias?

Luiz Fernando Scheibe – Ocorre também uma privatização quando se concede a empresas privadas, mesmo que através de parcerias público-privadas, os serviços municipais de abastecimento e esgotos. Aquilo que deveria ser um serviço público, controlado pelo poder público e, portanto, voltado para o bem-estar de toda a população, passa a ser uma mercadoria cuja comercialização deve, em primeiro lugar, atender aos interesses dos anônimos (ou nem sempre) acionistas ou proprietários dessas empresas.

Apontada como uma forma de amealhar recursos muitas vezes escassos para viabilizar obras de saneamento, esta estratégia tem sido denunciada por significar aumento desmesurado de tarifas, exclusão das parcelas mais pobres ou situadas fora do centro urbano e descumprimento das promessas de investimento, especialmente quanto aos sistemas de esgotos. Há, até mesmo,

capacidade de recarga, que ocorre em território brasileiro, no estado do Mato Grosso do Sul. Sobre o aquífero guarani, confira a entrevista especial realizada pelo site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, *Águas do Aquífero Guarani: um recurso nobre, com Ricardo Hirata*, em 2-8-2006, disponível em <http://bit.ly/1uZOXWL>. (Nota da **IHU On-Line**)

sucateamento dos próprios sistemas de abastecimento de águas.

IHU On-Line – No que a experiência da guerra da água na Bolívia, a guerra de Cochabamba³, pode inspirar a resistência no caso brasileiro?

Luiz Fernando Scheibe – Embora o exemplo mais conhecido e divulgado, até através de documentários e filmes de ficção, seja o da “Guerra da Água de Cochabamba”, na Bolívia, a reversão contenciosa de concessões já aconteceu em Paris, Buenos Aires e inúmeras outras cidades. É um fenômeno que tem sido descrito como de remunicipalização dos serviços.

“Esses projetos de privatização não se limitam às concessões municipais”

IHU On-Line – Em que medida o projeto de privatização de água no Brasil se associa com outros na mesma linha?

Luiz Fernando Scheibe – Esses projetos de privatização não se limitam às concessões municipais, mas fazem parte de toda uma inexplicável(?) estratégia do governo golpista que assumiu em 2016, já instrumentalizado com o programa neoliberal derrotado nas urnas em 2013, de entregar ao capital internacional o controle total de todos os recursos da nação. Isso envolve não apenas a água, mas a energia hidrelétrica, com a venda da Eletrobras e de centrais hidrelétricas em pleno funcionamento e já quitadas. E, ainda, empresas de alta tecnologia e plena-

mente rentáveis, como a Embraer e, no caso do petróleo, a alienação a preço vil não só de nossos melhores campos do fabuloso pré-sal – o campo de Carcará, por exemplo, foi vendido por um trigésimo de seu valor para a empresa estatal norueguesa Statoil, que mantém com seus lucros o “Oil Fund”, o fundo de previdência que já conta com recursos para atender pelos próximos cem anos a todos os cidadãos na Noruega – e ainda por cima, o maior gasoduto do país, responsável pelo abastecimento do Rio de Janeiro e de São Paulo, alienado para o fundo rentista canadense Brookfield⁴: doravante, para transportar cada metro cúbico do gás de nossos poços para nossas indústrias e consumidores domésticos, através de um gasoduto que foi implantado com recursos da Petrobras, pagaremos “pedágio” para um fundo rentista estrangeiro – que por sinal já foi constituído para lucrar com o financiamento de serviços públicos no Brasil.

Mas acredito que este não seja o principal problema: é simplesmente que eles poderão a qualquer momento “fechar as torneiras” do gasoduto, ou, mais provavelmente, visando uma melhor remuneração de seus acionistas, investir cada vez menos nos serviços de manutenção e prevenção de riscos – vide o que aparentemente aconteceu no caso de Mariana, em Minas Gerais. Isso tudo até o momento em que o gasoduto se torne inoperante ou tenha que ser abandonado. Bem, isso talvez não seja um problema insolúvel: o *Brookfield Asset Management* provavelmente financiará a construção de um gasoduto mais moderno...

IHU On-Line – Quais os riscos de se transformar a água

⁴ Segundo o próprio site da companhia, a empresa Brookfield Asset Management foi fundada em 1899 para financiar bondes e energia elétrica no Brasil. Hoje, essa firma com base em Toronto tornou-se uma “global player” em investimentos alternativos, gerenciando cerca de 250 bilhões de dólares em imóveis, infraestrutura, projetos de energia renovável e “private equity”. Faz lembrar a origem de nosso gentílico: não é “brasilel”, ou “brasileense”, mas “brasileiro” (como garimpeiro, madeireiro, fazendeiro...): os portugueses que vinham para esta terra para enriquecer comerciando com o pau Brasil. Ou seja, já temos traçado no nome o destino de sermos explorados. (Nota do entrevistado)

em commodity? De certa forma, já não vivemos um certo estado de privatização da água, onde água engarrafada faz parte do cotidiano?

Luiz Fernando Scheibe – Não só no caso da água engarrafada, mas em inúmeros outros aspectos já vivemos um estado de privatização da água. Quando, numa cidade como São Paulo (ou Chapecó, entre outras), um condomínio ou uma indústria perfura um poço profundo para retirar para seu uso privado do subsolo uma água que faz parte de uma reserva que é pública. Ou, ainda, como no recente caso da “Guerra pela água em Correntina”⁵, Bahia, em que mais de 500 habitantes da cidade invadiram e destruíram os equipamentos de irrigação de uma fazenda, que estaria, com seus 32 pivôs centrais de irrigação rebaixando o nível da água do rio que servia a todos os demais habitantes do município. O apoio popular a esta iniciativa foi manifestado por uma passeata com a participação de oito a doze mil pessoas, uma semana depois da ação – sendo que a cidade tem um total de 33 mil habitantes.

IHU On-Line – Como abrir linhas de resistência para impedir que a água, essencialmente no caso brasileiro, deixe de ser um bem público e universal?

Luiz Fernando Scheibe – Embora o assédio a esse recurso essencial à vida seja uma questão planetária, que tem relação com um estilo de vida integralmente voltado ao aumento do consumo em todas as suas formas, no caso brasileiro, essa questão se amplifica no momento em que vivemos um verdadeiro período de exceção da democracia, com um governo que assumiu ilegalmente o poder e que está firmemente determinado, com o apoio do Congresso e a conivência do Poder Judiciário, a deter toda a evolução

⁵ Na seção Notícias do Dia, em seu sítio, o IHU publicou diversos textos sobre esse tema. Entre eles, *O que levou 10 mil pessoas às ruas de Correntina (BA)?*, disponível em <http://bit.ly/2Fpe8zy>. Leia mais em ihu.unisinos.br/mais-noticias/noticias. (Nota da IHU On-Line)

positiva das conquistas populares dos últimos quinze anos. Muitas das garantias constitucionais foram modificadas desde o golpe de 2016, e mesmo o sistema de outorga de lavra que restringe a área concedida a cada empresa para a lavra da água mineral, por exemplo, pode aparentemente ser modificado a qualquer momento, para atender os interesses do grande capital – ou da Nestlé, ou da Coca-Cola, ou simplesmente da “Casa Grande”, no dizer de Mino Carta, da revista Carta Capital⁶.

Assim, não podemos pensar sequer que estamos garantidos contra uma eventual privatização de recursos como aqueles representados, até miticamente, pelo Aquífero Guarani. A resistência para impedir que a água, essencialmente no caso brasileiro, deixe de ser um bem público e universal passa, portanto,

⁶ Mino Carta concedeu entrevista à **IHU On-Line** em 2016, quando retoma essa perspectiva. Acesse a entrevista em <http://bit.ly/2H5HFeP>. (Nota da **IHU On-Line**)

não só por ações de conscientização sobre a importância deste postulado, mas também por uma crítica à crise societária que deriva da nossa sociedade de consumo, e por uma concertação nacional que devolva o poder a quem de direito, ou seja, a maioria do povo brasileiro.

IHU On-Line – Como esse debate sobre privatização da água deveria aparecer no 8º Fórum Mundial da Água?

Luiz Fernando Scheibe – A estrutura, a organização e os patrocinadores do 8º Fórum Mundial da Água, assim como dos precedentes, estão totalmente dominados pelos maiores interessados na transformação total da água em *commodity*, que possa colocá-la inteiramente na mão das famosas mãos do “mercado”, ao lado de outras atividades essenciais, como a energia e a própria educação pública. Por isso mesmo,

foi organizado o Fórum Alternativo Mundial da Água⁷, uma “iniciativa que questiona a legitimidade do Fórum Mundial da Água como espaço político para promoção da discussão sobre os problemas relacionados ao tema em escala global, envolvendo governos e sociedade civil”.

Segundo os organizadores do Fórum Alternativo, é necessário dizer “não ao Fórum Mundial da Água, apontando a falta de independência, representatividade e legitimidade do conselho organizador, por estar comprometido com empresas que têm como objetivo a mercantilização da água. Isso significa um conflito intransponível entre interesses econômicos e o direito fundamental e inalienável à água, bem comum da humanidade e de todos os seres vivos”. ■

⁷ Saiba mais sobre o evento através do site fama2018.org/. (Nota da **IHU On-Line**)



Por que foi morta Marielle Franco?

Felipe Dittrich Ferreira

“O assassinato de Marielle não caiu sobre o Brasil como um raio num dia de céu azul. O céu estava carregado e trovejante no dia em que Marielle morreu. E agora está ainda mais sombrio.” escreve Felipe Dittrich Ferreira, mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Felipe Dittrich Ferreira é mestre em Antropologia Social pela Unicamp e mestre em Migrações Forçadas pela Universidade de Oxford, na Inglaterra. É, ainda, pesquisador associado ao Centro de Estudos de Migrações Internacionais da Unicamp e funcionário do Museu Histórico e Diplomático do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro. O artigo foi publicado em ‘Notícias do Dia’, 25-03-2018, na página eletrônica do IHU, disponível em <http://bit.ly/2pHSjBi>.

Eis o artigo.

Quem matou Marielle Franco? Essa questão deve ser respondida pela polícia. Por que foi morta Marielle Franco é uma questão mais complexa, a ser respondida pela sociedade brasileira. Jandira Feghali, deputada federal do PCdoB, bem resumiu o ponto de vista da esquerda: “Marielle morreu porque sintetizava as três opressões que [caracterizam o] país: a opressão de gênero, a opressão de classe e a opressão racial.” André Singer interpretou a tragédia em termos semelhantes, acrescentando um dado fundamental: “uma cidadã que escolheu o caminho institucional democrático, e nele foi bem-sucedida, terminou sumariamente eliminada pela ação violenta dos que são, na prática, contra a democracia.”

Marielle, portanto, foi vítima de um crime, para fazer uso da linguagem policial, tripla ou quadruplicamente qualificado. Estamos diante, em primeiro lugar, de um “feminicídio”. Marielle, ao ingressar na política, ousou ocupar um espaço caracteristicamente masculino. É notável que não tenha ocultado sua feminilidade ao chegar ao poder. Continuou a ser uma figura luminosa e alegre, contestadora e ao mesmo tempo suave. Seria exagero dizer que havia nela algo de maternal? Seja como for, ela contrastava de modo evidente com as figuras opacas que adornam nossas tristes galerias históricas e que ainda ocupam gabinetes de norte a sul, como fantasmas que se recusam a ir embora. Tornou-se, portanto, uma figura incômoda. Ao refletir sobre o conformismo Ortega y Gasset certa vez notou: “quem não é como todo mundo, quem não pensa como todo mundo, corre o risco de ser eliminado”. Marielle foi vítima dessa mentalidade.

Marielle violou outra fronteira: negra, nascida e criada na favela, não se resignou a um papel subalterno. Conciliando trabalho, estudo e maternidade, graduou-se em ciências sociais e especializou-se em administração pública. Ao mesmo tempo, engajou-se na luta política, como defensora dos direitos humanos. Preparava-se, de maneira clara e consistente, para transformar o Brasil. Na sua primeira candidatura, em 2016, obteve 46 mil votos, sem o apoio de frigoríficos,



bancos ou empreiteiras. Seu breve mandato foi exercido com dignidade e valentia.

Para se compreender a importância das conquistas de Marielle, assim como as razões de seu assassinato, é preciso recuar um pouco no tempo. Em 1839, Carlos Augusto Taunay, filho do ilustre pintor, escreveu um livro denominado “Manual do Agricultor Brasileiro”. Essa obra, reeditada em 2001 por iniciativa de Rafael de Bivar Marquese, revela traços fundamentais da mentalidade das elites brasileiras. É constrangedor citar os trechos a seguir. É necessário, no entanto, lançar luz sobre os antecedentes da violência que atingiu Marielle e que atinge, cotidianamente, jovens negros Brasil afora.

Segundo Taunay, “a inferioridade física e intelectual da raça negra (...) a reduz naturalmente, uma vez que tenha contatos e relações com outras raças (...) ao lugar ínfimo, e [aos] ofícios elementares da sociedade”. Inaptos para o trabalho, os negros precisariam ser submetidos a severa vigilância, “com o castigo sempre à vista”. Apenas o medo seria capaz de “obrigar os escravos a cumprirem com o dever que a sua condição lhes impõe”. Taunay recomenda, nesse contexto, que punições sejam executadas sempre “à vista de toda a escravatura, com a maior solenidade, servindo assim o castigo de um para ensinar e intimidar os demais”.

O autor dá-se ao trabalho de explicar que os negros, no Império do Brasil, não eram propriamente escravos, mas sim “proletários, cujo trabalho vitalício se acha pago, em parte pela quantia que se deu na ocasião da compra, em parte pelo fornecimento das precisões dos escravos e [em parte pela] sua educação religiosa”. Raciocínio similar explicaria a escravidão dos filhos da mulher negra: “o filho segue a mãe, filius ventris sequitur; esta máxima do direito baseia-se na [necessidade] que o [nascido] tem para viver do leite da mãe, e [portanto] do pão do senhor desta. A lei considera que o senhor não trataria da cria e não faria desembolsos durante a longa duração da infância, se não tivesse em perspectiva o trabalho do resto da vida. O voto da lei legitima a este respeito o jus do senhorio”.

Durante séculos, assim foram tratados os negros no Brasil. Vieram à América sequestrados. Levados às fazendas, foram consumidos como lenha. Quando o regime escravista enfraqueceu-se houve quem propusesse deportações em massa, já que os negros não seriam propriamente brasileiros. Libertos mas não integrados, os negros acabaram, no interior da própria terra, exilados. Essa dubiedade é hoje encarnada pela favela, situada ao mesmo tempo dentro e fora da cidade. Contra isso, ou seja, contra os resquícios do escravismo, insurgiu-se Marielle. Ela militava pela integração das favelas ao estado de direito, como passo inicial, indispensável, para medidas mais de maior envergadura, relativas à superação de desigualdades sócio-raciais.

A execução de Marielle pode ser compreendida, desse modo, como um atentado à retomada do projeto abolicionista. O abolicionismo, cabe recordar, desmantelou-se após a assinatura da lei áurea, em 1888. A possibilidade de que os negros fossem indenizados pelo período passado no cativeiro não chegou a ser considerada. Debateu-se, ao contrário, a possibilidade de que os senhores fossem indenizados; alegava-se “quebra de contrato”. Os libertos, em resumo, foram deixados à própria sorte. Sucedeu-se à violência o descaso. Os negros saíram da escravidão para entrar na miséria. Marielle, como fosse sucessora de Joaquim Nabuco, trabalhava para dar à abolição sentido concreto. Integrar os “favelados” à cidadania, isto é, ao universo dos direitos civis, sociais e políticos, foi a sua missão.

Estamos diante de um crime racial, portanto, tanto no sentido estrito do termo, quanto no sentido amplo: Marielle foi morta por ter ousado romper os limites impostos pela tradição brasileira a uma mulher negra; foi morta, ademais, por defender, na contramão do segregacionismo, a plena integração dos descendentes de escravos à sociedade nacional.

É preciso enfatizar, ainda, outro aspecto da trajetória de Marielle. O liberalismo à brasileira, embora oculte uma tendência ao apartheid, não é completamente avesso à mobilidade social. A ascensão social no Brasil, no entanto, é admitida apenas quando acompanhada de adesão ao ponto de vista da casa grande. Isso é particularmente claro no âmbito da política. Admite-se que lideranças populares ingressem, a duras penas, no parlamento ou mesmo no poder executivo. A permanência dessas lideranças no poder, no entanto, depende de uma conversão, súbita ou gradual, à ideologia das classes dominantes. A ascensão social, em outras palavras, é tratada entre nós como concessão. Aquele que, dotado de algum poder, não se alinha aos interesses dominantes, expõe-se a riscos diversos, que vão da inviabilização ao assassinato.

Ora, Marielle, sem dúvida, ascendeu na escala social, sem, porém, mudar de lado. Dotada de

inteligência e força de vontade, ingressou na universidade. Não se deixou levar, no entanto, pela ideia de virar “doutora”. Buscou no meio acadêmico elementos para compreender e transformar o Brasil, recusando as ilusões tanto do “bacharelismo” quanto do “tecnicismo”. Da mesma forma, ao ingressar na vida política, não se deixou cooptar pelos “donos do poder”; permaneceu aferrada à defesa dos interesses populares.

Essa constatação leva-nos ao ponto mencionado por André Singer. Marielle, insatisfeita com a realidade, optou pelo caminho institucional-democrático, isto é, apostou na possibilidade de transformação das estruturas sociais pela via política. Em resposta, foi brutalmente assassinada. Isso mostra que a democracia, no Brasil, é tolerada apenas na medida em que produz poucos resultados. No momento em que adquire, de fato, algum potencial transformador, entra na linha de fogo.

Marielle, negra, nascida e criada numa favela, não poderia ter frequentado a universidade. Uma vez graduada, deveria ter aceitado o papel de porta-voz das classes dominantes ou gestora de seus interesses. Usou seus conhecimentos, entretanto, para contradizer o discurso naturalizador das desigualdades sociais. Eleita, não poderia ter mantido uma postura combativa; era seu dever alinhar-se aos ditames do “realismo”, abrindo mão de posições supostamente “utópicas”. Por desafiar múltiplas interdições, Marielle foi morta; por jogar de acordo com as regras e vencer, foi expulsa da partida.

Está em andamento no Brasil um amplo movimento reacionário. De acordo com o capitalismo pós-varguista, que agora se procura implantar, já não trabalhamos para viver, mas simplesmente para não morrer. Em nome de palavras de ordem como “racionalização” e “competitividade”, a pretensão, já modesta, de equilíbrio entre vida laboral e a vida no sentido amplo do termo foi completamente abandonada. O motor oculto da suposta modernização é o escravismo, jamais inteiramente derrotado. O embrutecimento da população, nesse contexto, tornou-se, por ação e omissão, política de estado.

Às inevitáveis crises produzidas pelo esforço regressista as autoridades respondem, logicamente, com medidas repressivas. O anti-humanismo não conhece outra linguagem. Debate-se no Congresso, por exemplo, projeto de lei que permitiria classificar como “terrorista” o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O assassinato de Marielle, portanto, não caiu sobre o Brasil como um raio num dia de céu azul. O céu estava carregado e trovejante no dia em que Marielle morreu. E agora está ainda mais sombrio. Se não houver uma reação política forte, fatos vão se acumular sobre fatos. O medo vai instalar-se, trazendo consigo o silêncio, a covardia e a corrupção. No dia em que a democracia, moribunda, for oficialmente extinta, já não teremos condições de oferecer resistência.

É possível, no entanto, que Marielle, com sua morte, logre nos despertar de um longo entorpecimento. Temos, no Brasil, população, mas ainda não temos um povo. Por essa razão, jamais conseguimos constituir um governo capaz de organizar o território e a sociedade de acordo com as prioridades da maioria. Nosso território é vasto, mas dele nunca tomamos posse; dispomos de capacidade humana, mas até agora a empregamos em favor de interesses estranhos aos da coletividade. Tudo se passa como se fôssemos os titulares displicentes de uma grande herança. Temos vivido como estrangeiros em nossa própria terra. A razão para isso, ironicamente, é a seguinte: temos nos tratado uns aos outros como estrangeiros. Quando nos reconhecermos mutuamente como titulares de direitos, descobriremos de que é capaz a soberania popular.

Leia mais

- **Marielle Franco, vereadora do PSOL, é assassinada no centro do Rio na saída de evento que reunia ativistas negras**, reportagem publicada nas Notícias do Dia de 15-3-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pl1tP2>.

- **“Quem matou Marielle?”**. Entrevista especial com Bruno Cava, Marcelo Castañeda e Giuseppe Cocco, publicada nas Notícias do Dia de 20-3-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2G8iH2z>.

- **Brasil é 10º país que mais mata jovens no mundo; em 2014, foram mais de 25 mil vítimas de homicídio**. Reportagem publicadas nas Notícias do Dia de 21-2-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2G765c2>.



- **Os direitos humanos em um mundo pluralista e desigual: contribuições das universidades jesuítas.** Artigo reproduzido nas Notícias do Dia de 18-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2GpiCqq>.

- **O que uma nova universidade na África está fazendo para descolonizar as Ciências Sociais.** Reportagem reproduzida nas Notícias do Dia de 13-5-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2G78KSN>.

- **A difícil reinvenção da democracia frente ao fascismo social.** Entrevista especial com Boaventura de Sousa Santos, publicada nas Notícias do Dia de 8-12-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2I1pHe3>.

- **‘Ser negra aqui é ser estrangeira no próprio país’, diz Djamila Ribeiro.** Entrevista reproduzida nas Notícias do Dia de 20-12-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pLbMkW>.

- **A interconexão das desigualdades na América Latina: da violência à pobreza.** Entrevista especial com Mara Manzonni Luz, publicada nas Notícias do Dia de 9-5-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2G6w1EI>.

- **“A Justiça reforça a segregação racial no Brasil”.** Reportagem publicada nas Notícias do Dia de 26-4-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2GcTcZL>.

- **O Brasil na potência criadora dos negros – O necessário reconhecimento da memória afrodescendente.** Revista IHU On-Line, Nº 517, disponível em <http://bit.ly/2ITozFZ>.



 medium.com/@_ihu

Giorgio Agamben

A força de um pensamento que percebeu o traço profano da racionalidade moderna

ihu.unisinos.br

Ouvir as pessoas implicadas na vida das periferias é imprescindível

Para Daniel Hirata, essa escuta é necessária para se estabelecer o que é pertinente quando se discute violência

João Vitor Santos | Edição: Vitor Necchi

A violência, cada vez mais, é pesquisada no Brasil. No que tange às periferias, no entanto, falta um detalhe importante: ouvir. “Vale a pena o esforço de escuta sobre o que as pessoas dizem. Todas as pessoas. É imprescindível ouvir as pessoas que estão direta ou indiretamente implicadas na vida das periferias para estabelecermos os contornos de o que é pertinente e o que não é para tudo o que discutimos”, destaca Daniel Hirata. Sem isso, “podemos ficar sem entender o que é mais importante e sem conseguir dar respostas ao principal, que é o fato de o Brasil ser um país onde se mata e morre muito”.

Hirata, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, estabelece uma espécie de genealogia do controle das periferias. A começar pelos anos 1990, quando os policiais eram amigos dos comerciantes mais estabelecidos nos bairros, ao mesmo tempo em que se relacionavam com os chamados pés de pato – “justiceiros, herdeiros históricos dos famosos grupos de extermínio dos anos 1970/80”.

Dessas relações emanava a gestão da ordem do bairro. Sem melindres, colocavam na linha ou matavam “vagabundo” e “malandro”. Ao mesmo tempo, “tinham uma certa coerência: moral do trabalho, respeito à família e aos mais velhos, o fascínio da ordem”. Conforme Hirata, “é o velho conservadorismo autoritário com cara de extermínio que sempre assolou as periferias de São Paulo”.

Nas cadeias, havia um espelhamento, e o convívio era dividido por bairro, por quebrada. “Essas quadrilhas foram se organizando para matar os pés de pato fora/dentro das cadeias. E mataram”, afirma. “Não dependiam dos comerciantes para pagar pelas execuções ou pela proteção, não dependiam dos policiais para fazerem a sua proteção em troca de outras mortes.” Desta forma, o negócio do crime cresceu. O Primeiro Comando da Capital – PCC, “como grupo prisional, produz uma articulação dessa história interna à cadeia, e essa história das ruas, das quebradas”. Funcionou como amplificador das demandas dos prisioneiros e das quadrilhas. Isso explica o lema “paz entre os ladrões e guerra com a polícia”.

Daniel Hirata é doutor e mestre em Sociologia e graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Leciona na Universidade Federal Fluminense – UFF. É pesquisador do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana – NECVU-UFRJ; do grupo Cidade e Trabalho do Laboratório de Pesquisas Sociais – LAPS-USP; e do Núcleo de Pesquisas em Economia e Cultura – NUCEC-UFRJ.

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia, de 19-3-2018, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2DYBOG5>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são e como compreender os processos transversais que, na prática, hoje fazem a gestão da ordem das periferias brasileiras?

Daniel Hirata – Hoje existe um corpo relativamente grande de pesquisas sobre o tema, que é muito variado porque as territorialidades urbanas são bastante diferentes em

cada cidade e mesmo no interior de cada cidade. Então vamos encontrar várias composições diferentes entre dinâmicas societárias e institucionais em cada um desses territórios,

“Os coletivos criminais são compostos de dimensões sociais, políticas, morais e econômicas, e tudo isso se associa para sua formação.”

tudo isso é matéria de pesquisa empírica, de entendimento específico. Existem processos históricos situados que dizem respeito à maneira pela qual isso foi sendo construído, e por aí temos um caminho para entender a coisa toda.

No que diz respeito ao que venho pesquisando e nos lugares onde venho pesquisando em São Paulo, esses processos históricos podem ser bem delimitados. Tenho feito esse esforço com a professora Vera Telles¹. Já temos coisas publicadas sobre isso, mas estamos preparando algo que deve sair em breve.

Nos anos 1990 (e de outras formas até hoje), os policiais eram amigos dos padeiros, do açougueiro, dos donos de mercadinhos – dos comerciantes mais ricos do bairro. E eram amigos dos pés de pato – os justiceiros, herdeiros históricos dos famosos grupos de extermínio dos anos 1970/80. Por sua vez, essas relações estruturavam a gestão da ordem do bairro. O que se conta deles é muito impressionante, matavam ou davam uma dura em qualquer pessoa que parecesse “vagabundo” ou “malandro”, nos termos deles – os dados sobre homicídios mostram que os anos 1990 eram muito violentos; parte importante considero que era por essas ações.

O que acontecia? Esses eram os caras que dominavam a quebrada, essa trinca entre pés de pato, polícia e comerciantes. Esse era o poder de

gravitação maior dos ilegalismos no bairro. Tinham uma certa coerência: moral do trabalho, respeito à família e aos mais velhos, o fascínio da ordem. É o velho conservadorismo autoritário com cara de extermínio que sempre assolou as periferias de São Paulo (acho que isso no Rio tem cara de Baixada Fluminense, com uma temporalidade que é até parecida, mas isso é outra conversa...). Tudo isso não é algo que apareceu de repente no Brasil, todo mundo sabe.

É contra isso que “o crime” se in surge, pensando “o crime” pela definição de Adalton Marques². Eram as quadrilhas, eram galeras que ficavam ali, que faziam umas fitas, que por vezes vendiam uma parada ou saíam para roubar. Na cadeia, havia um espelhamento, o convívio era dividido por bairro, por quebrada, por área (se falava assim) – e o seguro era o lugar dos pés de pato, no Carandiru³ era o COC [Centro de Ob-

servação Criminológica]. Essas quadrilhas foram se organizando para matar os pés de pato fora/dentro das cadeias. E mataram. Não dependiam dos comerciantes para pagar pelas execuções ou pela proteção, não dependiam dos policiais para fazerem a sua proteção em troca de outras mortes. E assim a coisa cresceu. O crescimento dos negócios é o que me chama mais a atenção, mas não vou poder entrar muito nisso.

Tudo isso se acoplou com uma demanda interna às prisões que vinha se construindo: dentro do cárcere, 1992, depois 2001, depois 2006. Os trabalhos de Karina Biondi⁴, Gabriel Feltran⁵ e Camila Dias⁶, entre muitos

4 Karina Biondi (1983): graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo - USP, mestrado e doutora em Antropologia Social na Universidade Federal de São Carlos - UFscar. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e na UFscar. Leciona na Universidade Estadual do Maranhão. É também pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos, Socialidades - Hybris, do Núcleo de Antropologia Política - NuAP e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos - NEIP. Escreveu *Junto e Misturado: Uma Etnografia do PCC* (São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2014), cuja versão em inglês foi publicada pela University of North Carolina Press com o título *Sharing This Walk: An Ethnography of Prison Life and the PCC in Brazil*. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Gabriel Feltran: etnógrafo urbano. Doutor em Ciências Sociais e mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, com estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS. Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade de São Paulo - USP. Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos - UFscar, coordenador de Pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole - CEM e pesquisador do Núcleo de Etnografias Urbanas do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP. Foi professor visitante no CIESAS Golfo (México, 2015) e na Humboldt University (Berlim, 2017). Atualmente pesquisa as dinâmicas sociais, políticas e de mercado nas periferias urbanas, a partir da perspectiva de grupos marginalizados e do “mundo do crime” em São Paulo. Coordenador do NaMargem – Núcleo de Pesquisas Urbanas, que integra os projetos “As margens da cidade” (CEPID/CEM - FAPESP), “A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea” (Temático FAPESP/USP) e “State Paradoxes” (CEM - Humboldt University). Autor de *Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo* (UNESP/CEM, 2011). Concedeu várias entrevistas para a IHU On-Line, entre elas, *Periferia de São Paulo. “Polícia, crime, igreja e trabalho são esferas de vida que se interpenetram”*, publicada nas Notícias do Dia de 5-7-2016, disponível em <http://bit.ly/2smKfGS>. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Camila Nunes Dias: graduada, mestrado e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP. É professo-

1 Vera Telles: graduada em Ciências Sociais, mestrado em Ciência Política e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP. Realizou estágio pós-doutoral na École de Hautes Etudes en Sciences Sociales - Paris, França. É professora livre-docente do Departamento de Sociologia da USP. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Adalton José Marques: graduado em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo - USP e doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos - UFscar. É professor do Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf. É pesquisador do Krisis - Antropologia Crítica - Univasf e do Hybris - Grupo de Estudo e Pesquisa em Relações de Poder, Conflitos e Socialidades - USP/UFscar. Pesquisa correlações entre: 1) políticas de direitos humanos, controles democráticos e segurança pública; 2) saberes e estratégias de presos, “comandos” prisionais e controles penitenciários; 3) políticas de “quebrada”, “crime” (relação) e gestões diferenciais de ilegalismos. A sua dissertação resultou no livro *Crime e proceder: um experimento antropológico* (Alameda Editorial, 2014). (Nota da **IHU On-Line**)

3 Carandiru: nome popular da Casa de Detenção de São Paulo, complexo penitenciário que se localizava na zona norte da cidade de São Paulo. Foi fundado na década de 1920. Chegou a abrigar mais de 7 mil presos, sendo o maior presídio do Brasil e da América Latina. Um dos fatos mais conhecidos da história do presídio ocorreu em 1992, quando 111 detentos foram mortos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo durante uma rebelião. Esse fato teve grande repercussão nacional e internacional. Em 2002, iniciou-se o processo de desativação do Carandiru, com a transferência de presos para outras unidades. Hoje o presídio já se encontra totalmente desativado. (Nota da **IHU On-Line**)

outros, detalham isso de forma bastante clara. O PCC⁷, como grupo prisional, produz uma articulação dessa história interna à cadeia, e essa história das ruas, das quebradas – o PCC é um amplificador das demandas dos prisioneiros e das quadrilhas e, não à toa, vem o lema: “paz entre os ladrões e guerra com a polícia”.

Do ponto de vista da história urbana, é claramente uma disputa pelo controle das quebradas, outras facções de classe em aliança, outros ilegalismos, outra política – igualmente mortal, diga-se de passagem, eram os “feios, sujos e malvados” –, nem por isso eram os bonzinhos da história, não é isso que quero dizer, quero dizer que é outra composição social, outras associações sociológicas. O que me parece importante é que não tem, ao menos para mim, nada que foi propriamente inventado pelo PCC, mas tem muita ressonância, muita amplificação da época das quadrilhas. Tanto da política quanto dos negócios que foram feitos depois. O PCC, para usar um termo luminoso que a Vera Telles usa em outro contexto, é um operador de escala. Operador de escalas políticas e econômicas. Foi um operador de escala de uma disputa dentro das periferias, de estratos sociais diferentes, de visões políticas diferentes, de práticas diferentes, ou seja, cada um mobilizando aliados diferentes, conflitivos – para mim essa era a disputa, a disputa sobre a gestão da ordem.

IHU On-Line – O que é o chamado “dispositivo de gestão das

ra da Universidade Federal do ABC - UFABC, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência - NEV da USP e associada ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (Nota da IHU On-Line)

7 Primeiro Comando da Capital (PCC): organização criminosa que comanda rebeliões, assaltos, sequestros, assassinatos e narcotráfico. Atua principalmente em São Paulo, mas tem presença em 22 dos 27 estados brasileiros, além de países próximos, como Bolívia, Paraguai e Colômbia. Estima-se que tenha cerca de 30 mil membros, sendo mais de 8 mil em São Paulo. É considerada uma das maiores organizações criminosas do país. Seu financiamento decorre principalmente da venda de maconha e cocaína, além de roubo de cargas e assaltos a bancos. Está presente em 90% dos presídios paulistas e fatura cerca de 120 milhões de reais por ano. O PCC surgiu em 1993 no Centro de Reabilitação Penitenciária de Taubaté, no Vale do Paraíba, que acolhia prisioneiros transferidos por serem considerados de alta periculosidade pelas autoridades. Vários dos ex-líderes da organização estão presos, como Marcos Willians Herbas Camacho (Marcola). (Nota da IHU On-Line)

mortes” e como se manifesta nas periferias? Quais os efeitos desse dispositivo quando vaza para regiões mais centrais?

Daniel Hirata – Isso se relaciona à gestão da ordem que você se referiu anteriormente. O dispositivo de gestão de mortes é como essa gestão da ordem atua especificamente em relação à questão da vida e da morte, ou seja, é uma expressão analítica que procura entender quais são as situações em que alguns perdem suas vidas. Isso tem uma modulação histórica, como disse antes.

Esse dispositivo de gestão das mortes é feito em uma articulação complexa entre os agentes oficiais das forças da ordem (as diversas polícias e agentes de fiscalização) e os atores informais ou criminais. O Michel Misse⁸ vem insistindo há tempos no conceito de mercadoria política para falar sobre os chamados mercados da proteção. Acho que esse é um conceito fundamental, porque ajuda a entender como existe uma articulação nas interações entre as forças da ordem e os coletivos criminais. Não é que existe um equilíbrio, mas existe uma articulação que vai pontuando as configurações pelas quais as mortes acontecem. A delegação dos poderes soberanos de vida e morte é uma forma; a guerra entre coletivos criminais entre si ou com as forças da ordem, outra; as chacinhas, outra, enfim, tudo isso passa por essa articulação, que tem direta ou indiretamente a ver com os negócios, porque a proteção é a condição de possibilidade de os negócios acontecerem. Então as duas coisas estão conectadas, o que sempre está em disputa é a gestão da ordem, o que reflete nas formas pelas quais as mortes vão acontecer.

8 Michel Misse: bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestre e doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ/SBI/Ucam. Atualmente é professor Associado do Departamento de Sociologia da UFRJ. Publicou *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana* (Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006; 2a. edição: 2011), *Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações* (Rio de Janeiro: Editora Revan/Faperj, 2008), *As Guardas Municipais no Brasil* (Rio: Booklink/Finep, 2010) e *O Inquérito Policial no Brasil* (Rio de Janeiro: Booklink/Fenapef, 2010). (Nota da IHU On-Line)

Claro que isso tem uma distribuição desigual, aliás, como tudo, nos diversos territórios urbanos. Outro dia o comandante da ROTA⁹ falou explicitamente que a abordagem era diferente nas periferias ou nos Jardins. Isso é explícito. “A carne mais barata do mercado é a carne negra”¹⁰, “negra, pobre e periférica”, enfim, essa conformação não é um desvio de finalidade, uma disfunção, é assim mesmo que funciona e temos que enfrentar isso sem concessão. Não é casual, é uma coisa que tem um sentido muito claro e definido, e temos muitas pesquisas que sustentam esse sentido.

“O CV se formou nos anos 1970 e o PCC, nos anos 1990. São momentos diferentes, que lidam com repertórios sociais diferentes, então isso tem que ser levado em conta.”

IHU On-Line – No que consiste a adesão de comunidades de

9 ROTA [Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar]: tropa do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo. É o maior batalhão de Polícia Militar do Brasil, possuindo cerca de 900 homens e 150 viaturas. Em 1851, foi batizado como Batalhão de Caçadores Tobias de Aguiar. O presidente da província Rafael Tobias de Aguiar, antigo nome dado ao então governador, ficou conhecido como o Patrono da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Constituiu-se na Tropa de Elite da PM de São Paulo. É utilizada na necessidade do controle de distúrbios civis. (Nota da IHU On-Line)

10 Trecho da canção *A carne*, composição de Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capellette, gravada pela cantora Elza Soares no álbum *Do coccix até o pescoço* (2002). (Nota da IHU On-Line)

periferias a grupos associados ao crime organizado? E por que algumas comunidades parecem aceitar mais esses grupos do que o próprio Estado?

Daniel Hirata – Não acho que exista adesão das pessoas das periferias ao crime organizado, claro que as pessoas sempre têm opção. Também não acho que aceitam mais o “crime” do que o Estado. Inclusive, a coisa, me parece, tem que ser melhor colocada, ou seja, não uso a categoria crime organizado justamente porque ela separa muito claramente Estado e crime, e todo um conjunto bem consolidado de pesquisas vem mostrando como essas duas dimensões são articuladas. Também não acho que a questão é dizer simplesmente “os criminosos são outros”. É isso, mas é mais que isso, são essas articulações entre crime e Estado que vão pontuando a construção conjunta e articulada dessas duas coisas.

IHU On-Line – Como compreender a complexidade dos coletivos criminais de hoje? De que forma se constituem como agente econômico, político e moral, conectado e conectando uma série de outros agentes?

Daniel Hirata – Eu gosto da expressão coletivos criminais porque, ao contrário da expressão “crime organizado”, ela dá conta mais das associações que dos limites, especialmente aqueles entre Estado (Estado de direito, as instituições formais que são normalmente vinculadas a esse conjunto) e sociedade (os criminosos, os delinquentes etc.). Os coletivos criminais são compostos de dimensões sociais, políticas, morais e econômicas, e tudo isso se associa para sua formação. Tem que ver como historicamente isso foi se formando, reformando, mudando, tem linhas de continuidade, enfim, é necessário entender como essas coisas vão acontecendo.

Atualmente temos que dar um passo para trás e pensar com muita atenção, porque, depois da morte

do Rafaat¹¹ e do ocorrido no Complexo Penitenciário Anísio Jobim na virada do ano passado, as coisas ficaram meio loucas, não exatamente no mundão, mas na maneira pela qual as pessoas vêm analisando a situação, inclusive aquelas contrárias ao uso da categoria “crime organizado”. É como se disséssemos “bom, agora é crime organizado”. Em relação ao que ocorreu em Manaus, o Fabio Candotti¹², a Flávia Cunha¹³ e o Ítalo Siqueira¹⁴ já cantaram a bola de que temos que entender a coisa situada historicamente e com um outro nível de complexidade. Em relação à morte do Rafaat, eu gostaria de ver algo parecido. Desde os anos 1990 os caras do PCC já tinham cumprido pena no Centro-Oeste e no Paraná. Os negócios começaram ontem?

Cada coletivo criminal tem uma história de associações diferente, quando eles se encontram são essas

11 Jorge Rafaat Toumani: poderoso narcotraficante, segundo a Polícia Federal do Brasil, no entanto, nunca se conseguiu comprovar vínculos dele com o mercado de drogas no Paraguai. Por isso circulava livremente pelo país, embora haja indícios contundentes em contrário. Conhecido como um “próspero empresário de Pedro Juan Caballero”, chegou a disputar a gerência deixada na fronteira por Fernandinho Beira Mar. Foi processado pela Justiça brasileira quando tentou enviar do Paraguai 492 quilos de cocaína em agosto de 2004, e a operação foi abortada por agentes federais, que interceptaram o carregamento em 22 de agosto de 2004. Conhecido como “Rei da Fronteira”, morreu em um tiroteio na noite de 15 de junho de 2016, em uma emboscada realizada no centro da cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, onde morava. Rafaat teria assumido as rotas do tráfico que pertenciam ao então maior traficante do país, Fernandinho Beira-Mar, nos anos 2000. (Nota da **IHU On-Line**)

12 Fábio Magalhães Candotti: doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo - USP. É professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas - Ufam. Desenvolve pesquisas em sociologia e antropologia urbana, com ênfase em mobilidades e saberes, relações de poder e violências, gênero e raça, fronteiras e territorialidades. É coordenador do grupo de pesquisa Ilhargas – Cidades, Políticas e Saberes na Amazônia - Ufam, do programa de extensão Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (MEC/Sesu/Ufam) e do projeto de pesquisa Regimes de mobilidade espacial na Amazônia urbana (CNPq). (Nota da **IHU On-Line**)

13 Flávia Melo da Cunha: doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo - USP, mestrada em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas - Ufam. Docente da Ufam. Dedicou-se a projetos de pesquisa e extensão em Antropologia do Direito, Estudos de Gênero e Violência, Direitos Humanos, Segurança Pública e Justiça na região do Alto Rio Solimões, na triplíce fronteira de Brasil-Peru-Colômbia. Integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Pesquisadora do Programa Observatório da Violência de Gênero no Amazonas. (Nota da **IHU On-Line**)

14 Ítalo Barbosa Lima Siqueira: bacharel em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas - Ufam. Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. É pesquisador do grupo de pesquisa Ilhargas – Cidades, Políticas e Saberes na Amazônia (Ufam/CNPq). (Nota da **IHU On-Line**)

associações que se encontram, então elas mudam. Bom, então a coisa não ficou com cara de crime organizado, ficou mais complicada, porque o que significa cada um desses coletivos está mudando. Como você disse, são redes políticas, econômicas e morais, então tem que entender as articulações que cada uma dessas coisas produz.

“É imprescindível ouvir as pessoas que estão direta ou indiretamente implicadas na vida das periferias para estabelecermos os contornos de o que é pertinente e o que não é para tudo o que discutimos.”

IHU On-Line – Quais são os principais coletivos criminais no Brasil hoje? Quais suas distinções e similaridades?

Daniel Hirata – Essa é uma pergunta difícil, saber “quais os principais”. É difícil, mas a longo prazo temos que conhecê-los e como eles estão mudando.

Estou atualmente em uma empreitada com a Carolina Grillo¹⁵, um tra-

15 Carolina Grillo: doutora em Ciências Humanas, mestrada em Sociologia e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Realizou es-

balho de colocar em perspectiva as nossas pesquisas sobre os coletivos criminais, pensando as possíveis comparações entre Rio de Janeiro e São Paulo. Em um primeiro artigo, tentamos pensar alguns parâmetros comparativos no que diz respeito ao mercado varejista de drogas. Trabalhamos três dimensões: os lugares de venda de droga, os coletivos criminais e as relações com as forças da ordem. A distribuição de drogas é muito distinta em cada uma dessas cidades. A circulação de mercadorias ocorre no Rio de Janeiro tendo por base uma extensão organizacional e territorial que multiplica as funções intermediárias e fragmenta progressivamente as quantidades de droga. Em São Paulo, utilizam-se unidades de venda compactas e com pouca abrangência, que concentram a venda no aumento de sua densidade e volume na circunscrição territorial. Assim, mesmo que os comandos paulistas e cariocas possam ser caracterizados como redes de alianças, como apontaram Antônio Rafael Barbosa¹⁶ e Michel Misse, cujo alinhamento com uma ou outra facção determina a adesão de todos os seus subordinados, as diferenças são marcantes.

Vemos horizontalidade entre os “donos de morro” do Rio de Janeiro e os “patrões” em São Paulo, assim como hierarquia desses com seus subordinados nas “firmas”. Contudo, como a venda de drogas em São Paulo conforma um sistema de alianças formadora do coletivo composto por um número muito maior de “patrões” do que de “donos de morro”, o PCC emer-

ge como um coletivo mais móvel e translocal, e o CV¹⁷, como mais centralizado e hierárquico. Assim, os conflitos e negociações com as forças da ordem tendem a se caracterizar de forma distinta também – ainda que os arranjos políticos ao redor das mercadorias políticas sejam comuns às duas cidades.

Isso é acionado no Rio de Janeiro em contornos intra e interfaccionais mais bélicos que em São Paulo, onde acentuam-se as negociações intramuros seguidas de demonstrações de força em práticas de execuções extralegais, ao passo que, no Rio de Janeiro, os confrontos por regiões mais lucrativas têm impactos nas prisões. Essas três dimensões ajudam a entender como os conflitos pelos mercados criminais têm maiores consequências desestabilizadoras na dinâmica faccional no Rio de Janeiro que em São Paulo e como se relacionam de forma distinta com a gestão das mortes em cada cidade.

Tudo isso tem que ser feito com cuidado, porque quando comparamos meio indistintamente os coletivos criminais por meio de categorias muito genéricas, o risco é perder o mais importante, que são as diferenças de cada um que podem apontar elementos para se pensar o conjunto. É complicado, complexo, longe de ser evidente.

Também tem uma questão importante, que é o tempo, a história desses coletivos. Podemos fazer comparações mais diacrônicas e mais sincrônicas, mas a dimensão do tempo, das camadas históricas, é fundamental. O CV se formou nos anos 1970 e o PCC, nos anos 1990.

São momentos diferentes, que lidam com repertórios sociais diferentes, então isso tem que ser levado em conta.

IHU On-Line – Quais os limites do Estado, e da própria academia, para compreender a realidade das periferias?

Daniel Hirata – Vale a pena o esforço de escuta sobre o que as pessoas dizem. Todas as pessoas. É imprescindível ouvir as pessoas que estão direta ou indiretamente implicadas na vida das periferias para estabelecermos os contornos de o que é pertinente e o que não é para tudo o que discutimos. Esse trabalho ainda não é muito valorizado, mas, sem ele, podemos ficar sem entender o que é mais importante e sem conseguir dar respostas ao principal, que é o fato de o Brasil ser um país onde se mata e morre muito. Essa tem que ser a questão principal. Nesse ponto, até tem uma rede de alianças possíveis bastante forte para contrapor aquelas políticas (hegemônicas) que só ampliam os confrontos e jogam gasolina na fogueira. Temos que esvaziar o balão.

IHU On-Line – Como pensar em linhas de fuga para comunidades de periferias mergulhadas nessas disputas entre o poder estatal (das polícias e dos governos) e o poder paralelo (coletivos associados ao crime organizado)?

Daniel Hirata – Uma coisa fica no ar: como negociar com esses atores? Porque a preocupação principal – acho que em relação a isso avançamos bastante – tem que ser baixar ao máximo as mortes. Como faremos? Não me parece que seja possível minorar isso sem negociar publicamente com todos os envolvidos e prestar atenção no que estão fazendo. O que acontece é que as negociações são feitas todas de forma encoberta e todos os holofotes são jogados nas ações bélicas e militaristas. O melhor seria inverter isso. ■

tágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo - USP. Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos da Cidadania Conflito e Violência Urbana (NECVU/IFCS/UFRJ). (Nota da **IHU On-Line**)

16 Antônio Carlos Rafael Barbosa: doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, mestre em Antropologia e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Nova de Lisboa e na UFF. Professor associado do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFF. Autor do livro *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro* (Niterói: EDUFF, 1997) e organizador, em colaboração, do livro *(I)legal: etnografias em uma fronteira difusa* (Niterói: EdUFF, 2013). Atualmente coordena o Grupo de Estudos em Antropologia e Movimentos Minoritários no âmbito do Núcleo de Pesquisa “Cosmopolíticas” da Universidade Federal Fluminense. (Nota da **IHU On-Line**)

17 Comando Vermelho: é uma das maiores organizações criminosas do Brasil. Foi criada em 1979 na prisão Cândido Mendes, na Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, como um conjunto de presos comuns e presos políticos, militantes de grupos armados, sendo os presos comuns membros da conhecida Falange Vermelha. Entre os integrantes da facção, que se tornaram notórios depois de suas prisões, estão o líder Fernandinho Beira-Mar, Marcinho VP, Mineiro da Cidade Alta, Elias Maluco e Fabiano Atanazio (FB). O CV tem ramificações em outros estados brasileiros como Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso, Espírito Santo, Acre, Pará, Maranhão, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Mato Grosso do Sul, Amazonas e algumas partes de Minas Gerais, Piauí, Paraíba, Pernambuco e da Bahia. Nos estados do Rio de Janeiro, Rondônia, Mato Grosso, Acre, Ceará e Tocantins o CV é maioria no sistema penitenciário. (Nota da **IHU On-Line**)

Crise política e fragilidade das instituições agravam a violência

Para Sérgio Adorno, isso estimula a adoção de medidas extralegais e a precipitação de medidas como a intervenção federal no Rio de Janeiro

Ricardo Machado | Edição: Vitor Necchi

Não há respostas simples para explicar a gênese da violência no Brasil, entende o cientista social Sérgio Adorno. “As raízes devem ser buscadas na colonização e em seus modos cruéis e rudes de dominação. No entanto, convém lembrar que a condenação da violência, em suas múltiplas formas, é um fenômeno moderno”, afirma.

A violência, em grande parte, pode ser atribuída ao Estado, “que é justamente a comunidade política que detém o monopólio legítimo do poder coercitivo”. O fenômeno, no entanto, é amplo. Adorno salienta que “mais recentemente historiadores e sociólogos estão identificando, nas sociedades contemporâneas, um processo *descivilizatório*, marcado pela ruptura das regras de cortesia nas relações interpessoais [...] e pelo enfraquecimento do Estado-nação por força do processo de globalização”.

Ainda não há consenso entre pesquisadores acerca do que sejam sociedades seguras. “Muitos de nós sustentam que, naquelas sociedades onde são menores as desigualdades sociais e há maior solidez institucional e reconhecimento das autoridades encarregadas de aplicar lei e ordem, as taxas de crimes, especialmente os violentos, são menores e não constituem uma preocupação exacerbada na agenda pública”, explica Adorno em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line.

Adorno garante que a crise política e a fragilidade das instituições agravam o problema da violência porque desorganizam os serviços públicos, geram incertezas entre profissionais e impedem a alocação de recursos, modernização de equipamentos e de infraestrutura em geral. “O resultado é sempre o enfraquecimento do poder institucional e o apelo, mais e mais, a medidas extralegais, à violência abusiva e a precipitação de medidas como a intervenção federal no Rio de Janeiro”, afirma. “Temos visto, não apenas no campo da segurança pública, uma certa atitude de desprezo pela vida dos mais pobres, daqueles não alcançados pelas políticas públicas sociais distributivas”, o que evidencia uma espécie de “anestesia moral” em grupos socialmente privilegiados.

Sérgio Adorno é graduado em Ciências Sociais e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP, com estágio pós-doutoral no Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales, CESDIP, na França. Leciona na USP, onde é coordenador científico do Núcleo de Estudos da Violência. Sérgio Adorno é uma referência nos estudos sobre violência.

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia, de 9-3-2018, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2DXHUXz>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são as raízes da violência no Brasil?

Sérgio Adorno – Não há respostas simples. As raízes devem ser buscadas na colonização e em seus modos cruéis e rudes de dominação.

No entanto, convém lembrar que a condenação da violência, em suas múltiplas formas, é um fenômeno moderno. No passado, seu emprego não era objeto de censura. Na era colonial, a propriedade da terra, fonte

de poder e mando, se estendia a tudo o que gravitava em torno do patrimônio e de sua organização social – o patrimonialismo, inclusive o corpo das mulheres, dos escravos e das crianças. Tudo era concebido como

uma espécie de extensão do poder senhorial.

No mesmo sentido, empregar violência desmedida para extinguir inimigos, opositores políticos ou movimentos de protesto coletivo era recurso de poder legítimo. Ainda que saibamos que o presente não é mera repetição do passado, traços dessa cultura que associa violência – como se legítima fosse – ao poder social e político se atualizaram na cultura política brasileira, ao longo da história, concorrendo com a cultura política democrática que justamente apela para a tolerância, para o respeito às diferenças.

IHU On-Line – Como compreender o signo da violência na sociedade contemporânea? Que dimensões – sutis e grotescas – estão em jogo?

Sérgio Adorno – Como é sabido, a partir dos estudos de Norbert Elias¹ (*O processo civilizador*), a emergência e a consolidação da sociedade moderna foram tributárias de dois processos distintos, porém convergentes entre si: uma nova economia moral, que implicou o retraimento do emprego na violência nas relações interpessoais e intersubjetivas, nascidas de uma gramática de etiquetas e da consideração da dignidade do outro como ser humano; e um processo de centralização do poder político, que extorquiu dos civis o direito consuetudinário de apelo à violência como forma de mediação de conflitos e de imposição da vontade particular contra outras vontades particulares.

No curso histórico, o Estado moderno é justamente a comunidade política que detém o monopólio legítimo do poder coercitivo, o que sig-

nifica deter o monopólio das forças armadas e policiais, o monopólio da aplicação das leis – em especial as penais – e o monopólio fiscal. Pois bem, mais recentemente historiadores e sociólogos estão identificando, nas sociedades contemporâneas, um processo *descivilizatório*, marcado pela ruptura das regras de cortesia nas relações interpessoais – de que os xingamentos públicos de uns em relação aos outros e as agressões às identidades coletivas e pessoais são alguns dos sintomas mais notórios – e pelo enfraquecimento do Estado-nação por força do processo de globalização.

“Quando alguns grupos sociais se sentem mais seguros do que outros porque são preferencialmente beneficiários da proteção estatal, temos um cenário de divisão.”

IHU On-Line – Do que se trata o autoritarismo socialmente implementado? Como ele transformou a violência em um dado “normal” das relações sociais?

Sérgio Adorno – O autoritarismo socialmente implantado foi um conceito utilizado pelo cientista político Guillermo O’Donnell² e largamente

explorado por Paulo Sérgio Pinheiro³. Durante o processo de transição democrática, muitos de nós, cientistas sociais, acreditávamos que o fim da ditadura militar implicaria necessariamente a pacificação interna da sociedade brasileira. No entanto, no curso da transição política para a democracia e, sobretudo, em seu momento subsequente – o da consolidação democrática –, observou-se uma verdadeira explosão de conflitos interpessoais no interior da sociedade civil, representada sobretudo pelo crescimento do crime urbano e pela chegada do crime organizado, sob a forma de comércio ilegal de drogas instalado nos bairros que concentram grandes contingentes de trabalhadores de baixa renda. Portanto, o autoritarismo político era apenas uma faceta de um autoritarismo enraizado socialmente. Infelizmente, até hoje esse conceito carece de uma fundamentação teórica e histórica mais adequada e densa.

IHU On-Line – Por que a violência é algo que divide as pessoas? Como essa dinâmica reforça os processos de desigualdade?

Sérgio Adorno – Ainda não há um consenso, entre pesquisadores e especialistas, em que de fato consistem sociedades seguras. Muitos de nós sustentam que, naquelas sociedades onde são menores as desigualdades sociais e há maior solidez institucional e reconhecimento das autoridades encarregadas de aplicar

¹ Norbert Elias (1897-1990): sociólogo alemão. De família judaica, teve de fugir da Alemanha nazista, exilando-se na França em 1933, antes de se estabelecer na Inglaterra, onde passou grande parte de sua carreira. Em 1954, começou a lecionar na Universidade de Leicester. Suas obras focaram a relação entre poder, comportamento, emoção e conhecimento na História. Devido a circunstâncias históricas, Elias permaneceu durante um longo período como um autor marginal, tendo sido redescoberto por uma nova geração de teóricos nos anos 1970, quando se tornou um dos mais influentes sociólogos de todos os tempos. A obra mais importante de Elias foram os dois volumes de *O processo civilizador* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores). (Nota da **IHU On-Line**)

² Guillermo O’Donnell (1936-2011): cientista político argentino, que passou a maior parte de sua carreira trabalhando na Argentina e nos Estados Unidos. Fez contribuições duradouras para a teorização do autoritarismo, da democratização e da qualidade da democracia na América Latina. Algumas de suas obras: *Modernización y autori-*

tarismo (1972), *El Estado burocrático autoritario* (1982), *Democracia macro y micro* (1982), *Transiciones desde un gobierno autoritario* (1988), *Contrapuntes: ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización* (1997), *Pobreza y desigualdad en América Latina* (1999) e *La (in)efectividad de la ley y la exclusión en América Latina* (2001). (Nota da **IHU On-Line**)

³ Paulo Sérgio Pinheiro (1944): diplomata e acadêmico nascido no Rio de Janeiro, doutor em Ciência Política pela Universidade de Paris. É professor aposentado do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Leciona no Watson Institute da Brown University, em Providence, EUA. Dentro da Estrutura da Organização das Nações Unidas, exerceu o cargo de relator especial para a situação dos direitos humanos de Myanmar. Em 2011, foi nomeado coordenador (chairman) da Comissão Internacional de Inquérito para a Síria. Foi secretário de Estado de Direitos Humanos no governo Fernando Henrique Cardoso e integrou o grupo de trabalho nomeado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que preparou o projeto de lei da Comissão Nacional da Verdade - CNV. Pinheiro foi um dos sete integrantes da CNV, órgão responsável por investigar e apresentar conclusões sobre crimes cometidos durante a ditadura militar instaurada no Brasil com o golpe de 1964. (Nota da **IHU On-Line**)

lei e ordem, as taxas de crimes, especialmente os violentos, são menores e não constituem uma preocupação exacerbada na agenda pública.

Certamente, um fator que não se pode negligenciar é a eficiência das políticas de controle da ordem pública que devem proporcionar segurança independentemente de clivagens econômicas ou sociais, como classe, poder, riqueza, gênero, geração, raça ou etnia. Quando alguns grupos sociais se sentem mais seguros do que outros porque são preferencialmente beneficiários da proteção estatal, temos um cenário de divisão.

Exemplos são muitos. Por exemplo, veja a distribuição das taxas de homicídios entre os bairros de um município determinado. Nos bairros onde habitam preferencialmente cidadãos e cidadãs procedentes dos estratos médios e altos das hierarquias sociais, as taxas estão quase sempre abaixo da média local, regional ou nacional. O mesmo não ocorre nos bairros onde se concentram aqueles procedentes dos estratos socioeconômicos de baixa renda. Paradoxalmente, naqueles bairros de classes médias e altas, o medo do crime é exacerbado, e frequentemente os pobres são acusados de responsáveis pelos crimes e pela insegurança em geral. Nos bairros onde os pobres predominam, é comum observarmos a naturalização das mortes, como se fossem uma espécie de destino a ser cumprido.

Na sociedade brasileira, onde – na esteira das tendências internacionais – a militarização da segurança pública caminha a passos largos e rápidos, dado os lastros anteriores nos regimes autoritários que tiveram vigência no final do Império e nas ditaduras de 1937-45 e de 1964-85, acentuam-se as diferenças que se convertem em desigualdades sociais.

IHU On-Line – O que levou à extinção de uma certa “economia moral da violência” no Brasil? O que explica o fenômeno de aumento do grau de violência, decapitações e assas-

sinatos bárbaros cada vez mais recorrentes?

Sérgio Adorno – Não tenho ainda respostas convincentes. Há alguns anos, dediquei parte de minha investigação ao estudo de fenômenos como linchamento e execuções cometidas por esquadões da morte, que agiam (e ainda agem) impunemente na periferia da região metropolitana de São Paulo. Resultavam, na maior parte dos casos, de ajustes de contas entre quadrilhas ou entre bandidos e policiais. Até meados dos anos 1990, havia uma espécie de interditos morais. Não se matava indiscriminadamente. Evitava-se vitimizar mulheres grávidas, crianças pequenas, idosos e pessoas portadoras de limitações físicas ou mentais. Na segunda metade, verificou-se uma radical ruptura desses interditos morais. Execuções em moradias não poupavam ninguém.

Estudei também rebeliões nas prisões. Não me constam que as ocorridas nas décadas de 1950 a 1980 praticassem decapitações. No entanto, ao longo dos anos 1990, em São Paulo, elas ocorreram com frequência, ao que tudo indica nas disputas entre facções pelo controle das massas carcerárias, que acabou resultando na hegemonia do PCC⁴. Nos linchamentos, a brutalidade sempre esteve presente, como furar olhos, cortar orelhas, extirpar genitais. Como bem apontou o professor José de Souza Martins⁵, autor de um

4 **Primeiro Comando da Capital** (PCC): organização criminosa que comanda rebeliões, assaltos, sequestros, assassinatos e narcotráfico. Atua principalmente em São Paulo, mas tem presença em 22 dos 27 estados brasileiros, além de países próximos, como Bolívia, Paraguai e Colômbia. Estima-se que tenha cerca de 30 mil membros, sendo mais de 8 mil em São Paulo. É considerada uma das maiores organizações criminosas do país. Seu financiamento decorre principalmente da venda de maconha e cocaína, além de roubo de cargas e assaltos a bancos. Está presente em 90% dos presídios paulistas e fatura cerca de 120 milhões de reais por ano. O PCC surgiu em 1993 no Centro de Reabilitação Penitenciária de Taubaté, no Vale do Paraíba, que acolhia prisioneiros transferidos por serem considerados de alta periculosidade pelas autoridades. Vários dos ex-líderes da organização estão presos, como Marcos Willians Herbas Camacho (Marcola). (Nota da IHU On-Line)

5 **José de Souza Martins** (1938): escritor e sociólogo nascido em São Caetano do Sul - SP. Professor aposentado do Departamento de Sociologia e professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. Na USP fez o bacharelado e a licenciatura em Ciências Sociais, o mestrado, o doutorado e a livre docência. Foi o terceiro brasileiro, depois de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso, a ocupar, em 1993-1994, a prestigiosa Cátedra Simón Bolívar da Universidade de Cambridge, Inglaterra, quando foi também

copioso estudo, tais atos simbolizam punições *post-mortem*, isto é, impedir que a vítima possa ver, ouvir ou se reproduzir sequer na eternidade. Mas é preciso estudar mais, notadamente os significados (simbólicos) subjacentes a essa mudança de hábitos e de práticas sociais.

“Jamais esqueçamos, a Europa foi berço do genocídio moderno.”

IHU On-Line – Como noções como “inimigo” e “vingança”, de um lado utilizadas na retórica minoritária de senso comum para justificar a violência de Estado e, de outro, reforçada por policiais, magistrados e políticos, ilustram a falta de solidariedade das classes médias com as populações marginalizadas?

Sérgio Adorno – Volto ao argumento do processo civilizador. Certamente, há muitas singularidades sociais, políticas e culturais que explicam essa partilha entre amigos e inimigos, bem e mal, justo e injusto, como se fossem categorias de entendimento da realidade absolutamente excludentes. Não é o caso de valorizar o processo civilizador ocidental, porque, jamais esqueçamos, a Europa foi berço do genocídio moderno. Essa divisão é histórica, como bem demonstrou Foucault⁶ em seu curso

eleito fellow de Trinity Hall. Professor visitante da Universidade da Flórida (Gainesville, EUA) e da Universidade de Lisboa. (Nota da IHU On-Line)

6 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 6-11-2006, disponível em <https://goo.gl/C2rx2k>; edição 364, de 6-6-2011, intitulada *História da loucura*; e o *discurso racional em debate*, disponível em <https://goo.gl/wjqFL3>; edição 343, *O (des)governo biopolí-*

Em defesa da sociedade, no Collège de France (1975-76), no qual ele aborda essas divisões como guerras de raça que desembocaram no racismo de Estado.

No Brasil, convivemos ambigualmente com formas de solidariedade e de cooperação e formas de conflito que apontam para o emprego da violência. Em momentos críticos da sociedade, tais como pobreza extrema de segmentos das populações, prevalecem cooperação e vizinhança diante de infortúnios sociais e pessoais; e em momentos de extrema tensão, diante, por exemplo, de crimes com elevada repercussão na consciência pública, fortes correntes de opinião se inclinam para medidas repressivas rigorosas como pena de morte, liberação das armas, encarceramento e redução da maioria penal, cuja eficiência é bastante discutível.

Há, no fundo, uma divisão entre “quem tem direitos” e “quem não merece ter direitos”, que traduz uma concepção diferenciada em relação ao direito à vida. Na civilização moderna, a vida é um direito universal que não pode ser aplicado a uns, em detrimento de outros. Estou trabalhando nesses temas, mas confesso que não ultrapassei ainda o nível das constatações e descrições.

IHU On-Line – Como resolver o impasse entre os conceitos de “lei e ordem” e “direitos humanos”? Por que, no Brasil, essas concepções, que são complementares, tornaram-se antagônicas?

Sérgio Adorno – Expus sobre esse tema em estudos anteriores. Durante o processo de transição democrática e às expensas da experiência de repressão política ocorrida na ditadura, policiais e intelectuais (pesquisadores) mantinham estranhamento e distância. Policiais ar-

gumentam que, na ditadura, havia segurança. Nós, de nossa parte, não concordávamos que havia segurança na ditadura e buscamos realizar uma crítica radical à militarização da segurança, sobretudo ao uso abusivo da força nas instituições de controle da ordem pública e nas ruas, sobretudo contra trabalhadores desprovidos de imunidades e garantias.

Policiais menosprezam direitos humanos. Nós achávamos que lei e ordem era uma formulação inadequada, forjada na academia americana para justificar as intervenções policiais e militares. O curso da democracia foi reduzindo distâncias e amenizando os confrontos, ainda que eles não tenham sido abolidos, como se viu recentemente no debate sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro (fevereiro de 2018). O que significou essa sorte de “trégua” temporária? Significou que as novas gerações de policiais, melhor preparadas inclusive com doutorado acadêmico nas universidades públicas, começou a considerar a agenda de direitos humanos em suas atividades.

Por sua vez, nós, pesquisadores e intelectuais, tivemos que requalificar a questão de lei e ordem e sair da armadilha da ideologia como ponto de partida da discussão. Hoje, estou convencido que a agenda de direitos humanos não pode ignorar o poder coercitivo legítimo quando se trata de proteger o direito de maior número, senão de todos cidadãos. No entanto, lei e ordem não pode ultrapassar os limites ditados pelo Estado de Direito, pelo respeito aos direitos civis, pela observância das normas constitucionais e das convenções internacionais de que o Brasil é signatário.

IHU On-Line – No que diz respeito aos planos de segurança pública no âmbito da União, após a redemocratização, que distinções podem ser traçadas entre os governos mais à direita e os mais à esquerda? E no que se refere à implementação de tais planos, há diferenças?

Sérgio Adorno – Venho, junto com outros pesquisadores (Renato Sérgio de Lima⁷ e Isabel Figueiredo⁸), estudando os Planos Nacionais de Segurança. Primeiramente, é sempre bom lembrar, há quem sustente que, no passado, até o final da ditadura militar, nunca houve política de segurança no Brasil. Eu não me situo nessa corrente. Havia, sim, diretrizes impressas aos órgãos de segurança, certamente desde o final da República Velha. Durante a ditadura militar, por causa da censura e do silêncio do aparelho repressivo de Estado, aparentemente tudo se resumia ao uso da força arbitrária. Mas alguns estudos já sugerem que havia planos em gestação, ainda que não tenham sido formulados como Planos de Estado ou Planos Nacionais.

Nosso estudo vem demonstrando que, desde o governo Collor, foi formulado ao que parece o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública. Com a plena retomada da democracia, os governos FHC⁹ e Lula da Silva¹⁰, partindo de diagnósticos

7 **Renato Sérgio de Lima**: diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - FGV-EAESP. Fez doutorado e mestrado em Sociologia, além de graduação em Ciências Sociais, pela Universidade de São Paulo - USP, com estágio pós-doutoral no Instituto de Economia da Unicamp. (Nota da IHU On-Line)

8 **Isabel Figueiredo**: graduada em Direito e mestra em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, especialista em gestão pública pela Escola Nacional de Administração Pública. Foi gestora da área de segurança pública, com experiência no âmbito estadual, distrital e federal. É consultora em segurança pública e desenvolve pesquisas nas áreas de controle da atividade policial, atividade pericial criminal, uso da força por agentes da lei e controle de armas. (Nota da IHU On-Line)

9 **Fernando Henrique Cardoso** (1931): sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º Presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos, entre 1995 e 2003. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combater à inflação. (Nota da IHU On-Line)

10 **Luiz Inácio Lula da Silva** (1945): trigésimo quinto presidente do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores - PT. Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, conforme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irã e do aquecimento global. É investigado na operação Lava Jato e foi denunciado em setembro de 2016 pelo Ministério Público Federal - MPF, apontado como receptor de vantagens pagas pela empreiteira OAS em um triplex do Guarujá. No dia 12 de

tico da vida humana, de 13-9-2010, disponível em <https://goo.gl/M95yPv>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <https://goo.gl/RX62qN>. Confira ainda a edição nº 13 dos Cadernos IHU em formação, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, Michel Foucault – Sua Contribuição para a Educação, a Política e a Ética. (Nota da IHU On-Line)

bem formulados, procuraram, mediante um plano de ações articuladas entre si, atacar os principais problemas relacionados à gestão da segurança pública, conferindo-lhe não só maior eficiência, mas também modernidade administrativa.

Há diferenças entre eles. Talvez o governo FHC, nesta área, tenha se voltado mais para implementação de lei e ordem no domínio do estado de Direito, e o de Lula da Silva, para proteção dos grupos sociais de maior vulnerabilidade, trabalhadores de baixa renda, mulheres, crianças, negros e índios. Ambos revelaram preocupações para com a qualificação das forças policiais e judiciais, assim como reconheceram o imperativo do federalismo e buscaram estabelecer bases para o relacionamento entre o governo federal e os governos estaduais e municipais.

Embora focado na meta de redução dos homicídios, o governo Dilma Rousseff¹¹ fragmentou diferentes iniciativas de seu antecessor em secretarias, o que pa-

rece ter enfraquecido o alcance das medidas. Já o atual governo Temer¹² não logrou apresentar um programa articulado e bem construído. Escolheu medidas de seus antecessores a dedo e desprezou outras, ao que parece, por razões políticas e de concepção ancorada em práticas tradicionais. Todas essas iniciativas revelaram baixa capacidade de implementação por razões diversas, internas e externas. Do ponto de vista interno, mencionam-se restrições orçamentárias e ausência de quadros capazes de implementar ações; do ponto de vista externo, lobbies corporativos, interesses dos governantes de manter sob seu controle as polícias Militar e Civis estaduais, o que encadeia interesses nas esferas parlamentares estaduais e federais.

IHU On-Line – A crise política e a fragilidade das instituições políticas agravam o problema da violência?

Sérgio Adorno – Sim, seguramente. Principalmente quando desorganizam os serviços públicos, geram incertezas entre profissionais competentes e responsáveis e impedem alocação de recursos, modernização de equipamentos e de infraestrutura em geral. O resultado é sempre o enfraquecimento do poder institucional e o apelo, mais e mais, a medidas extralegais, à violência abusiva e a precipitação de

medidas como a intervenção federal no Rio de Janeiro.

IHU On-Line – Como a defesa intransigente da vida, como direito fundamental a todos os seres, independentemente da condição socioeconômica, conforma um paradigma capaz de reorganizar as dinâmicas da violência?

Sérgio Adorno – Infelizmente, não se logrou ainda um consenso, mínimo que seja, a respeito de valores que não podem ser transgredidos, não importa em nome do quê. A vida, por exemplo. Temos visto, não apenas no campo da segurança pública, uma certa atitude de desprezo pela vida dos mais pobres, daqueles não alcançados pelas políticas públicas sociais distributivas. É como se aceitássemos, de bom grado, que uns devem morrer para que os “mais competentes” possam sobreviver. Questão indicativa de uma espécie de anestesia moral que se manifesta em alguns grupos socialmente privilegiados e que não revelam empatia e sequer compaixão com a vida e o destino social de milhares de famílias com seus filhos que, lamentavelmente, repetirão a trajetória trágica de seus pais.

É preciso mudar esse cenário, transformar mentalidades, reconstruir princípios de vida associativa e cooperativa que ultrapassam as clivagens socioeconômicas, as desigualdades de poder. Trata-se de uma tarefa confiada às escolas e às universidades, aos formadores de opinião, aos gestores de redes sociais, aos governantes e políticos profissionais identificados com o bem comum, capazes de oferecer às próximas gerações uma qualidade de vida e de democracia superior. ■

julho de 2017, Lula foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro, em primeira instância, a nove anos e seis meses de prisão em regime fechado por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No dia 24 de janeiro de 2018, por unanimidade, os três desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmaram a condenação de Lula, elevando a pena para 12 anos e um mês de prisão. Foi a tramitação mais rápida de todos os processos da Lava Jato de Curitiba. A única alternativa recursal que resta a Lula são os embargos declaratórios, cujo objetivo é esclarecer pontos da decisão. Não é possível reverter a condenação com esse tipo de recurso. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores - PT, eleita duas vezes presidente do Brasil. Seu primeiro mandato iniciou-se em 2011 e o segundo foi interrompido em 31 de agosto de 2016. Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo durante o processo de impeachment movido contra ela. No dia 31 de agosto, o Senado Federal, por 61 votos favoráveis ao impeachment contra 20, afastou Dilma definitivamente do cargo. O episódio foi amplamente debatido nas Notícias do Dia no sítio do IHU, como, por exemplo, a Entrevista do Dia com Rudá Ricci intitulada *Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder*, disponível em <http://bit.ly/2bLPIHK>. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Michel Temer** (Michel Miguel Elias Temer Lulia) (1940): político e advogado nascido em Tietê (SP), ex-presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. É o atual presidente do Brasil, após a deposição por impeachment da presidente Dilma Rousseff naquilo que inúmeros setores nacionais e internacionais denunciam como golpe parlamentar. Foi deputado federal por seis legislaturas e presidente da Câmara dos Deputados por duas vezes. (Nota da **IHU On-Line**)



3º Ciclo de Estudos

A esquerda e a reinvenção da política no Brasil contemporâneo.

Limites e perspectivas

De 22/03 a 28/05 de 2018

ihu.unisinos.br



Afirmação dos direitos humanos deve se sobrepor ao clamor punitivista

Para Rodrigo de Azevedo, a violência em uma sociedade democrática é combatida pela produção de mecanismos policiais e de justiça criminal que atuem dentro da lei, e não por vingança

Vitor Necchi

A sociedade brasileira historicamente é muito violenta. Segmentos da população como índios, negros, mulheres, crianças e idosos há muito tempo são “afetados e vitimizados por práticas de violência bastante disseminadas” por conta de “uma hierarquia social tradicionalmente aceita, quando os homens brancos possuidores de propriedade detinham um poder legitimado sobre todo este conjunto de grupos sociais”, explica o professor Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo.

Ao se refletir sobre o fenômeno da violência no Brasil, um dado novo é que há, nas últimas décadas, um grande questionamento à legitimidade dessa hierarquia social tradicional, afirma Azevedo em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line. Em consequência, “diversos grupos sociais vitimizados e historicamente excluídos ou marginalizados começaram a produzir uma nova subjetividade, começaram a se mobilizar no sentido de enfrentar esta situação histórica, e isso levou a um profundo questionamento dessas relações instituídas no Brasil”. Outro elemento novo e importante, na análise do pesquisador, “é a disseminação em áreas de periferia, geralmente desassistidas da presença do Estado e de serviços públicos, de uma cultura de violência”.

A sociedade brasileira é muito violenta, mas “a polícia historicamente é pouco preparada para atuar em contextos democráticos, utilizando a violência de forma excessiva e negociando seu poder de sujeição criminal”, avalia Azevedo. “Boa parte da violência que acomete a história do Brasil foi praticada pelo Estado.” No entendimento do pesquisador, “desde a sua origem, o Estado

vem para impor uma ordem e obrigar a sociedade a se curvar a esta ordem que interessa a poucos, a apenas uma elite”.

Azevedo observa “o crescimento de uma demanda social punitiva que se relaciona com o aumento da violência, com a sensação de insegurança e com a falta de políticas de segurança efetivas”. Em consequência, boa parte da sociedade adere “ao discurso do chamado populismo punitivo, ou seja, a ideia de que o puro e simples endurecimento penal, mesmo nas condições precárias do nosso sistema carcerário, poderia ser um mecanismo de contenção da criminalidade”. O sistema político, pressionado, responde com o “aumento de penas e a relativização de direitos e garantias processuais, o que incrementa o encarceramento e, muito especificamente, o aprisionamento provisório”.

O cenário é desalentador, porque “quem sofre cotidianamente com o crescimento da violência e com a disseminação da criminalidade acaba descreditando do poder público e aderindo ao discurso de que é preciso que cada um tenha a sua arma para garantir a autodefesa”. Azevedo, no entanto, ressalva que “a única possibilidade de se enfrentar a violência e o crime em uma sociedade democrática é pela afirmação dos direitos humanos e pela produção de mecanismos policiais, e especialmente de justiça criminal, que atuem dentro da lei, que atuem de forma profissional, aplicando as regras de uma forma universal”.

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, especialista em Análise Social da Violência e Segurança Pública, mestre e doutor em Sociologia pela Univer-

sidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Realizou estágio pós-doutoral em Criminologia na Universitat Pompeu Fabra e na Universidade de Ottawa. É professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Lidera o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segu-

rança e Administração da Justiça Penal – GPESC e integra o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. É pesquisador associado e membro do Comitê Gestor do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos – INCT-INEAC.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que há de novo na caracterização da violência no Brasil?

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – A sociedade brasileira historicamente é muito violenta. A história social do Brasil pode ser contada como a história social da violência. A colonização e o massacre da população indígena, a questão da escravidão e o tratamento dado à população negra, a relação entre a sociedade de uma maneira geral com crianças, mulheres e idosos – tradicionalmente esses setores da população têm sido afetados e vitimizados por práticas de violência bastante disseminadas. No entanto, quando essas relações estavam vinculadas a uma hierarquia social tradicionalmente aceita, quando os homens brancos possuidores de propriedade detinham um poder legitimado sobre todo este conjunto de grupos sociais, a violência podia ter um caráter muito mais simbólico do que propriamente físico, embora a violência física estivesse sempre presente, principalmente em situações de conflito.

O dado novo no Brasil, nas últimas décadas, é que há um grande questionamento à legitimidade dessa hierarquia social tradicional. Diversos grupos sociais vitimizados e historicamente excluídos ou marginalizados começaram a produzir uma nova subjetividade, começaram a se mobilizar no sentido de enfrentar esta situação histórica, e isso levou a um profundo questionamento dessas relações instituídas no Brasil.

O próprio processo de democratização, a partir dos anos 1980, reve-

la uma sociedade que busca romper com padrões tradicionais de dominação, de exclusão e de violência, que busca colocar na esfera da cidadania setores sociais historicamente excluídos. Talvez o que estejamos vivenciando no momento é ainda um bloqueio a esta demanda por cidadania, por afirmação de direitos, que chegou a um patamar que passou a encontrar resistência cada vez maior das elites favorecidas pelo sistema tradicionalmente implantado.

Por outro lado, temos um outro elemento novo importante que é a disseminação em áreas de periferia, geralmente desassistidas da presença do Estado e de serviços públicos, de uma cultura de violência. Nas periferias urbanas, até pela presença do tráfico de drogas e do armamento, acabou surgindo uma cultura juvenil vinculada a manifestações simbólicas de uso da força e da violência como afirmação identitária, o que conflui para a questão carcerária, na medida em que esses setores sociais são alvo do controle punitivo, colocados em presídios superlotados e dominados internamente por esses mesmos grupos. Isso acabou produzindo essa cultura que alguns chamam de masculinidade violenta, que se dissemina e se relaciona com o poder público, especialmente por meio das polícias.

A polícia brasileira historicamente é pouco preparada para atuar em contextos democráticos, utilizando a violência de forma excessiva e negociando seu poder de sujeição criminal, então tudo isso gera uma situação em que se tornam frequentes

disputas de territórios e confrontos armados como forma de produção identitária.

IHU On-Line – A violência é um traço do Estado brasileiro?

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – Boa parte da violência que acomete a história do Brasil foi praticada pelo Estado. O Estado brasileiro se constitui não por uma demanda social, de construção de instituições que garantam o exercício da cidadania. Desde a sua origem, o Estado vem para impor uma ordem e obrigar a sociedade a se curvar a esta ordem que interessa a poucos, a apenas uma elite. Isso produz instituições, tradições, uma cultura institucional autoritária, em que o poder público e seus integrantes não se colocam no papel de servidores, mas muito mais no papel de detentores do poder, e exercem esse poder para excluir demandas sociais, para suprimir conflitos que são vistos como atentatórios à própria ordem jurídica e social.

No âmbito da segurança pública, muitas vezes já foi utilizada, e continua sendo, a ideia de manutenção da ordem pública em detrimento da prestação de serviços de segurança que trabalhem na perspectiva da administração de conflitos, e essa é a tradição do Estado brasileiro. As instituições de justiça e de segurança tradicionalmente foram instrumentalizadas para cumprir esse papel de manutenção de uma ordem social injusta e desigual, e não para dar vazão e equacionar as demandas sociais por reconhecimento e cidadania.

IHU On-Line – O senhor destacou que nos últimos anos os jovens da periferia, em sua afirmação identitária, tomam como valor a questão da violência e do armamento. O fato de o Brasil ser um país profundamente machista agrava a situação?

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – Com certeza, por isso essa caracterização como uma cultura da masculinidade violenta. O patriarcalismo e a ideia do poder masculino – mesmo que questionados e cada vez mais colocados em xeque, especialmente pelo movimento feminista – ainda estão muito presentes em diferentes contextos sociais, sem distinção de classe e de renda. E talvez até pela crise dessa masculinidade o elemento violência acaba se colocando como uma forma de manutenção de uma identidade que, embora questionada, ainda tem muita força, não apenas nas periferias urbanas, mas inclusive em outros setores sociais.

Isso agrava problemas que se relacionam com a questão do armamento, o confronto violento, a honra, o acerto de contas e disputas que envolvem inclusive relações afetivas, chegando ao tema da violência contra a mulher, a violência doméstica. Tudo isso acaba sendo exacerbado, apesar de todas as mobilizações, inclusive da mudança legal no sentido de uma maior preocupação e criminalização de condutas ligadas a práticas tradicionalmente aceitas. Neste contexto de uma crise da identidade masculina, desse poder patriarcal tradicionalmente instituído, tudo isso resulta que a violência surja como um mecanismo de reação a essa mudança social.

IHU On-Line – A maneira como se deu a tardia abolição da escravatura no Brasil e o racismo estrutural que persiste explicam por que a população negra é mais vulnerável a diferentes formas de violência?

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – Não há dúvida de que a for-

ma como se deu a abolição da escravatura no Brasil acabou produzindo grandes contingentes populacionais marginalizados vinculados, evidentemente, à população negra. No entanto, a questão da escravidão não foi exclusividade brasileira. Vários países tiveram situações similares, mas muitos acabaram de alguma forma enfrentando esse processo de transição de uma situação como aquela para um contexto em que a questão da cor da pele não tem mais tanta influência sobre os direitos de cidadania.

A própria sociedade norte-americana, a partir do movimento dos direitos civis, somente nos anos 1960 começa a enfrentar essa questão de uma forma mais direta, mas, de qualquer maneira, de lá para cá há muitos avanços no sentido de garantia de direitos e de igualdade, não importando qual seja a etnia.

No Brasil, todo o debate sobre democracia racial e sobre o fato de que nós seríamos uma sociedade miscigenada – que marca inclusive boa parte da produção das ciências sociais sobre este tema durante um grande período – acabou encobrendo esta situação. Levamos muito tempo para enfrentar o problema de uma forma mais direta por meio de políticas de ação afirmativa, que pudessem compensar esta desigualdade original que nunca foi enfrentada e que produziu essa barreira a esse grupo étnico de ter acesso tanto a direitos de cidadania quanto a possibilidades de ascensão social.

Neste momento, este tema se coloca de uma forma mais importante na pauta política do país porque há uma mobilização do movimento negro para que as conquistas obtidas na última década, especialmente, sejam consolidadas, para que possamos ter de fato o enfrentamento dessa mazela social que ainda marca a sociedade brasileira e tem sido reavivada pela questão do racismo.

Cada vez parece mais claro que o racismo ainda está bastante presente e começa a ser objeto de manifestações discursivas que há bastante tempo não se faziam presentes de

forma tão explícita no espaço público. Hoje, no entanto, inclusive pela disseminação nas redes sociais, acabaram surgindo bolsões de grupos racistas que sustentam uma ideologia de supremacia branca, por exemplo. Esses grupos, não apenas no Brasil, mas em outros contextos, têm se manifestado e demonstrado o quanto o problema é ainda bastante presente e precisa ser enfrentado tanto por políticas de ação afirmativa, quanto pela necessária criminalização do racismo nas suas diferentes formas de manifestação.

“A história social do Brasil pode ser contada como a história social da violência.”

IHU On-Line – Por que ocorre o encarceramento em massa e qual o efeito disso?

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – O tema do encarceramento traz alguns elementos novos no contexto contemporâneo. Desde os anos 1980, verifica-se um processo de superencarceramento que começa no contexto norte-americano, a partir da política de guerra às drogas e de toda uma mudança social que acontece a partir da implantação do programa neoliberal, com o enxugamento de gastos sociais, corte de direitos sociais e ampliação da utilização do sistema penal para contenção de determinadas populações marginalizadas, o que afetou muito especialmente a população negra.

No Brasil, esse processo começa nos anos 1990. Nas últimas décadas, tivemos um incremento muito grande das taxas de encarceramento no país, que hoje está entre os quatro que mais encarceram no mundo e tem entre eles a maior taxa de crescimento do encarceramento na



última década. Isso, em grande medida, em virtude da lei de drogas (Lei 11.343/2006), em que pese a ideia de que pudesse ter avançado no sentido de uma despenalização do usuário, mas que acabou levando a um endurecimento em relação ao varejo da droga. Os pequenos vendedores são penalizados de forma dura e constituem hoje, na população prisional masculina, em torno de 30% dos presos e, na feminina, em torno de 70%.

Além disso, temos o crescimento de uma demanda social punitiva que se relaciona com o aumento da violência, com a sensação de insegurança e com a falta de políticas de segurança efetivas, que não são implementadas e que levam boa parte da sociedade a aderir ao discurso do chamado populismo punitivo, ou seja, a ideia de que o puro e simples endurecimento penal, mesmo nas condições precárias do nosso sistema carcerário, poderia ser um mecanismo de contenção da criminalidade.

Isso leva a uma resposta do sistema político que é o aumento de penas e a relativização de direitos e garantias processuais, o que incrementa o encarceramento e, muito especificamente, o aprisionamento provisório. Em torno de 40% das pessoas presas ainda não foram julgadas, mas são mantidas nesta condição porque o sistema é moroso e muitas vezes incapaz de produzir os elementos probatórios que garantam uma condenação criminal. Mas, dependendo do perfil do acusado, ele é mantido já em situação de encarceramento durante todo o processo, o que agrava a situação de superlotação.

IHU On-Line – Os dividendos eleitorais do tema segurança pública são tão relevantes que um dos motivos atribuídos à intervenção no Rio de Janeiro foi a busca de um fôlego maior para uma eventual candidatura de Michel Temer à presidência.

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – Com certeza. O governo se encontrava em uma situação de

grande descontentamento social, com alta rejeição por parte da opinião pública (taxas de aprovação em torno de 5%) e manifestações cada vez mais amplas contra o corte de direitos trabalhistas e a reforma da Previdência – ações propostas por um governo que carece de legitimidade eleitoral, além de toda a situação envolvendo denúncias de práticas criminosas por parte tanto do presidente da República quanto de vários ministros.

A intervenção no Rio de Janeiro aparece como uma tábua de salvação, uma boia em ano eleitoral para que haja uma mudança de orientação da agenda política em direção àquilo que é a principal demanda social, que é a demanda por segurança. Fazendo isso, o governo – que enfrentava dificuldade para sua legitimação social – deixa de lado uma agenda bastante criticada, praticamente inviabilizada no Congresso em ano eleitoral, e adota outra que atende a uma demanda social.

A princípio, uma intervenção federal em um estado federativo não tem caráter militar. Não há previsão de uma intervenção militar na Constituição Brasileira. Quando a União intervém em um estado, seja de uma forma mais integral, seja especificamente na área da segurança pública, é uma intervenção civil por parte do governo federal para atender a uma situação de crise. No entanto, ao dar um papel de interventor a um general, comandante das Forças Armadas na região Sudeste, e de alguma maneira vincular esta intervenção a uma presença maior das Forças Armadas na operação da segurança pública no estado do Rio de Janeiro, o governo estabelece um caráter militar para esta intervenção.

É algo extremamente grave, tanto pela inadequação da atuação das Forças Armadas neste âmbito, quanto pela histórico delas de ingerência sobre a sociedade civil e o sistema político. Isso reaviva o fantasma de um endurecimento do regime por meio da presença cada vez maior das Forças Armadas em setores que não são de sua competência, sua atribuição,

e que acabam sofrendo uma tutela por parte dessas forças.

A intervenção gera desconforto dentro do próprio meio militar. Temos acompanhado manifestações que denotam a existência de uma divisão dentro das Forças Armadas. Há um setor, que se poderia chamar de mais profissional, que questiona o papel do Exército neste âmbito e considera a possível perda de apoio e de legitimidade social duramente reconquistados nos últimos 30 anos de democracia. Outro setor tem produzido uma nova doutrina de segurança nacional que vincula o papel das Forças Armadas ao combate à criminalidade e combina isso com o combate a movimentos sociais reivindicatórios. Isso apresenta uma nova roupagem, digamos assim, para uma presença das Forças Armadas intervindo na vida social e política brasileira.

“Boa parte da violência que acomete a história do Brasil foi praticada pelo Estado.”

37

IHU On-Line – O que caracteriza o crime organizado e as facções? E por que elas não estão mais restritas a São Paulo e Rio de Janeiro?

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – É importante fazer uma distinção desses dois conceitos. As facções criminais no Brasil são uma denominação que se generalizou no debate a respeito dos grupos ligados ao tráfico de drogas e que ganharam projeção e consolidação a partir, justamente, da superlotação carcerária e do domínio desses grupos dentro do ambiente prisional. A presença de

grupos ligados ao mercado da droga no Brasil data do final dos anos 1970, início dos 1980, quando o comércio se profissionaliza e a cocaína especialmente produziu um reforço do poderio econômico de quem vendia a droga. Isso, vinculado ao contexto da ditadura e da vinculação de grupos criminosos e de dissidentes políticos em determinados ambientes carcerários, acabou produzindo no Rio de Janeiro uma primeira grande facção, que foi a Falange Vermelha, depois tornada Comando Vermelho¹. Nos anos 1980, ela se desagrega, produzindo outras facções e uma disputa que se mantém até hoje nas favelas cariocas, em torno desse mercado. A inexistência de um monopólio do comércio da droga no varejo acaba levando à presença muito constante da violência, do armamento, da disputa de território e assim por diante.

Em São Paulo, a situação se tornou diferente porque uma facção, o Primeiro Comando da Capital - PCC² – produzido a partir do massacre do Carandiru³ como forma de reação

dos presos à violência do Estado –, por uma série de mecanismos identitários e também de funcionamento, acabou adquirindo um monopólio sobre o varejo da droga em todo o estado. O PCC adquiriu um poderio que não é comparável ao que havia antes da sua criação e do seu crescimento. Talvez por isso, cada vez mais se vincula essa ideia de facções criminais com a ideia de crime organizado. No entanto, essa criminalidade do varejo da droga é muito pouco organizada, é muito frágil, muito móvel e volátil. Existem várias disputas, com a grande exceção do PCC, que conseguiu estabilizar e consolidar um domínio durante essas últimas décadas no estado de São Paulo e começa a se disseminar também para outros estados, inclusive tendo hoje o controle de algumas rotas internacionais da droga.

Crime organizado é outra coisa. Trata-se de um nível de criminalidade que envolve geralmente o poder público, ou seja, que tem na sua base a participação de pessoas ligadas às próprias forças de segurança pública, às polícias, ao sistema político ou ao meio empresarial. O crime organizado, nesse nível, envolve a comercialização de mercadorias ilícitas que vão muito além da droga no varejo. E aí teríamos que falar do tráfico internacional de drogas e de armas, mas teríamos que falar também da subtração de dinheiro público por licitação fraudulenta, de desvios praticados nos mais diferentes âmbitos da economia formal que acabam também dando origem a uma série de processos vinculados à lavagem desse dinheiro obtido de forma ilícita, e isso também se conecta à circulação do capital em nível internacional.

O conceito de crime organizado está muito mais vinculado a esse tipo de práticas que ficam menos sujeitas ao controle público e à própria opinião pública, pois não têm tanta visibilidade, não têm um caráter tão midiático quanto a violência cotidiana praticada por esses grupos que dominam áreas de periferia.

De alguma forma, a confusão des-

ses dois conceitos acaba levando a que se acredite que, no combate ao crime, a prioridade seria o combate ao pobre, esse indivíduo que está vinculado às facções nas periferias urbanas, pratica o varejo da droga, mas que é apenas a ponta de uma grande estrutura criminal que envolve todos esses setores que, muitas vezes, ficam absolutamente à margem do poder punitivo e do sistema penal.

“A forma como se deu a abolição da escravatura no Brasil acabou produzindo grandes contingentes populacionais marginalizados vinculados, evidentemente, à população negra.”

IHU On-Line – No Rio Grande do Sul, por que cresceu o espaço e o poder das facções?

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – O Rio Grande do Sul tradicionalmente tem uma dinâmica própria das facções criminais, tanto que até hoje o PCC não conseguiu estabelecer no estado uma base mais sólida, ao contrário do que acontece em outros lugares. Há grupos que se rivalizam especialmente na Região Metropolitana, e eles têm o seu ponto de aglutinação no Presídio Central de Porto Alegre, na hoje chamada Cadeia Pública de Porto Alegre, onde muitas vezes tive-

¹ **Comando Vermelho:** é uma das maiores organizações criminosas do Brasil. Foi criada em 1979 na prisão Cândido Mendes, na Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, como um conjunto de presos comuns e presos políticos, militantes de grupos armados, sendo os presos comuns membros da conhecida Falange Vermelha. Entre os integrantes da facção, que se tornaram notórios depois de suas prisões, estão o líder Fernandinho Beira-Mar, Marcinho VP, Mineiro da Cidade Alta, Elias Maluco e Fabiano Atanazio (FB). O CV tem ramificações em outros estados brasileiros como Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso, Espírito Santo, Acre, Pará, Maranhão, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Mato Grosso do Sul, Amazonas e algumas partes de Minas Gerais, Piauí, Paraíba, Pernambuco e da Bahia. Nos estados do Rio de Janeiro, Rondônia, Mato Grosso, Acre, Ceará e Tocantins o CV é maioria no sistema penitenciário. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Primeiro Comando da Capital (PCC):** organização criminosa que comanda rebeliões, assaltos, sequestros, assassinatos e narcotráfico. Atua principalmente em São Paulo, mas tem presença em 22 dos 27 estados brasileiros, além de países próximos, como Bolívia, Paraguai e Colômbia. Estima-se que tenha cerca de 30 mil membros, sendo mais de 8 mil em São Paulo. É considerada uma das maiores organizações criminosas do país. Seu financiamento decorre principalmente da venda de maconha e cocaína, além de roubo de cargas e assaltos a bancos. Está presente em 90% dos presídios paulistas e fatura cerca de 120 milhões de reais por ano. O PCC surgiu em 1993 no Centro de Reabilitação Penitenciária de Taubaté, no Vale do Paraíba, que acolhia prisioneiros transferidos por serem considerados de alta periculosidade pelas autoridades. Vários dos ex-líderes da organização estão presos, como Marcos Williams Herbas Camacho (Marcola). (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Carandiru:** nome popular da Casa de Detenção de São Paulo, complexo penitenciário que se localizava na zona norte da cidade de São Paulo. Foi fundado na década de 1920. Chegou a abrigar mais de 7 mil presos, sendo o maior presídio do Brasil e da América Latina. Um dos fatos mais conhecidos da história do presídio ocorreu em 1992, quando 111 detentos foram mortos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo durante uma rebelião. Esse fato teve grande repercussão nacional e internacional. Em 2002, iniciou-se o processo de desativação do Carandiru, com a transferência de presos para outras unidades. Hoje o presídio já se encontra totalmente desativado. (Nota da **IHU On-Line**)

ram a possibilidade de negociar com os gestores do sistema carcerário e com a própria Polícia Militar, que há bastante tempo administra o presídio. Já houve relatos de que determinados grupos foram beneficiados ou favorecidos pela administração prisional em detrimento de outros que se colocavam nessa disputa.

Nos últimos anos, houve o surgimento de um novo agrupamento ligado ao comércio ilegal da droga, que se caracterizou pela utilização da violência de forma mais exacerbada do que em períodos anteriores, invadindo áreas que eram de outras facções na região da Grande Porto Alegre. Talvez seja isso que tenha levado a esta situação de aumento bastante considerável das taxas de homicídio no estado, especialmente na Região Metropolitana, e a um descontrole do poder público sobre este contexto de disputa de território entre facções.

Há, portanto, uma situação de disputa, de desequilíbrio, em que o poder público e as polícias combatem determinados grupos e até prendem líderes de certas facções em áreas específicas, deixando esses territórios à mercê da entrada de grupos rivais. Quando essas operações acontecem, muitas vezes se verifica aumento da violência.

Tudo isso coloca em questão o próprio modelo de enfrentamento da questão da droga. O Rio Grande do Sul é um exemplo de como esta política de guerra às drogas e de criminalização do varejo acaba levando apenas a um efeito prático, que é a superlotação carcerária. O estado, em três anos, passou de 27 mil para 36 mil presos no sistema prisional. Talvez seja o que mais tem crescido em termos de taxas de encarceramento, sem que haja investimento em aumento de vagas e na melhoria das condições carcerárias, deixando essa massa à mercê justamente dos grupos que dominam o ambiente carcerário e que praticam as suas atividades fora dos muros da prisão também.

IHU On-Line – O combate ao homicídio dever ser priorida-

de? Por quê?

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – Diante da situação da segurança pública no Brasil e do fato de que o poder público tem limitações muito sérias, tanto em termos orçamentários, como em termos de planejamento para intervir na criminalidade, evidentemente que nós defendemos que se definam prioridades. No segundo governo Dilma⁴, ela – fazendo a autocritica da falta de política de segurança e do papel mais efetivo da União nesta área no primeiro governo –, por meio do ministro da Justiça, compôs um grupo de especialistas que foram chamados a Brasília para realizar este debate. Afinal de contas, qual seria a possibilidade de uma intervenção federal nesta área e qual seria o foco dessa intervenção?

Nós todos que participamos desse processo fomos unânimes em defender que fosse dada prioridade à questão da criminalidade violenta, especificamente os homicídios. Elaborou-se uma proposta de pacto nacional pela redução dos homicídios, com políticas e metas estabelecidas para serem implementadas ao longo do tempo. Com o processo de impeachment e com o enfraquecimento do governo federal, evidentemente, não se teve condições de implementar.

Com o governo Temer⁵, esse plano simplesmente foi abandonado e, no seu lugar, quase nada foi apresentado, a não ser um conjunto de slides, pelo então ministro da Justiça, Ale-

xandre de Moraes⁶, que muito pouco tinha de conteúdo e até hoje não se sabe o que de fato foi implementado. Agora o governo vem novamente, tanto com a questão da intervenção no Rio de Janeiro quanto com a ideia de criação de um Ministério da Segurança Pública, querendo se apropriar desta pauta, desta agenda em ano eleitoral, mas tanto uma proposta quanto a outra são bastante questionáveis.

Não sabemos o que significa esta intervenção federal, qual é a sua finalidade, seu foco, assim como não se sabe qual é a viabilidade da criação de um Ministério da Segurança Pública em um último ano de governo, quais seriam suas atribuições, seu papel e sua estrutura. Carecemos de uma política efetiva de enfrentamento do problema dos homicídios que atinge prioritariamente os moradores de periferia, pobres, negros, que são as vítimas dessa situação de falta de políticas públicas nessa área, e isso leva à exacerbção do chamado fascismo social, desse discurso punitivo, muito vinculado à ideia de que bandido bom é bandido morto, mas bastante distante de propostas concretas para o enfrentamento do problema.

IHU On-Line – Qual a política mais adequada em relação às drogas?

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – Se existe um consenso entre os especialistas da área, é de que a nossa política de drogas está fali-

4 **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores – PT, eleita duas vezes presidente do Brasil. Seu primeiro mandato iniciou-se em 2011 e o segundo foi interrompido em 31 de agosto de 2016. Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo durante o processo de impeachment movido contra ela. No dia 31 de agosto, o Senado Federal, por 61 votos favoráveis ao impeachment contra 20, afastou Dilma definitivamente do cargo. O episódio foi amplamente debatido nas Notícias do Dia no sítio do **IHU**, como, por exemplo, a Entrevista do Dia com Rudá Ricci intitulada *Os pacotes da Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder*, disponível em <http://bit.ly/2bPiHK>. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Michel Temer** [Michel Miguel Elias Temer Lulia] (1940): político e advogado nascido em Tietê (SP), ex-presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. É o atual presidente do Brasil, após a deposição por impeachment da presidenta Dilma Rousseff naquilo que inúmeros setores nacionais e internacionais denunciam como golpe parlamentar. Foi deputado federal por seis legislaturas e presidente da Câmara dos Deputados por duas vezes. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Alexandre de Moraes** (1968): ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Professor associado da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – USP, onde se graduou e obteve o título de doutor em Direito do Estado. Foi membro do Ministério Público de São Paulo, em que foi promotor e exerceu diversas funções, de 1991 a 2002. Deixou o MP para assumir a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, nomeado pelo governador Geraldo Alckmin, cargo que exerceu até 2005, tendo sido, de 2004 a 2005, o presidente da Febem/SP, atual Fundação CASA. Compôs o Conselho Nacional de Justiça de 2005 a 2007. Foi secretário Municipal de Transportes de São Paulo da gestão de Gilberto Kassab, de 2007 a 2010, e secretário Municipal de Serviços, cumulativamente, de 2009 a 2010. Em 2010, fundou um escritório dedicado ao direito público, em que exerceu a advocacia até o fim de 2014, quando Geraldo Alckmin o nomeou secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Foi ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Michel Temer a partir da abertura do impeachment de Dilma Rousseff, em 12 de maio de 2016. Em 2017, foi nomeado por Temer para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga do ministro Teori Zavascki, que morreu em um acidente aéreo. (Nota da **IHU On-Line**)

da. Não temos dúvida. O que há é um aumento do encarceramento de pessoas ligadas ao varejo da droga, que superlotam prisões e reforçam o domínio das facções criminais. Isso, no entanto, não afeta o comércio da droga e não tem nenhum impacto sobre a demanda de consumo.

Seria preciso repensar essa política. Uma primeira medida viável, factível e que poderia ter impacto concreto nesse contexto seria destavar no Supremo Tribunal Federal a tramitação do processo de descriminalização do uso de drogas no Brasil, que é a tendência que vinha sendo apresentada pelos votos do relator e dos que o seguiram, até que foi feito um pedido de vistas pelo ministro Alexandre de Moraes. Até hoje esse processo se encontra engavetado. Se fosse adiante e o Supremo se manifestasse no sentido da descriminalização do usuário de forma definitiva, isso seria um grande avanço, desde que seguido por uma grande tendência manifestada nos votos do Supremo que é o estabelecimento de um critério objetivo para distinguir o usuário do traficante.

Da forma como está colocada na lei, a situação é absolutamente subjetiva, pois o juiz define por critérios que têm a ver com o perfil do acusado, e isso leva à criminalização da pobreza. O que se pretende com essa ação no Supremo Tribunal Federal é que se estabeleça uma quantidade mínima que caracterize o tráfico. E, a partir disso, todos os que forem presos com quantidades menores do que essa não poderiam receber a qualificação de traficantes.

Esta é a possibilidade mais concreta de que a questão avance no Brasil no sentido de uma nova política de drogas que deixe de lado a intervenção penal e avance em políticas de redução de danos, de contenção do consumo por meio de campanhas educativas, de conscientização, sem criminalização.

Um passo seguinte talvez seja a regulamentação do mercado das drogas, tal como aconteceu no Uruguai em relação à maconha, tal como tem acontecido em outros países, mes-

mo em alguns estados dos Estados Unidos e também na Europa. Esta é a tendência cada vez maior de participação do poder público neste contexto não mais por meio do sistema penal, mas por meio de saúde pública e de mecanismos que garantam que o mercado da droga seja retirado da ilegalidade, com isso enfraquecendo as estruturas criadas em torno da demanda pela droga.

“Temos o crescimento de uma demanda social punitiva que se relaciona com o aumento da violência, com a sensação de insegurança e com a falta de políticas de segurança efetivas.”

IHU On-Line – Qual o papel do Judiciário em uma sociedade profundamente violenta?

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – O papel fundamental do Poder Judiciário, na sociedade brasileira e em um contexto de normalidade democrática e constitucional, é garantir a vigência das leis, ou seja, no âmbito do processo penal, a vigência dos direitos e das garantias fundamentais.

O sistema penal, e especialmente a justiça criminal, não são mecanismos adequados de prevenção ao crime. Em nenhum lugar do mundo o sis-

tema penal cumpre este papel, pelo contrário, ele é um mecanismo de controle justamente do sistema punitivo, por meio de regras que devem orientar a ação do poder público, desde a polícia até a execução da pena.

O papel fundamental e prioritário do Judiciário é garantir a vigência desse sistema de garantias, o que não é nada fácil, especialmente em países como o Brasil, com uma tradição autoritária e inquisitorial, em que o Estado, por meio dos seus órgãos de controle penal, exorbita de suas atribuições, se excede no uso da violência, produz provas por meios ilícitos e tudo isso acaba levando a uma situação de absoluta insegurança jurídica que vitimiza o cidadão, tenha ele praticado ou não delitos. Em democracia, direitos e garantias devem ser assegurados, caso contrário estamos no âmbito de um regime autoritário. O papel do Judiciário fundamentalmente é este.

No Brasil, lamentavelmente, temos acompanhado a existência de práticas judiciais desvinculadas dessa preocupação com os direitos e garantias, que cada vez mais aderem à demanda social por punição, colocando juízes e tribunais a serviço de uma suposta segurança pública que, para que seja efetiva, deve abrir mão justamente da vigência das regras constitucionais e processuais penais. Temos a figura do juiz inquisidor, do juiz xerife, do juiz que não apenas recebe as partes para realizar o seu papel de julgador, mas acaba assumindo uma função de combate ao crime. Esse é o pior cenário, a pior possibilidade que se tem em relação ao Poder Judiciário. Lamentavelmente, isso acabou derivando para a aceitação cada vez mais generalizada por operadores jurídicos ligados tanto ao Judiciário, quanto ao Ministério Público, inclusive em virtude do efeito da Operação Lava Jato e de todo o discurso midiático de combate à corrupção no Brasil. Esses expedientes estão desconectados da ordem jurídica constitucional e cada vez mais justificados e legitimados pelo discurso de combate ao crime. ■



Quando a segurança pública é só caso de polícia, a violência juvenil explode

David Levisky observa como a falta de investimento e de atenção a crianças e adolescentes compromete o amadurecimento do jovem, que reage com arroubos de violência

João Vitor Santos

A explosão hormonal e todas as transformações da adolescência levam os jovens a manifestar com mais facilidade os traços violentos inerentes ao ser humano. Entretanto, é desde muito cedo que se precisa estar atento, porque o fator ambiental é crucial e pode levar ao descontrole. “O que precisamos discutir é o que seria a violência própria do processo de desenvolvimento humano”, sinaliza o psicanalista David Léo Levisky. Para ele, a criança e o jovem que vivem num ambiente de negligências afetivas, sociais e até de infraestrutura naturalizam a violência e a tomam como única resposta. “Quando há um crime, é fácil identificar o motivo, a razão prática. Mas o que está subjacente, no contexto da malha social? Aquelas situações em que um garoto tem uma arma, naquele ambiente, é parte do processo de desenvolvimento e faz parte do rito de passagem”, analisa.

Na entrevista a seguir, concedida por telefone à IHU On-Line, Levisky ainda revela que a sociedade de nosso tempo cria cisões de mundos. Isso gera violência que acaba sendo naturalizada por todos. “E a nossa sociedade, ao criar uma cisão, fez com que o jovem fosse buscar na criminalidade uma valorização. E os líderes do tráfico de drogas sabem que podem contar com os jovens. A violência fica como um elemento do cotidiano dele”, provoca. É por isso

que o psicanalista propõe outro conceito de segurança pública. “Para mim, o lixo abandonado na rua é questão de segurança pública; uma favela com esgoto correndo a céu aberto e as crianças brincando ali com todo o tipo de infecção, é caso de segurança pública. Afinal, nesses casos, você está desconsiderando o sujeito, agredindo a pessoa”, explica.

David Léo Levisky é psicanalista e professor da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Formado pela Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, possui especialização em Psiquiatria e nas áreas da infância e da adolescência. Também é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Recentemente, teve seu artigo *Uma contribuição psicanalítica para políticos e cidadãos* publicado no livro *Winnicott: integração e diversidade* (Rio de Janeiro: Perspectiva, 2018), organizado por Anna Melgaço. Entre outras publicações, destacamos *Adolescência e Violência: ações comunitárias na prevenção* (São Paulo, Casa do Psicólogo. 2001) e *Um monge no divã – a trajetória de um adolecer na Idade Média Central* (São Paulo, Casa do Psicólogo. 2007).

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia, de 12-3-2018, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2GwqK8M>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Arroubos de violência são inerentes à adolescência?

David Léo Levisky – Existem problemas de violência que são inerentes à adolescência, mas existem

agravantes, na cultura contemporânea e na realidade brasileira, que contribuem para a exacerbação des-

sa violência. O que precisamos discutir é o que seria a violência própria do processo de desenvolvimento humano, isto é, os arroubos de violência dependendo da circunstância para que não caiamos na ideia vulgar de que a violência é algo intrínseco à adolescência.

IHU On-Line – No que corresponde aos componentes orgânicos, químicos, como entender essa perspectiva da violência?

David Léo Levisky – O jovem passa pelas transformações hormonais, que geram as transformações da adolescência, que têm repercussões na vida social, afetiva, familiar, e a estrutura egoica. Todo o instrumental que ele tem para lidar com o corpo dele, que vem da infância, fica enfraquecido e dá espaço a uma reestruturação da personalidade e da identidade. É um processo biológico que varia de cultura para cultura, de época para época. Assim, existe uma violência que é resultado de intensa atividade pulsional, porque os mecanismos de defesa da infância são atenuados, os egos de determinada estrutura se fragilizam; tudo isso, contudo, abre espaço para novas experiências afetivas, sociais, intelectuais, o que promove uma reorganização.

Isso, porém, não é tão linear como estou colocando, é um processo de subidas e descidas, êxitos e fracassos onde as frustrações fazem parte de um processo de vivências que dão aprendizado a um sujeito e dão a ele a chance de se organizar da maneira diferente. O jovem, na faixa etária entre 14 e 16 anos, não tem muita noção da força dele, vem um impulso de fazer um movimento mais brusco e ele pode machucar o outro e se machucar, uma vez que ele ainda está aprendendo a modular emocionalmente a intensidade de sua energia. Paralelamente, este jovem tem um sistema de valores superegoicos que servem também de freio. Por isso que é comum o jovem passar por movimentos de oscilação no humor, na agressividade,

na intensidade amorosa – grandes paixões e imensas depressões –, isso tudo sem perceber os desdobramentos que essas coisas podem ter para ele mesmo e para os outros. Ainda que racionalmente ele saiba de todos os perigos, emocionalmente ainda não tem a vivência do que aquilo que ele está fantasiando pode trazer na realidade.

IHU On-Line – E qual o agravante da questão social?

David Léo Levisky – Eu costumo dizer que tudo que se torna repetitivo na cultura se transforma em um valor de cultura. O que se vê de violência na televisão, nos jogos eletrônicos, no noticiário é tão repetitivo na vida do sujeito, sem ser acompanhado de uma análise crítica, com mensagens com pouca discussão, pouca reflexão, pouca percepção do que está acontecendo. Tudo é transmitido como uma informação chapada (sem profundidade) em que não entramos na intimidade dos processos. Esta repetição contínua das mais variadas violências – dos políticos, sua corrupção e desfaçatez aos noticiários policiais ou dos jogos que, se por um lado ajudam a canalizar a violência e destrutividade interna de uma forma fantasiosa, por outro contribuem para transformar essa violência num valor da cultura – torna a violência um modo de ser.

Por exemplo, cito muito o filme *A cidade de Deus* (2002), onde é retratada uma sociedade muito bem organizada naqueles padrões. Quando o jovem conquista uma arma, conquista um valor daquela sociedade. E a nossa sociedade, ao criar uma cisão, fez com que o jovem fosse buscar na criminalidade uma valorização. E os líderes do tráfico de drogas, os chefes daquela região, sabem que podem contar com os jovens. A violência fica como um elemento do cotidiano dele.

Se entendermos isso, é preciso parar para pensar o que existe na sociedade de um lado e na sociedade de outro lado. Por isso não está integrado? Para aquela sociedade que

foi excluída desde o início – o jovem já nasce em situação de exclusão –, toda aquela situação tem uma certa normalidade. E nós também aceitamos e convivemos com isso com uma certa normalidade. Saímos preocupados, olhamos se não há ninguém nos espreitando para nos atacar e roubar, mas isso passa a ser um fenômeno da cultura contemporânea das grandes cidades, como aqui em São Paulo, aí em Porto Alegre, Brasília, Rio de Janeiro. Isso toma outras dimensões porque, além de tudo, os valores culturais que servem de alicerce para a organização da sociedade estão sendo modificados. Inclusive pelas questões da tecnologia, da velocidade da informação, fatores muito conhecidos por todos nós.

Subjetividade ignorada

O que pouco se observa é o subjetivo, como as questões subjetivas permeiam a sociedade. Quando há um crime, é fácil identificar o motivo, a razão prática. Mas o que está subjacente, no contexto da malha social, no inconsciente dessa malha social, que favorece determinadas situações? Aquelas situações em que um garoto tem uma arma, naquele ambiente, é parte do processo de desenvolvimento e faz parte do rito de passagem. Assim como na outra sociedade, a do outro lado, entre muitos jovens o uso da droga, o racha de carro ou a aprovação no vestibular são processos do rito moderno de passagem da adolescência para a vida adulta.

Todas essas são situações de complexidade em que não basta agir de forma linear e não integrada nos vários setores. Num país onde o processo educacional não consegue ensinar a língua materna – veja os índices de reprovação em provas de Português e Matemática, que são altíssimos –, o que se pode esperar?

IHU On-Line – O senhor destaca aspectos do que pode ser chamado de banalização da violência. Acredita que essa banalização, esse gatilho que dispara um círculo vicioso de

violência, também tem relação com as desigualdades?

David Léo Levisky – É difícil sabermos o que vem primeiro. É a situação da desigualdade que leva a esse estímulo contínuo de situações de violência ou são situações de violência que são manifestações, às vezes até necessárias, que buscam diminuir a desigualdade? Por isso é importante compreender o que chamo de violência. Uso um conceito que extraí de um livro do professor Zeferino Rocha¹, chamado *Paixão, violência e solidão – o drama de Abelardo e Heloisa no contexto cultural do século XII* (Recife: UFPE, 1996). Trabalhei com esse texto em minha tese de doutorado em que juntei História e Psicanálise. O professor diz o seguinte: “entende-se como violência em todas as suas formas de manifestação a força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, estéticas, políticas e religiosas. É uma força que desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e deveres e passa a ser olhado como um puro e simples objeto”.

A partir disso, podemos imaginar as consequências do descuido social que existe nas nossas favelas – e aqui não falo de nenhum partido político; falo de uma questão humanitária. Faço questão de deixar isso claro. Uma sociedade que sofre abandono pelo poder público, como é o caso de uma família em que um jovem ou criança é abandonado, ou alguém que é abandonado dentro de sua comunidade, ou a comunidade que é abandonada dentro da malha social do seu estado ou de seu país, acaba produzindo uma violência da autoestima do sujeito.

A violência física é fácil de ser detectada, mas as outras são mais difíceis. São aquelas violências que, por exemplo, humilham o sujeito, as questões de racismo, as homofobias e preconceitos em geral, e que geram um clima de hostilidade que pode acabar caminhando para a violência até física. É a violência moral, que atinge a autoestima. Existe uma questão narcísica, pois todos nós queremos ser, em algum momento, principalmente no início da vida, o centro das atenções. Como dizia Freud², “sua majestade, o bebê”. Ou seja, a criança nasce e requer uma série de cuidados que vão dar condições para estruturar uma personalidade adequada, equilibrada para aprender a lidar com seus amores, suas paixões e suas violências. Isso é necessário para poder, assim, analisar, filtrar e redirecionar essa energia.

Entretanto, essas questões não são levadas em consideração, seja na família ou na grande sociedade. Não levando em consideração essas questões, se abrem feridas profundas na estruturação do sujeito, tanto do ponto de vista neuropsicológico e neuroquímico como do ponto de vista simbólico, da organização da atividade simbólica. Se não olhamos para isso, a coisa vai se degenerando.

O ECA e a renúncia ao sujeito

Veja um exemplo: no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA existe uma expressão chamada “medidas socioeducativas”. Ou seja, o lado psicológico não consta na lei. O jovem tem que se adaptar àquilo que a

sociedade dominante espera que ele se adapte. O método que se usa não importa. Essas rebeliões que acompanhamos demonstram que esses jovens já chegaram à adolescência com seu equipamento neuropsíquico, com sua capacidade simbólica de investimento afetivo, comprometidos. Alguns poderão se beneficiar de um processo de reeducação. Mas não basta, se não se trabalhar emocionalmente as feridas profundas causadas na estruturação do sujeito.

O ECA não leva em consideração o sujeito. Se o camarada está praticando delito você pode bater porque ele precisa se enquadrar na norma. Não entra o conceito da formação psicológica, a história do sujeito. A pessoa chegou àquele ponto de delinquência por um conjunto de fatores. Pode até ser genético, mas é a minoria. Há outros fatores, como os familiares, sociais, que se agregam a tudo isso e que a resultante é ele ter virado um delinquente. Simplesmente prender e punir vai só reforçar a delinquência. Alguns até podem se beneficiar com alguma situação de educação, mas não faz parte da lei o conceito psicossocioeducativo. Tudo isso gera violência.

Aliás, o Brasil tem uma frase bonita na sua bandeira: Ordem e Progresso. Estamos vivendo a desordem e da desordem vem a violência, em que a violência não é só negativa. Ela pode ser um grito de esperança. Se seguirmos na linha do Winnicott³, veremos que pode ser um grito de esperança, porque se alguém está brigando por mudar alguma coisa, ainda que usando um meio errado, se formos analisar o contexto pelo qual ele está brigando – e aqui não estou falando a favor da briga –, perceberemos que os meios democráticos institucionais de diálogo não estão funcionando. E aí vem a violência. Se pegarmos o

1 **Zeferino de Jesus Barbosa Rocha**: falecido em 2016, foi professor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco. cursou Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma- Itália, mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma-Itália e doutorado em Psicologia pela Universidade de Paris X, Nanterre, França. Foi professor de História da Filosofia na Faculdade de Filosofia do Recife, de Teologia no Seminário Maior de Olinda e no Seminário Regional do Nordeste (1952-1965) e de Psicanálise na Universidade René Descartes em Paris V. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Sigmund Freud** (1856-1939): neurologista nascido em Freiberg, Tchecoslováquia. É o fundador da psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudou pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da psicanálise. Desenvolveu a ideia de que as pessoas são movidas pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século 19 e continuam ainda muito debatidos. A edição 179 da *IHU On-Line*, de 8-5-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível em <http://bit.ly/ihuon179>. A edição 207, de 4-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível em <https://goo.gl/wL1FIU>. A edição 16 dos Cadernos IHU em formação tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível em <http://bit.ly/ihuem16>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Donald Woods Winnicott** (1896-1971): foi um pediatra e psicanalista inglês. Para Winnicott, cada ser humano traz um potencial inato para amadurecer, para se integrar; porém, o fato de essa tendência ser inata não garante que ela realmente vá ocorrer. Isto dependerá de um ambiente facilitador que forneça cuidados, sendo que, no início, esse ambiente é representado pela mãe suficientemente boa. É importante ressaltar que esses cuidados dependem da necessidade de cada criança, pois cada ser humano responderá ao ambiente de forma própria, apresentando, a cada momento, condições, potencialidades e dificuldades diferentes. (Nota da **IHU On-Line**)

caso individual, teremos um tipo de história; se pegarmos casos coletivos, teremos outro tipo de história.

IHU On-Line – No que consiste a violência contra a criança e o adolescente hoje, que o leva, no futuro, a responder com uma postura violenta?

David Léo Levisky – Vamos pensar na linha do artigo que escrevi há muito tempo, chamado *Adolescência e violência – uma sociedade carente de pai e mãe*⁴. Tome como exemplo uma família – depois podemos expandir esse modelo para uma sociedade, mas vamos tomar uma família porque é mais simples – em que há uma criança que é filha de um casamento mal organizado – quando falo casamento, me refiro a todos os tipos de casamento, indiferente de gênero, me refiro à qualidade do vínculo. Nascer dentro desse ambiente conturbado, com pais alcoólatras, pais em conflitos contínuos, em violências domésticas, abandonos, tendo tudo isso precocemente ou mesmo antes do nascimento, será gerada uma relação com os pais cheia de tensões internas.

Existem, nesses casos, ainda, questões que envolvem a violência de poder e também de tensão. Numa família desorganizada, geralmente a autoridade dos pais é vivida de uma forma distorcida. Pode caminhar para um autoritarismo, que é muito diferente de autoridade. Assim, o poder é exercido de uma forma repressiva, aniquiladora, e não como um poder estruturante e organizador, acolhedor, que ajuda a pensar, a direcionar, a selecionar.

Ou seja, se essas relações primárias são muito conturbadas, elas vão degenerar a formação do sujeito. E na adolescência isso vem à tona com muita intensidade, porque os núcleos traumáticos já estavam presentes. Mesmo que depois tenha havido uma fase de atenuação, quando chega a adolescência, a organização egoica fica fragilizada e até surgir outra or-

ganização mais atualizada o jovem é capaz de passar por muitos transtornos. É diferente quando o jovem vem de uma família mais estável. Quando falo estável não quer dizer que não haja briga familiar, sempre tem, pois cada sujeito é uma entidade diferente. A discussão faz parte do processo de elaboração e do encontro criativo de novos caminhos. Numa família onde se conversa, tem diálogo, onde aquele que se excedeu pode ter a oportunidade de rever o seu pensamento e está levando o outro em consideração, o jovem amadurece de forma mais saudável. O fato de poder levar o outro em consideração ajuda que o jovem também leve os outros – pais, irmãos etc. – em consideração.

IHU On-Line – E essa elaboração que o senhor apresenta com relação à família pode ser levada em conta também se estendermos essas perspectivas para grupos maiores, como uma comunidade, um bairro marginalizado em relação ao Centro que organiza a vida de uma cidade?

David Léo Levisky – Claro. Se você, por exemplo, dentro de um eixo metropolitano, criar lugar onde não há oportunidade, acaba mobilizando coisas como inveja, frustração e raiva, e, de outro lado, estimula a onipotência, a prepotência, uma ilusão de superioridade que só contribui para amplificar o conflito e manter as partes em choque, promovendo o antagonismo. Quando se criam situações mais justas, com oportunidades com estímulo ao trabalho, possibilidade para que o ser humano se envolva, conquiste e enxergue o outro – porque ninguém se desenvolve sozinho, sempre se depende de uma relação – surge uma possibilidade de construção mais harmônica.

Ampliando o conceito de violência

Nós desenvolvemos um projeto em São Paulo em que tentamos entender os mecanismos geradores de violência no meio juvenil, em várias

classes sociais e, ainda, observar se havia possibilidade de atenuar a violência. Usando conceitos psicanalíticos, sociológicos, de autores como Michel Foucault⁵, fomos estudar num grupo quais os fatores motivadores e atenuadores da violência na família e na sociedade. Tentamos construir um modelo com base nesses conceitos para que pudéssemos ver isso na prática.

Selecionamos três bairros da cidade de São Paulo que tivessem, no mínimo, uma delegacia, uma escola e um posto de saúde. Se não tiver isso não tem estrutura social mínima para uma vida civilizada, pois é preciso o acolhimento, a ordem e uma orientação. Sem educação não conseguimos fazer nada. Só polícia também não adianta, porque eles não têm métodos adequados para educar, têm uma visão repressiva. Em cada bairro desses escolhemos uma escola particular, uma escola municipal e uma escola estadual para saber se havia diferenças na população e no manejo das situações. O que, para cada escola, era compreendido como violência? Como identificavam a violência? Entre as respostas, tivemos coisas surpreendentes. Por exemplo, ver um computador trancado numa sala porque não tinha dinheiro para pagar a luz ou porque ninguém sabia mexer foi entendido pelos jovens como violência. Afinal, estavam sendo privados de um processo educacional.

Outro grupo de jovens entendeu que violência era falta e falha de comunicação dentro da escola. O que queriam? Um quadro de avisos, onde pudessem se comunicar com os professores, com a direção, com

⁵ **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 6-11-2006, disponível em <https://goo.gl/C2rx2k>; edição 364, de 6-6-2011, intitulada 'História da loucura' e o discurso racional em debate, disponível em <https://goo.gl/wjqFL3>; edição 343, O (des)governo biopolítico da vida humana, de 13-9-2010, disponível em <https://goo.gl/M95yPv>, e edição 344, Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate, disponível em <https://goo.gl/RX62qN>. Confira ainda a edição nº 13 dos Cadernos IHU em formação, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, Michel Foucault – Sua Contribuição para a Educação, a Política e a Ética. (Nota da IHU On-Line)

⁴ A íntegra do texto está disponível em <http://bit.ly/2o1B07G>. (Nota da IHU On-Line)



os servidores e mesmo entre os colegas. Em outra escola, que era totalmente gradeada supostamente para se proteger da violência externa, os jovens entravam no prédio e só viam grades. Eram todas as janelas gradeadas, no centro de São Paulo, ao lado da Sala São Paulo, maior sala de concertos onde a elite cultural e intelectual frequente. Era uma escola estadual totalmente cercada para proteger os alunos, mas, na verdade, os alunos se sentiam excluídos da sociedade.

Cada um desses grupos que se formaram, foram nove ao todo, precisou identificar os fenômenos e estabelecer um projeto que acreditasse que atenuaria a violência. E eles tinham que encontrar recursos para executar o projeto que deveria ter começo, meio e fim. Nesse caso do quadro de avisos, os alunos fizeram uma coleta, conseguiram um pedaço de madeira, outro conseguiu tachinhas para pregar a folha de papel, outro tinha uma tinta especial em que se poderia escrever as diversas comunicações e se organizaram com isso. Durante um ano, o que nós fazíamos era só ajudar a perceber e pensar antes de fazer.

Presença e atenção para atenuar a violência

Ao fim, era preciso terminar de uma forma que desse uma gratificação para eles, pois sem gratificação não adianta. Poderiam ser questões como: tirar o lixo da escola. O que é preciso para tirar esse lixo? Tinha uma parede esburacada. O que precisa fazer para tapar o buraco? E assim por diante. Com isso, eles começaram a perceber que são ouvidos, que tem continência afetiva, que a palavra deles tem presença, tem uma autoridade, um poder, e exemplos desse tipo foram ajudando a atenuar a violência.

Paralelamente, um outro grupo fez também a leitura do que eles entendiam como violência – como no caso em que um terreno baldio abandonado ao lado da escola era

visto como violência – e ofertamos a eles um diretor de teatro. Ele ajudou os jovens a escrever uma peça sobre aquilo que estavam vivendo, como por exemplo, como desperdiçavam a comida, jogando-a um no outro. Isso acabou numa grande mostra de teatro, tudo foi muito discutido e publicado.

Teríamos que transformar isso em política pública. Mas aí veio o problema, pois primeiro se avaliava se isso dá voto, se dá dinheiro – aliás, não dá nenhum –, se dá visibilidade etc. Aliás, isso tudo está dentro do processo educacional. Quando se tem uma educação bem organizada com chance para que cada um tenha oportunidade de pensar, de se posicionar e ver o coletivo, o valor do sujeito, de o sujeito perceber o valor do coletivo e vice-versa, as coisas mudam.

IHU On-Line – O senhor revela uma forma de combater a violência muito mais ampla. Mas a maioria das políticas públicas parece compreender a violência apenas como caso de segurança pública. Aí está a principal inabilidade do Estado para lidar com a violência?

David Léo Levisky – A visão do Estado sobre segurança pública é diferente da que apresentei. Para mim, o lixo abandonado na rua é questão de segurança pública; uma favela com esgoto correndo a céu aberto e as crianças brincando ali sujeitas a todo tipo de infecção, é caso de segurança pública. Afinal, nesses casos, você está desconsiderando o sujeito, agredindo a pessoa. Só que essa pessoa se acostuma a viver naquilo e acha natural. É diferente do índio que vivia na oca, sem esgoto, mas que sabia usar o rio e o respeitava. Ai dele se usasse o rio de forma errada, pois dali era aonde caminhava seu esgoto e dali ele retirava comida. Mas ele sabia usar, tinha uma ordem. Aqui, nós vivemos numa desordem. Existe a ordem no papel, mas uma desordem na prática e uma não integração.

No Japão, fiquei emocionado com crianças que, quando acabam de comer, recolhem o lixo e não jogam em qualquer lugar. E se brincaram e deixaram tudo espalhado, cada um vai ajudar o outro a recolher aquilo que ficou espalhado. O conceito de coletivo e integração é completamente diferente. Se temos um conceito de articulação e cooperação, todos iremos nos ajudar. Senão, contribuímos para ficar nisso aí que estamos vivendo: o caos. Aliás, o caos é bom, pois leva a buscar saídas criativas.

IHU On-Line – A violência de nosso tempo, tanto na perspectiva individual como coletiva, pode ser associada aos vazios gerados a partir da modernidade?

David Léo Levisky – Num certo sentido, sim. Se considerarmos a velocidade, a violência com que os valores mudam, em que as informações são substituídas por outras informações sem que tenhamos a possibilidade de elaborar, de incorporar, ponderar e analisar, veremos que isso gera vazios. E esses vazios são preenchidos cada um à sua maneira. Essa compulsão pelo uso do celular, da internet, de um lado atrai e dá prazer, mas de outro lado gera vazios, porque não tem isso que estamos fazendo agora: dialogar sobre questões que nos envolvem.

Há uma quebra de valores, e como novos valores são substituídos muito rapidamente, ficamos sem ter no que nos alicerçarmos. Quando uma família passa por isso e tem a chance de dialogar entre si ou com amigos, quando tem a possibilidade de criar um campo relacional que permite uma reflexão e uma elaboração, progressivamente novos valores vão se criando. Mas quando não tem isso, esse vazio se perpetua. Cada um preenche da maneira mais imediata que estiver à disposição, e aí entram drogas, compulsões, vícios, aderências a situações que dão prazeres, mas que não levam a um processo de trabalho emocional, de reflexão, de análise e comparação antes de agir. Hoje, prevalece muito o ter e o fazer. E não o ser e o pensar. ■

A violência no Brasil e o risco da tirania dos homens armados

Bruno Manso escrutina as nuances e as transformações da violência no país nas duas últimas décadas

Ricardo Machado

A violência que atravessa a história do Brasil como uma enorme e visível ferida aberta pode ser explicada pelo contínuo processo de exclusão a que a população mais pobre é submetida. Ela se explica menos pela pobreza, também histórica, e mais pelas intrincadas e complexas relações entre as populações marginalizadas e a truculência de Estado. A chacina em Fortaleza, no final de janeiro, que matou 12 pessoas e deixou outras dez feridas, revela uma nova face da violência no país, infelizmente, mais bárbara. “Existe uma peculiaridade na cena de Fortaleza que assustou todo mundo. As duas maiores chacinas de São Paulo nos anos 1990 produziram 12 mortes cada uma delas e as pessoas que morreram, segundo os matadores, tinham, de alguma forma, provocado aquele destino. Por mais bárbaro que fosse, existia um certo limite no crime que costumava ser respeitado. No caso do Ceará, a morte de oito mulheres, simplesmente, por morarem em um lugar associado a outra facção, vai além dos limites que costumavam ser estabelecidos pelos criminosos”, pondera o professor e pesquisador Bruno Paes Manso, em entrevista por telefone à IHU On-Line.

Na entrevista a seguir, o pesquisador explica como as facções criminosas têm se organizado no Brasil, cada vez mais, a partir de uma dinâmica nacionalizada, produzindo alianças entre grupos de diversas regiões. Essa é a ponta do iceberg da incompetência dos Estados e da União em gerirem tanto a questão da violência social quanto de suas políticas de segurança pública. “As crises que passaram a ocorrer nos Estados, que envolviam lideranças criminais, com o fortalecimento do tráfico de drogas e que lideravam rebeliões e ações

fora dos presídios, fizeram com que os líderes dessas ações fossem transferidos para as detenções federais. Isso permitiu que esses chefes do crime passassem a ter contato permanente e estabelecessem redes para planejar coisas em conjunto”, explica.

Não obstante este cenário, propostas parlamentares tentam flexibilizar o acesso à compra de armas, o que, segundo o professor, é uma tentativa equivocada. “O controle de armamentos é fundamental, inclusive a diminuição do porte de armas, pois as armas são roubadas e essa é a principal fonte dos criminosos, as armas que são tomadas dos cidadãos comuns”, analisa. “O desafio é reverter isso e lutar o tempo inteiro para que a tirania de homens armados não prevaleça e crie um retrocesso civilizacional”, complementa.

Bruno Paes Manso é formado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - FEA-USP e em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP. Realizou mestrado e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo - USP. Atualmente realiza pesquisa de pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da USP sobre homicídios, confiança institucional e legitimidade. É pesquisador-pleno do grupo de pesquisa Jornalismo, Direito e Liberdade, ligado à Escola de Comunicação e Artes - ECA USP e ao Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. Foi *visiting fellow* no Centre of Latin American Studies da Universidade de Cambridge.

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia, de 12-3-2018, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2G8owKa>.

Confira a entrevista.



“Por mais bárbaro que fosse, existia no crime um certo limite que costumava ser respeitado”

IHU On-Line – Como entender o crescimento da curva da violência no Brasil?

Bruno Paes Manso – Para entender a violência no Brasil, é preciso pensar na história dos Estados e pensar como essa curva cresceu em diferentes regiões. Nos anos 1980 e 1990, São Paulo e Rio de Janeiro eram os mais violentos do Brasil, junto com Espírito Santo e Pernambuco. Os Estados do Nordeste, no ranking das federações, ficavam entre os menos violentos. O que aconteceu a partir dos anos 2000 foi uma redução das taxas em São Paulo e no Rio, assim como, durante um período, em Pernambuco e Espírito Santo, e o crescimento no Nordeste e no Norte, demonstrando uma inversão nas dinâmicas de variação da violência. Os Estados do Nordeste passaram a liderar o ranking dos homicídios e os do Sudeste reduziram suas taxas.

É difícil identificar um único fator que explique essas variações. Trata-se de fenômenos multicausais. Sem dúvida, é importante compreender a dinâmica das cenas criminais nos diferentes lugares, o que passa também pelas prisões. A transformação da cena criminal e do mercado de drogas, que surge a partir de um novo tipo de gestão nos anos 2000, feito pelo Primeiro Comando da Capital - PCC, passou a organizar a distribuição do tráfico a partir dos presídios, criando normas mais eficientes e menos brutais, permitindo que houvesse uma expansão para outras cenas, com a amplificação de redes para outros lugares. Muitas

delas cresceram a partir dos contatos prisionais, criando novas dinâmicas de conflito nos lugares onde o PCC chegou fora de São Paulo.

Ao mesmo tempo que o PCC em São Paulo consegue organizar a distribuição e venda de drogas, dentro e fora das prisões, quando ele chega como mais um mercado em outras regiões acaba desequilibrando a cena e produzindo conflitos com os atores, a polícia e as milícias locais, em ciclos de vingança e embates que produzem o alto número de homicídios nesses lugares. Essa, contudo, é uma análise mais global e cada Estado tem sua dinâmica específica que deve ser pensada de acordo com suas lógicas regionais.

IHU On-Line – De que forma a chacina ocorrida recentemente em Fortaleza ilustra o atual cenário de violência que vivemos?

Bruno Paes Manso – As disputas das facções que levaram a esta chacina é mais uma das cenas ligadas ao mercado de drogas. O Ceará é um Estado estratégico, por causa do porto de Fortaleza, para o escoamento da droga para a Europa, então as facções têm trabalhado na região desde os anos 2000. O PCC começou a se expandir nas prisões do Ceará, principalmente a partir de 2014, com seus métodos e regras, o que acabou gerando uma certa resistência porque o mundo do crime local tinha suas especificidades e cultura própria, criando uma dissidência, que são os Guardiões do Estado. Segundo a polícia, apesar de

uma certa dissidência, os Guardiões agem junto com o PCC. A partir de 2016 eles têm a oposição do Comando Vermelho, que passa a disputar mercado com o PCC, em parceria com a Família do Norte, e a disputar territórios.

Existe uma peculiaridade na cena de Fortaleza que assustou todo mundo. As duas maiores chacinas de São Paulo nos anos 1990 produziram 12 mortes cada uma delas, e as pessoas que morreram, segundo os matadores, tinham, de alguma forma, provocado aquele destino. Por mais bárbaro que fosse, existia no crime um certo limite que costumava ser respeitado. No caso do Ceará, a morte de oito mulheres, simplesmente por morarem em um lugar associado a outra facção, vai além dos limites que costumavam ser estabelecidos pelos criminosos. O que se pode ver é uma cena muito conflagrada que considera as pessoas que moram nesses locais como inimigos, o que serviria de justificativa para serem assassinados. Isso é assustador.

Vale lembrar que, para as pessoas que se interessam particularmente pela questão da violência no Ceará, a Universidade Federal do Ceará - UFC tem o Laboratório dos Estados da Violência - LEV e esse grupo tem dado entrevistas sobre o tema e sobre a organização das facções.

IHU On-Line – Como compreender o surgimento do Primeiro Comando da Capital - PCC? De que forma podemos entender sua participação nos índi-

ces de aumento e redução da violência em São Paulo?

Bruno Paes Manso – O PCC só pode ser compreendido se entendermos a própria história das periferias de São Paulo e como foram estabelecidas as políticas públicas de segurança. São mais de 20 anos de histórias e conflitos dentro do PCC até chegar à estrutura atual, que permite uma regulação do mercado de drogas. As histórias das periferias de São Paulo são muito ricas, pois são o berço dos movimentos sociais e políticos que foram muito influentes no Brasil nos últimos anos; dos sindicatos aos grupos que lutam por habitação, todos tiveram papel importante na redemocratização.

Ao mesmo tempo são lugares que produziram fenômenos importantes como neopentecostalismo. As igrejas evangélicas se expandiram como movimentos de resposta à miséria vivida nesses contextos, como forma de se organizar com um novo vocabulário e uma forma de lidar com os desafios econômicos e sociais do dia a dia. Essa religiosidade é algo bastante característico das periferias das grandes cidades, em especial de São Paulo. O próprio movimento hip-hop é uma outra grande resposta à criação desses bairros de periferia e que, a partir dos anos 1990, passou a construir um discurso sobre o homem periférico e sobre a masculinidade dessa geração urbana e filha de imigrantes que sofria muita violência policial, sem muitas perspectivas econômicas. A partir dos anos 1990, porém, esses grupos passam a criar uma identidade.

Retomando a questão, o crime e o PCC surgem nesse meio e essas tiranias armadas começam a surgir como uma alternativa de vida, principalmente para os homens. Contudo elas sempre foram contrapostas a esses outros movimentos – as igrejas e o hip-hop –, que, de alguma forma, sempre fizeram com que o crime organizado respeitasse certos limites. A necessidade de conviver e sobreviver

nesse ambiente muito politizado e diversificado fez com que o PCC criasse uma identidade bastante própria e relacionada com a história das periferias paulistas. Uma organização que precisa aproveitar as brechas do sistema e evitar confrontos com os diferentes grupos políticos da periferia e com o próprio mercado, que é muito forte em São Paulo, para construir um caminho alternativo.

Esse caminho é construído sempre em tensão e em resposta a um convívio com as políticas de segurança pública do Estado, de modo que o PCC é o efeito e o resultado dessas políticas. A violência policial sempre fez parte da história de São Paulo. O extermínio tanto das polícias quanto dos justiceiros, nessa juventude urbana que nasceu nesse contexto violento e que se sentia ameaçada pela polícia e por essa guerra, transformou o crime em uma saída honrosa diante da alternativa de viver pobre sendo humilhado ou morto. O discurso do crime começou a tomar corpo, o PCC aproveitou (e aproveita) muito essa raiva do Estado e do sistema para unir os criminosos, isso faz parte, inclusive, do discurso de fundação em que os “irmãos têm que parar de se matar e se unir contra o Estado e a polícia”. Eles aproveitam essa revolta para criar uma solidariedade de grupo e que passa a ser possível de ser construída por causa das prisões.

O PCC surge primeiro como uma proposta de solução para produzir uma vida suportável no mundo do sistema prisional. As prisões, dos anos 1990 até 2010, saltam de 30 mil para 230 mil presos, criando um mundo novo atrás das grades, onde o PCC aparece como um governo desse mundo, cuja gestão é terceirizada aos presos pelo Estado. A partir dos anos 2000 vai para o lado de fora e passa a organizar o mercado de drogas e usar o dinheiro para financiar a estrutura burocrática da organização, uma verdadeira agência reguladora do crime.

“No caso do Ceará, houve a morte de oito mulheres, simplesmente, por morarem em um lugar associado a outra facção”

IHU On-Line – O que explica o fato de o Nordeste, no final da década de 1990, pular de oito mil casos de homicídio registrados para 25 mil em 2016?

Bruno Paes Manso – São fenômenos complexos e multicausais. Existe uma peculiaridade no Nordeste que é o fato de os crimes crescerem em um período em que a região vivia uma conjuntura muito próspera, relacionados ao acesso à educação e ao aumento de renda. A região foi o lugar onde esse tipo de avanço foi mais forte. Então não deixa de ser um aparente paradoxo que a fase de mais prosperidade do Nordeste seja a mesma do aumento da violência. Esses fenômenos de crescimento acelerado acontecem, às vezes, quando o poder político perde a capacidade de exercer o monopólio legítimo da força em defesa de uma lei que valha para todos.

Me parece fazer sentido pensar em uma hipótese, que vimos acontecer e que existe em muitos casos, na qual a cena criminal se intensifica de um lado em função das drogas e, de outro, por conta de uma população em melhores condições sociais relativas (considerando os anos anteriores) que passa a ter medo desta cena e cobrar do poder político, incapaz de dar respostas à altura, soluções. Muitas vezes a polícia se vale da violência em uma tentativa de tentar exercer o controle. Então a violência

policial aumenta nesse período, os grupos de segurança privada e de extermínio passam a ser mais frequentes, inclusive como uma resposta à sensação de medo que cresce com o aumento da renda e da escolaridade, uma situação típica da classe média dos grandes centros.

IHU On-Line – As disputas entre facções como Comando Vermelho e PCC estabelecem um tipo de violência de que ordem? Qual o papel do Estado diante deste cenário?

Bruno Paes Manso – É muito difícil de entender a disputa entre PCC e Comando Vermelho, cujos desdobramentos só começamos a compreender inicialmente agora. É algo difícil de prever, mas começamos a identificar alguns aspectos problemáticos. O que percebemos é que começam a ser formadas alianças e que algumas rivalidades que existiam no Amazonas, por exemplo, relacionadas a especificidades e eventos locais, acabam se espalhando para outros Estados, criando alianças e rivalidades decorrentes de um fenômeno que estava isolado a uma localidade. É um efeito dominó de uma nova cena criminal brasileira que está nacionalizada. Isso ocorre em decorrência dos presídios federais e do convívio de presos de diversas regiões, que passaram a conversar a respeito de alianças, estratégias etc. Isso tudo se torna uma espécie de guerra fria do crime. Essas aproximações se estabelecem a partir de tensões, episódios de grupos e pontos específicos, mas que tomam uma dimensão que basta uma faísca para pegar fogo.

Isso tudo está em pleno processo de formação. Temos visto isso se reproduzir no Acre, com o PCC se aliando ao Grupo dos 13, no Ceará da mesma forma. Na Paraíba, o Bonde dos 40 e no Maranhão, o Primeiro Comando Maranhense também fazem suas alianças estratégicas com as facções nacionais, no Rio Grande do Norte a mesma coisa. As cenas locais passam a ter ligações com outros grupos e acabam reproduzindo conflitos de

outros Estados, mas nada disso existia, é tudo muito novo para nós.

“O PCC só pode ser compreendido se entendermos a própria história das periferias de São Paulo”

IHU On-Line – O que se pode pensar como alternativa às atuais políticas públicas de combate à violência no Brasil? Há como sair da espiral de violência patrocinada pela ineficiência do Estado?

Bruno Paes Manso – São necessárias, em um primeiro momento, medidas urgentes para estancar as curvas em ascensão dos Estados do Nordeste e do Norte, esses são os lugares com maiores problemas e reverter essa tendência é o primeiro passo. O que alguns países e cidades têm conseguido e priorizado, como medida de emergência, é um tipo de policiamento baseado na inteligência e na força, focado nos chamados *hot-spots*, os bairros mais quentes, que concentram grande quantidade de homicídios para eliminar a hegemonia dessas tiranias que estão matando nesses lugares. Como isso costuma ser feito? Às vezes, diante da emergência e da conflagração nos grupos locais, a estratégia adotada é a ocupação por forças militares, prejudicando a venda de drogas, o lucro das facções e o dia a dia desses criminosos, que vão perceber, com esse tipo de ação, que a violência produz uma reação que pesa no bolso deles.

Em São Paulo isso se chamava de Operação Saturação, em que a polícia ocupava regiões com muitos

homicídios e os traficantes tomavam prejuízo. Com o tempo virou uma fala no crime de que violência produz queda nas vendas. Essas são formas de diálogo não pela truculência e pela guerra, mas pela estratégia. As próprias Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs foram um pouco isso, cujo aspecto inteligente é justamente esse, o de reduzir a violência em regiões conflagradas pelo crime. Isso ficou muito claro em um grampo gravado em São Paulo em que um traficante do Rio fala para seu colega paulista que não estão mais em guerra com os rivais porque senão a polícia ocupa o morro. Toda essa política, é verdade, desmoronou com a crise fiscal do Rio de Janeiro e com a prisão dos governadores. A ideia, porém, era muito interessante como medida de emergência para reverter uma tendência de alta da violência.

Além disso, tem as questões de medidas preventivas à violência, relacionadas à educação, trabalho de egressos do sistema prisional, ações com gangues de jovens sobre a conscientização dos riscos a que eles estão expostos, a exemplo do que é feito nos Estados Unidos e é muito bem sucedido com as gangues de Los Angeles e Chicago. Essa tarefa é feita por pessoas que viveram essa realidade e perceberam que é uma grande ilusão, aí eles vão para as comunidades conversar com essas pessoas. Ainda se pode aproveitar a liderança das mães e das mulheres dessas comunidades, as próprias igrejas evangélicas e católica, fortalecer as redes, diminuir a possibilidade de as comunidades viverem em silêncio.

Quando o Estado de Direito deixa de vigorar, o que resta é a lei do mais forte e os garotos passam a acreditar que o mais forte é o que sobrevive e são drenados para essa engrenagem de violência, porque essa se torna a única forma de você se relacionar com outros, por meio da imposição da força. Quando o Estado perde o monopólio da força, essa estabilidade social se desestrutura. O desafio é reverter isso e lutar o tempo inteiro para que a tirania de homens armados não prevaleça e crie um retrocesso civilizacional.

IHU On-Line – Quais foram os impactos, em termos de violência, da estratégia de colocar grandes chefões do crime organizado no Brasil em presídios federais?

Bruno Paes Manso – As políticas de segurança pública têm produzido esses efeitos colaterais imprevisíveis que não se imagina em um primeiro momento, mas que se revela depois, quando o erro já foi praticado. O ministro Márcio Thomaz Bastos, ainda no primeiro governo Lula, implementou os presídios federais para que a União pudesse ajudar os Estados a lidarem com os criminosos mais perigosos. Havia a ideia de fazer um sistema mais amplo, mas acabou ficando somente em quatro presídios federais. As crises que passaram a ocorrer nos Estados, que envolviam lideranças criminais, com o fortalecimento do tráfico de drogas e que lideravam rebeliões e ações fora dos presídios, como ataques a ônibus, fizeram com que os líderes dessas ações fossem transferidos para as detenções federais. Isso permitiu que esses chefes do crime passassem a ter contato permanente e estabelecessem redes para planejar coisas em conjunto.

Esse é o caso, especificamente bem documentado, no Rio Grande do Norte, do Sindicato do Crime, que era ligado à Família do Norte, do Amazonas, e teve contato nos presídios federais com as lideranças de lá e acabou se tornando uma liderança no crime da região. Há outros exemplos de Norte a Sul do Brasil, em Santa Catarina, por exemplo, há o Primeiro Grupo Catarinense.

O presídio federal ajuda a isolar e diminuir a liderança dessas pessoas em seus Estados, elas passam por

um castigo mais duro e são, de alguma forma, anuladas nos Estados de origem, mas, em compensação, passaram a fazer contato com outras lideranças, configurando uma cena nacional, como mencionei na pergunta acima.

“As histórias das periferias de São Paulo são muito ricas”

IHU On-Line – Parlamentares contrários ao Estatuto do Desarmamento justificam a flexibilização no acesso ao porte de armas baseados em dados sobre a violência. Mas qual seria o impacto que uma medida dessas poderia causar?

Bruno Paes Manso – Esse tema é tão discutido e polarizado, onde aparecem até robôs virtuais do lobby das indústrias de armas, onde parece um debate entre dois grupos muito associados a determinadas ideologias ou ideias. Contudo, trata-se de um assunto muito prático e claro para quem vive esse drama da violência, muito comum nos países da América Latina. Basta ver a situação da Venezuela, por exemplo, onde a população acabou sendo armada diante dos conflitos políticos, por incentivo do então presidente Hugo Chaves. Ironicamente, Bolsonaro o elogiou quando foi eleito, pois era militar e defendia o armamento da população, mas a Venezuela se tornou o país mais violento do mundo. Lá estão as maiores taxas de homicídio do mundo, com um conflito

muito intenso entre a população, que envolve questões políticas, mas também crimes comuns.

A violência, a gente percebe, é algo muito fácil de se espalhar e de se multiplicar diante de desequilíbrios sociais e territoriais, quando grupos armados tentam se impor em determinadas localidades e outros grupos tentam se defender. Essa defesa é norma, mas dá início a ciclos de vingança que se tornam possíveis pela possibilidade de armamento da população. Dar a facilidade a jovens imaturos de impor uma liderança porque têm a disponibilidade de armas é o que tem feito bairros de Fortaleza, por exemplo, entrarem em instabilidade permanente.

O controle de armas é fundamental para diminuir o risco de conflagração e disputas entre grupos armados, que podem ser socialistas versus antissocialistas ou grupos de vendas de drogas versus seguranças privados, ou, até mesmo, rivais da disputa do mercado de drogas. Independente da ideologia, a facilidade de se armar permite que tiranias se estabeleçam e passem a impor as regras dessas localidades. Isso é o que tem acontecido em vários lugares da América Latina e faz com que as taxas de homicídios disparem.

O controle de armamentos é fundamental, inclusive a diminuição do porte de armas, pois as armas são roubadas e essa é a principal fonte dos criminosos, as armas que são tomadas dos cidadãos comuns. Hoje cada vez mais existe uma rota importante de importação e contrabando de armas. As batidas que as polícias se esforçam em fazer são muito importantes como política pública para tentar prevenir a violência. ■

O avassalador *Silêncio* de Scorsese



Na segurança, direita e esquerda insistem no que não funciona

Para Marcos Rolim, ao amontoar pessoas em masmorras, o Estado abriu mão do controle sobre a execução das penas e permitiu o surgimento das facções prisionais

Vitor Necchi

O Brasil ocupa a terceira posição na lista de países com maior número de pessoas encarceradas, com mais de 750 mil presos. Para Marcos Rolim, chegou-se a esse ponto por conta da política criminal. “Ela é largamente inspirada no modelo norte-americano de encarceramento em massa e está assentada em posições equivocadas”, explica. O resultado, no entanto, é negativo. “Ao amontoar milhares de pessoas em masmorras, normalmente por conta de crimes sem violência real, o Estado abriu mão do controle sobre a execução das penas, o que permitiu o surgimento das facções prisionais.”

A atual política de drogas é determinante para se entender a expressividade da população carcerária. “Suspeitos são presos no Brasil, como regra, não como resultado de investigações, mas em flagrante”, destaca Rolim. O trabalho da Polícia Militar se restringe aos delitos praticados nas ruas, basicamente os crimes contra o patrimônio (furtos e roubos) e os crimes de drogas. “Os presos por tráfico são, invariavelmente, varejistas; jovens pobres, das periferias, presos em flagrante. Não são os donos do negócio.” Rolim é taxativo: “Nossos presídios são máquinas de ampliação e agravamento das dinâmicas criminais”.

Há um equívoco na crença de que penas mais duras desencorajariam potenciais criminosos. “A impunidade,

entretanto, não decorre da lei, mas da ausência da prova.” Para o especialista, “o problema da impunidade é um problema de polícia, não de legislação”. Por exemplo: apenas 10% dos homicídios são identificados no Brasil, o que significa que 90% seguirão impunes.

Rolim se mostra favorável à criação de um Ministério da Segurança Pública, “mas essa estrutura deveria ser concebida de modo a ser o núcleo dinâmico de um processo de profundas reformas na segurança”. No entanto, o que se presencia é uma estrutura para consagrar a atual estrutura da segurança. “Essa, aliás, parece ser nossa sina na área da segurança, repetida pela direita e pela esquerda: insistir naquilo que não funciona”, critica.

Marcos Rolim é doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, especialista em Segurança Pública pela Universidade de Oxford e jornalista pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. É presidente do Instituto Cidade Segura e membro do Conselho Administrativo do Centro Internacional de Promoção dos Direitos Humanos (Unesco). Autor, entre outros, de *A Síndrome da Rainha Vermelha, policiamento e segurança pública no século XXI* (Zahar) e *A Formação de Jovens Violentos, estudo sobre a etiologia da violência extrema* (Appris).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O Brasil ocupa a terceira posição na lista de países com maior número de pessoas encarceradas (mais de 750 mil presos). Como se chegou a essa situação?

Marcos Rolim – Chegamos a esse ponto por conta de nossa política criminal. Ela é largamente inspirada no modelo norte-americano de encarceramento em massa e está assentada em posições equivocadas a respeito

do Direito Penal que integram o senso comum e são compartilhadas pela maioria dos operadores do Direito e pelos políticos. Segundo essa visão, prender seria a melhor forma de reduzir o crime, por conta do alegado

“efeito dissuasório” da pena. Na prática, as coisas não funcionam assim. Ao amontoar milhares de pessoas em masmorras, normalmente por conta de crimes sem violência real, o Estado abriu mão do controle sobre a execução das penas, o que permitiu o surgimento das facções prisionais. Prender mais, nesse quadro, é uma receita infalível para aumentar o crime e a violência. Não por outra razão, os EUA estão reduzindo suas taxas de encarceramento. No Brasil, elas só aumentam.

IHU On-Line – A atual política de drogas (Lei 11.343/2006) é determinante para se entender a expressividade da população carcerária?

Marcos Rolim – Sim. Suspeitos são presos no Brasil, como regra, não como resultado de investigações, mas em flagrante. Isso não significa – como os leigos imaginam – que os policiais testemunharam o cometimento do crime e prenderam o autor. Não, o “flagrante” a que se referem os noticiários é o presumido, aquele que ocorre até 24 horas após o fato delituoso. Dizer que alguém foi preso em flagrante significa que a polícia deteve um suspeito e que há indícios contra ele; o que é muito diferente de provas.

A maior polícia que temos é a militar. Pelo nosso modelo de polícia, as PMs estão proibidas de investigar. Por isso, elas só podem efetuar prisões “em flagrante”. Isso restringe o trabalho das PMs aos delitos que são praticados nas ruas, basicamente os crimes contra o patrimônio (furtos e roubos) e os crimes de drogas. Os presos por tráfico são, invariavelmente, varejistas; jovens pobres, das periferias, presos em flagrante. Não são os donos do negócio, os responsáveis pelo refino das drogas, pela lavagem de dinheiro etc. Os pequenos traficantes são uma mão de obra que é substituída com muita facilidade, de modo que essas prisões não causam qualquer prejuízo ao tráfico. Elas fortalecem as facções, entretanto, e agenciam novas oportunidades

criminais para os presos, agravando o quadro geral de insegurança.

A lei brasileira, no mais, não fixou objetivamente um critério para se distinguir traficantes de consumidores. Em vários países, a legislação estabelece uma quantidade de droga para distinguir consumo de tráfico, assim como há outros limites para separar tráfico pequeno e grande. No Brasil, tudo isso é definido subjetivamente por policiais, promotores e juízes. Na prática, significa que se um rico for flagrado com pequena quantidade de droga ilícita, ele será considerado obviamente um usuário; se for pobre, então será obviamente traficante.

IHU On-Line – O encarceramento em massa atinge sobretudo qual parcela da população e por quê?

Marcos Rolim – Os presos brasileiros são, em sua grande maioria, muito jovens e muito pobres. Os negros estão sobre-representados, e a população carcerária é semialfabetizada. O modelo de polícia que temos determina a extração social dos que serão presos, porque os crimes de colarinho branco não são cometidos na rua, logo seus autores não serão flagrados. Para se chegar aos bandidos ricos e poderosos, é preciso investigação de alta complexidade. O sistema que temos não seleciona os crimes praticados pelas elites, e essa é a razão pela qual a grande maioria dos policiais nunca irá prender um bandido rico. A exceção a essa tradição foi inaugurada há alguns anos pela Polícia Federal, com os resultados que conhecemos e que estão mudando a realidade política brasileira. Não por acaso, a Polícia Federal é a única polícia brasileira que possui “ciclo completo”; ou seja, seu mandato é o mesmo de todas as polícias modernas que atuam na prevenção, asseguram a ordem democrática, investigam, colhem provas e efetuem prisões.

IHU On-Line – As condições dos presídios brasileiros têm

que efeito na população carcerária?

Marcos Rolim – Os efeitos são todos criminogênicos. Vale dizer: nossos presídios são máquinas de ampliação e agravamento das dinâmicas criminais. O tempo de cárcere no Brasil, que deveria ser empregado para a alfabetização, instrução e profissionalização dos detentos, é, na vida real, um espaço de “associação diferencial” com as facções. Manter essa dinâmica equivale a contratar violência futura.

IHU On-Line – Quais as chances de desistência criminal para alguém que é encarcerado?

Marcos Rolim – Não temos pesquisas no Brasil que tenham se dedicado ao tema da desistência criminal. A própria expressão é desconhecida entre nós, em que pese a existência de uma impressionante tradição de pesquisas criminológicas sobre o fenômeno em todo o mundo. No Brasil, falamos em reincidência criminal, mas não em seu contrário, que é a desistência criminal. Isso ocorre porque não acreditamos que as pessoas sejam capazes de mudar.

Contra todas as evidências, se imagina que pessoas que cometeram delitos jamais irão se submeter à lei. A grande maioria das pessoas envolvidas com práticas criminais como o tráfico de drogas, por exemplo, deseja outra vida. O fato é que não oferecemos aos egressos do sistema prisional qualquer chance. Quando isso é feito, os resultados são surpreendentes.

No Rio Grande do Sul, a experiência com o Programa Oportunidade e Direitos - POD Socioeducativo, com os egressos da Fase [Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul], evidencia as extraordinárias possibilidades da prevenção terciária. Uma avaliação inicial do programa revelou que de cada cem jovens egressos da Fase que frequentaram o POD de seis meses a um ano, 92 desistem do crime. Então, o que se pode afirmar é que as chances dos encarcerados se afastarem

do crime são pequenas por conta do estigma social, que suprime alternativas de emprego; mas que podem se tornar muito expressivas diante de uma política pública efetiva de apoio ao egresso, algo que nunca tivemos.

IHU On-Line – O senso comum entende que o endurecimento penal seria suficiente para conter a criminalidade. Isso procede?

Marcos Rolim – Há um raciocínio mágico nessa demanda por “endurecimento penal”. Observe que as pessoas imaginam que penas mais “duras” desencorajariam potenciais criminosos. Na verdade, pouco importa a gravidade das penas se os autores contarem com a impunidade. A impunidade, entretanto, não decorre da lei, mas da ausência da prova. Logo, o problema da impunidade é um problema de polícia, não de legislação. De que adiante aumentar, por exemplo, as penas para homicídio se apenas 10% dos matadores são identificados pela polícia no Brasil? Os poucos homicidas que forem presos passarão mais tempo encarcerados, mas 90% deles seguirão impunes.

IHU On-Line – Há opções ao encarceramento em massa?

Marcos Rolim – Sim. A alternativa seria a de reservar as prisões para os crimes mais graves, como os crimes contra vida e contra a liberdade sexual. No caso brasileiro, penso que deveríamos agregar a essa lista também os crimes de corrupção. Os demais delitos deveriam receber penas socialmente úteis, e muitas condutas hoje tipificadas poderiam ser tratadas no âmbito do Direito Civil. A maioria dos países europeus tem se orientado por esse caminho e apostado bastante nas penas alternativas à prisão. Há mecanismos que podem ser muito mais eficientes para a responsabilização dos autores de certos tipos de crimes e que evitam os efeitos criminogênicos do cárcere. Esse é, por exemplo, o caso da abordagem

oferecida pela Justiça Restaurativa, empregada em todo o mundo e, até hoje, ignorada pela legislação brasileira.

IHU On-Line – Crimes de maior gravidade não costumam ser elucidados, o que acarreta a falta de condenação dos autores. Por outro lado, presídios estão lotados de criminosos de menor periculosidade. Isso não é uma distorção?

Marcos Rolim – Trata-se de uma das maiores distorções de nosso sistema. O Rio Grande do Sul possui, atualmente, quase 40 mil presos. Desse total, uma pequena parcela, em torno de 4%, é composta por condenados por homicídio. O que ocorre é que crimes como homicídio e estupro, que estão entre os mais graves, demandam investigações de maior fôlego. Como não temos uma política de segurança que organize a atividade policial com esse foco, boa parte dos casos de homicídio sequer é investigada. Isso porque as vítimas são quase sempre excluídas socialmente e não há uma pressão social pelo esclarecimento. Para piorar o quadro, há quem acredite que homicídios praticados na guerra dos grupos envolvidos com o tráfico seriam uma boa notícia, o que torna a realidade ainda mais bizarra.

IHU On-Line – Por que o aprisionamento provisório ocorre por tempos prolongados e qual o impacto disso?

Marcos Rolim – A regra básica do processo penal é a liberdade. Todos deveríamos lembrar sempre isso, porque se trata de uma garantia civilizatória. Por conta dela, nenhum de nós poderá ser encaminhado a um presídio apenas porque houve uma acusação. Pessoas acusadas, como regra, devem responder em liberdade porque são inocentes até que se prove o contrário. As prisões cautelares são uma exceção a essa regra. O Código de Processo Penal estabelece quais as situações que

caracterizam essa exceção. Segundo o artigo 312, é possível a prisão preventiva quando ela for necessária para garantir a ordem pública ou a ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal. Tais expressões, entretanto, são genéricas e têm sido empregadas de forma descriteriosa pelo Poder Judiciário. O que deveria ser exceção, então, virou regra e, atualmente, cerca de 40% dos presos brasileiros estão encarcerados por conta de preventivas. Há um entendimento na jurisprudência de que as prisões preventivas não deveriam ultrapassar os 81 dias, tempo considerado razoável para conclusão do inquérito e para o julgamento. É muito comum, entretanto, que pessoas sejam mantidas em prisão provisória por anos; ou seja, excesso de prazo tem sido frequente.

IHU On-Line – No Rio Grande do Sul, em particular, qual a situação dos presídios e como se chegou a este quadro?

Marcos Rolim – O Rio Grande do Sul nunca teve uma política de segurança pública. O que ocorre, então, é que as polícias atuam sem uma referência que lhes oriente, sem prioridades definidas pelo gestor. Os secretários de Segurança Pública são reféns das corporações e atuam de forma a não contrariar seus interesses. Em geral, são pessoas sem formação na área e sem capacidade política de construir um caminho consistente de reformas. Sem rumo, as polícias fazem o que acham que devem fazer e isso se resume, basicamente, à missão de efetuar prisões.

Pouco importa a qualidade dessas prisões, o impacto que isso poderá ter nas tendências criminais, a eficiência do encarceramento etc. O que importa é prender. Então temos aplicado essa receita e prendemos cada vez mais. Nunca, entretanto, estivemos tão inseguros. Isso tem a ver com a realidade da execução penal. Quando passamos a prender em galerias, não mais em celas – o que já ocorre há décadas –, perdemos

qualquer possibilidade de assegurar uma execução penal decente. Pelo contrário, o Estado permitiu que as facções controlassem os presídios em uma verdadeira parceria público-privada. O acordo explícito foi: vocês não se amotinam, nem organizam fugas e nós permitimos que vocês toquem seus negócios aqui dentro. Neste ponto, o discurso em favor do endurecimento penal mostra sua verdadeira face, a da capitulação diante do crime.

IHU On-Line – Frente ao caos prisional, o que é preciso fazer?

Marcos Rolim – Precisamos mudar o Código Penal no sentido de um Direito Penal Mínimo, reduzindo a demanda por encarceramento. Ao mesmo tempo, teríamos que criar novos mecanismos de responsabilização e muitas outras modalidades de penas alternativas, entre elas a pena de restrição de liberdade (com definição de áreas restritas de circulação ao condenado em casos de crimes de menor gravidade). Precisariamos investir em uma nova arquitetura prisional, para uma execução penal modelar, com celas individuais, como determina a lei. É incrível que tenhamos chegado ao ponto de considerar a Pecan [Penitenciária Estadual de Canoas] um “presídio modelo”, quando se trata do único presídio brasileiro que foi planejado para ser superlotado, com celas para oito presos. Um verdadeiro pardieiro, com uma concepção

arquitetônica absurda e perigosa (especialmente insegura em caso de incêndio), que custou uma fortuna e não tratou do básico como educação e profissionalização.

IHU On-Line – Como o senhor avalia a decisão do governo federal de intervir militarmente no Rio de Janeiro? Quais devem ser as consequências dessa intervenção a curto e longo prazo?

Marcos Rolim – Todos os indícios apontam para uma manobra política do governo Temer¹ voltada à tentativa de lhe conferir alguma aprovação popular. O próprio general Braga Netto², nomeado como interventor, afirmou em sua primeira coletiva de imprensa que não havia plano algum, e que eles iriam “pensar no que fazer”. A intervenção poderia fazer sentido se o objetivo fosse limpar as polícias do Rio, historicamente relacionadas com o crime organizado, particularmente com as milícias que controlam 167 favelas onde moram mais de 2 milhões de pessoas. O imprevisto e a ausência

¹ **Michel Temer** [Michel Miguel Elias Temer Lulia] (1940): político e advogado nascido em Tietê (SP), ex-presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. É o atual presidente do Brasil, após a deposição por impeachment da presidenta Dilma Rousseff naquilo que inúmeros setores nacionais e internacionais denunciam como golpe parlamentar. Foi deputado federal por seis legislaturas e presidente da Câmara dos Deputados por duas vezes. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Walter Souza Braga Netto** (1957): general de exército do Exército Brasileiro, nascido em Belo Horizonte. É o atual Comandante Militar do Leste e, desde fevereiro até 31 de dezembro de 2018, o interventor federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro. (Nota da **IHU On-Line**)

de disposição para reformas deverão conduzir a experiência a iniciativas inócuas de presença militar em favelas; algo que se encerrará sem resultados consistentes no final do ano e que terá custado centenas de milhões de reais.

IHU On-Line – Como avalia a recente criação do Ministério da Segurança Pública?

Marcos Rolim – Sou favorável à criação de um Ministério da Segurança Pública, mas essa estrutura deveria ser concebida de modo a ser o núcleo dinâmico de um processo de profundas reformas na segurança. Caberia ao Ministério propor, por exemplo, a criação de uma Inspetoria Nacional das Polícias, capaz de exercer o controle externo sobre a atividade policial no Brasil; a criação de uma Escola Nacional de Polícia, para formar uma nova geração de gestores em segurança pública no Brasil; e a criação de um Centro Nacional de Pesquisas em Segurança, para medir resultados em políticas públicas na área e encontrar evidências que orientem o policiamento. O que estamos presenciando é algo completamente diverso. O novo órgão será um “ministério provisório” vocacionado exatamente para que a atual estrutura da segurança se consagre. Teremos, então, mais do mesmo. Essa, aliás, parece ser nossa sina na área da segurança, repetida pela direita e pela esquerda: insistir naquilo que não funciona. ■

Leia mais

As alternativas às políticas de encarceramento em massa do Estado brasileiro. Publicado nas Notícias do Dia de 17-3-2018, no site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <https://goo.gl/CTfbo3>.

Toda noção de supremacia é tradução da ignorância. Entrevista especial com Marcos Rolim, publicada na revista **IHU On-Line** nº 510, de 4-9-2017, disponível em <https://goo.gl/PmeyjK>.

Mecanismos de controle policial não funcionam. Entrevista especial com Marcos Rolim, publicada na revista **IHU On-Line** nº 497, de 14-11-2016, disponível em <https://goo.gl/DRi5dQ>.

O RS não possui política de segurança pública. Entrevista especial com Marcos Rolim, publicada na revista **IHU On-Line** nº 293, de 18-5-2009, disponível em <https://goo.gl/w1iQAA>.



A impossível superação da violência sem o combate às injustiças

Marcos Sassatelli analisa os arranjos estruturais da desigualdade que colocam em marcha uma sociedade latente de violência

João Vitor Santos | Edição: Ricardo Machado

Há um tipo de violência que, de tão cotidiana, não estampa as manchetes de jornais. O frei dominicano Marcos Sassatelli chama essa violência de estrutural e exemplifica com a provocação: “Quantas pessoas morrem todo dia por falta de atendimento médico e por falta de vagas na UTI no Brasil e no mundo. É, na prática (mesmo que não o seja na teoria), a pena de morte institucionalizada e legalizada”. Em entrevista por e-mail à IHU On-Line, Sassatelli comenta sobre os processos de desigualdade, que produzem uma das formas mais hegemônicas de violência, a injustiça. “A desigualdade é uma situação de injustiça e toda situação de injustiça é uma violência estrutural permanente, manifesta-se de diferentes maneiras e com diversos rostos”, pontua.

“Portanto, a violência não é ‘resultante da desigualdade econômica’, mas é a própria desigualdade econômica que é

a violência, a maior violência”, ressalta. O entrevistado aborda criticamente a proposta da Campanha da Fraternidade de 2018 de discutir a violência. “O Texto-Base da Campanha da Fraternidade 2018 traz reflexões interessantes, mas é bastante genérico e não aprofunda o tema central da questão da violência, que é a violência estrutural. Não é um texto profético e parece que tem medo de falar a verdade”, pondera. “Sem justiça não há superação da violência e sem superação da violência não há fraternidade”, complementa.

Marcos Sassatelli, frade dominicano, é doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP e em Teologia Moral (Assunção - SP). É professor aposentado de Filosofia da Universidade Federal de Goiás - UFG. Assessora e participa de CEBs, Pastorais Sociais e Ambientais, e Movimentos Populares.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – No que consiste a violência de nosso tempo?

Marcos Sassatelli – Em nosso tempo, a violência é uma constante. Fundamentalmente, temos dois tipos de violência: a violência social ou estrutural e a violência individual ou pessoal.

A violência social ou estrutural não é uma simples dimensão (ou repercussão) social da violência individual, mas uma realidade objetiva, institucionalizada e legalizada, que adquiriu uma consistência própria e independe da consciência ou não das pessoas. É uma violência silen-

ciosa, que exclui, descarta e mata 24 horas por dia. Do ponto de vista ético, podemos chamá-la “um mal moral social ou estrutural” (em linguagem filosófica) ou “um pecado social ou estrutural” (em linguagem teológica).

Para entendermos o que é “mal moral social ou estrutural”, “pecado social ou estrutural”, devemos entender, em sua especificidade, o conceito científico do adjetivo “social”. “É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma imposição externa”. Assim, o “social” é “como

uma coisa”, independente do indivíduo, exterior e que se impõe a ele.

Portanto, o “mal moral social ou estrutural”, o “pecado social ou estrutural” é “um mal humano que adquire uma existência exterior à consciência dos indivíduos, impondo-se a ela. É exatamente a isso que aludimos quando falamos de ‘estruturas de pecado’. As estruturas não são coisas, mas um modo de relação entre coisas” (BOFF, C. O pecado social, em “REB” 148 (1977) 675-701).

A violência individual ou pessoal é todo tipo de violência entre pessoas, famílias e grupos. É uma vio-

lência direta, que – por sua visibilidade imediata – assusta e choca as pessoas, sobretudo quando mata friamente.

Não podemos esquecer, porém, que a violência estrutural é muito mais grave e mata muito mais gente. Por exemplo – só para citar uma situação de violência estrutural –, quantas pessoas morrem todo dia por falta de atendimento médico e por falta de vagas na UTI no Brasil e no mundo. É, na prática (mesmo que não o seja na teoria), a pena de morte institucionalizada e legalizada.

Sem querer negar – a não ser em casos patológicos – a responsabilidade individual das pessoas, embora “situada e datada” (ou seja, historicamente condicionada), a violência estrutural é, em grande parte, a causa principal das diversas formas de violência pessoal.

Como já disse no meu artigo sobre a Campanha da Fraternidade 2018, a violência estrutural, na sociedade e também na Igreja (que é parte integrante da sociedade), se manifesta de muitas maneiras e tem vários rostos.¹

IHU On-Line – Como conceber uma visão realista, mas sem ser fatalista, acerca da violência?

Marcos Sassatelli – Fazendo uma análise histórico-crítica do sistema (sócio-econômico-político-ecológico-cultural) em que vivemos e tendo consciência que o ser humano é capaz de construir novos espaços e abrir novos caminhos, que – a médio e longo prazo – levem à mudança do sistema. Como diz o Papa Francisco², este sistema ninguém suporta mais.

1 Para saber mais, ler o artigo Campanha da Fraternidade 2018 - A utopia de Jesus: “você são todos e todas irmãs e irmãos”, disponível em <http://bit.ly/2GZQiyb>. (Nota do entrevistado)

2 **Papa Francisco** (1936): argentino filho de imigrantes italianos, Jorge Mario Bergoglio é o atual chefe de estado do Vaticano e Papa da Igreja Católica, sucedendo o Papa Bento XVI. É o primeiro papa nascido no continente americano, o primeiro não europeu no papado em mais de 1200 anos e o primeiro jesuíta a assumir o cargo. A edição 465 da revista IHU On-Line analisou os dois anos de pontificado de Francisco. Confira em <http://bit.ly/1Xw2tgu>. Leia, ainda, a edição *Amoris Laetitia e a 'ética do possível'. Limites e possibilidades de um documento sobre 'a família', hoje*, disponível em <http://bit.ly/1SseNsc> e a edição *O Ecomensismo de Laudato Si'*, disponível em <http://bit.ly/1S6Luik>. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – De que forma podemos compreender as questões de fundo que fazem a violência de nosso tempo enraizar na sociedade?

Marcos Sassatelli – Adquirindo uma consciência crítica da realidade e entendendo como funciona o sistema capitalista: um sistema estruturalmente violento e perverso. O Papa Francisco lembra-nos de que a idolatria do dinheiro mata e que, quando as pessoas se tornam escravas do dinheiro, perdem o sentido da existência e vivem para adorar o dinheiro e para fazer dele o seu deus.

IHU On-Line – Em que medida a perspectiva da religião inebria a visão real da violência, constituindo assim uma perspectiva idealista sobre o tema? E, na prática do dia a dia, como superar essa cegueira idealista?

Marcos Sassatelli – Historicamente falando, as Igrejas e Instituições religiosas sempre foram e continuam sendo contraditórias. Às vezes – por terem uma visão crítica da realidade e de sua missão no mundo – tornam-se uma força libertadora e transformadora da sociedade; outras vezes, por terem uma visão ingênua da realidade ou por interesses institucionais não sempre transparentes, tornam-se uma força conservadora, que serve para legitimar – muitas vezes, em nome de Deus – uma sociedade desigual, injusta e violenta.

Hoje, nas Igrejas e Instituições religiosas, há muita falta de interesse, muita indiferença e muita omissão a respeito dos grandes problemas da sociedade e do mundo. São Igrejas alienadas e alienantes; são Igrejas fechadas sobre si mesmas, sem profecia, sem compromisso e com medo de falar a verdade. Não são – como deveriam sê-lo – Igrejas “em saída”, luz do mundo, sal da terra e fermento na massa.

Para os que são realmente cristãos e cristãs, discípulos missionários e discípulas missionárias de Jesus de Nazaré, “a fé esclarece todas as coisas com luz nova. Manifesta o pla-

no divino sobre a vocação integral do ser humano. E por isso orienta a mente para soluções plenamente humanas” (*Concílio Vaticano II*³. *A Igreja no mundo de hoje* - GS, 11). “O mistério do ser humano só se torna claro verdadeiramente no mistério do Verbo encarnado. (...) Cristo manifesta plenamente o ser humano ao próprio ser humano e lhe descobre a sua altíssima vocação” (GS, 22). “Todo aquele que segue Cristo, o Homem perfeito, torna-se ele também mais ser humano” (GS, 41).

Os cristãos e cristãs devem ser especialistas em humanidade; devem – diz o teólogo Hans Küng⁴ – ser radicalmente seres humanos. Ora, como o ser humano é parte integrante da natureza e a natureza é também ser humano, não podemos separar o ser humano da natureza e a natureza do ser humano. É por isso que o cristianismo deve ser um humanismo natural e um naturalismo humano radical.

O humano natural e o natural humano é, pois, o ético. Portanto, podemos dizer que o comportamento ético

3 **Concílio Vaticano II**: convocado no dia 11-11-1962 pelo papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 8-12-1965, pelo papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano I. A revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, publicou na edição 297 o tema de capa *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-6-2009, disponível em <https://goo.gl/GVtUEO>, bem como a edição 401, de 3-9-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em <https://goo.gl/5IsnsM>, e a edição 425, de 1-7-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo*, disponível em <https://goo.gl/8MDxOM>. Em 2015, o Instituto Humanitas Unisinos – IHU promoveu o colóquio *O Concílio Vaticano II: 50 anos depois. A Igreja no contexto das transformações tecnocientíficas e socioculturais da contemporaneidade*. As repercussões do evento podem ser conferidas na IHU On-Line 466, de 1-6-2015, disponível em <https://goo.gl/LiPrZ>. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Hans Küng** (1928): teólogo suíço, padre católico desde 1954. Foi professor na Universidade de Tübingen, onde também dirigiu o Instituto de Pesquisa Ecológica. Foi consultor teológico do Concílio Vaticano II. Destacou-se por ter questionado as doutrinas tradicionais e a infalibilidade do Papa. O Vaticano proibiu-o de atuar como teólogo em 1979. Nessa época, foi nomeado para a cadeira de Teologia Ecológica. De 21 a 26 de outubro de 2007 aconteceu o Ciclo de Conferências com Hans Küng - Ciência e fé – por uma ética mundial, com a presença de Hans Küng, realizado no campus da Unisinos. Confira no sítio do IHU, em <http://migre.me/R057>, a edição 240 da revista IHU On-Line, de 22-10-2007, intitulada “Projeto de Ética Mundial. Um debate”. (Nota da **IHU On-Line**)

do ser humano é o comportamento mais humano natural e mais natural humano possível numa determinada situação histórica concreta.

IHU On-Line – O senhor defende que a desigualdade não gera violência, mas, sim, é a própria violência. Por quê?

Marcos Sassatelli – Porque a desigualdade é uma situação de injustiça e toda situação de injustiça é uma violência estrutural permanente, manifesta-se de diferentes maneiras e com diversos rostos. A violência estrutural é a maior violência e é também a principal causa das violências pessoais (somente nesse sentido, podemos dizer que a desigualdade – como violência estrutural – “gera” violências pessoais).

Portanto, a violência não é “resultante da desigualdade econômica”, mas é a própria desigualdade econômica que é a violência, a maior violência. O Texto-Base da Campanha da Fraternidade 2018 traz reflexões interessantes, mas é bastante genérico e não aprofunda o tema central da questão da violência, que é a violência estrutural. Não é um texto profético e parece que tem medo de falar a verdade. “A verdade vos libertará” (Jo 8,32). Nas preces da Oração da Tarde (Vésperas) da Liturgia das Horas de quarta-feira da 2ª Semana da Quaresma, lemos: “Fazei que todos/as rejeitem qualquer desigualdade injusta”. Pergunto: por acaso, existe desigualdade justa?

IHU On-Line – A desobediência civil e religiosa são caminhos para que se supere a violência estrutural?

Marcos Sassatelli – Em nome da “objeção de consciência”, diante de leis, civis ou religiosas, claramente injustas, todos e todas somos obrigados e obrigadas – do ponto de vista ético – a praticar a “desobediência civil e religiosa”, que são também caminhos (não os únicos) para que se supere a violência estrutural. Res-

ta saber se temos coragem de fazer isso. A “desobediência civil e religiosa” pode ser praticada por meio de gestos proféticos pessoais (mesmo tendo que enfrentar perseguições e cadeias) ou, quando possível, por meio de manifestações públicas de Movimentos Sociais Populares organizados.

IHU On-Line – Que caminhos a teologia pode oferecer para se compreender a violência de nosso tempo? E como a utopia do Cristo, de que todos somos irmãos, sem o romantismo do senso comum, pode ser interpretada com vistas a superar situações de violência?

Marcos Sassatelli – Para se compreender a violência estrutural e pessoal do nosso tempo, a teologia, em suas reflexões e em suas pesquisas, deve vivenciar o método (caminho) “ver-julgar-agir” (“analisar-interpretar-libertar”) e “celebrar”. Não precisaria nem dizê-lo, toda a teologia é da libertação. Se não for da libertação, não é teologia. Sempre devemos apontar e ter presente a utopia de Jesus de Nazaré “*vocês são todos e todas irmãos e irmãs*” (Mt 23,8) como um ideal a ser perseguido e – vivenciando o método acima – indicar também, em cada situação concreta, os passos a serem dados para que esse ideal se torne cada vez mais uma realidade histórica. Na medida em que esse ideal se tornar uma realidade histórica, estaremos construindo novos espaços de justiça e paz, de superação da violência e de verdadeira fraternidade; estaremos também abrindo caminhos para a mudança do “sistema econômico iníquo” (Documentos de Aparecida - DA, 385), no qual vivemos. Sem justiça não há superação da violência e sem superação da violência não há fraternidade. Falar em fraternidade, sem superação da violência, é mentira, é hipocrisia.

IHU On-Line – De que forma o senhor avalia as estratégias do

Estado no combate à violência? Em que medida centra esforços apenas na perspectiva pessoal da violência, caindo na polaridade mocinho e vilão, e deixa de lado abordagens no campo da violência estrutural?

Marcos Sassatelli – As estratégias do Estado de combate à violência, apenas na perspectiva pessoal, são medidas paliativas que – mesmo resolvendo ou amenizando a situação de alguns casos concretos – servem para enganar o povo, mantendo-o submisso aos interesses dos detentores do poder econômico. No campo da violência estrutural não podemos esperar nada do Estado. Por ser aliado e defensor dos interesses financeiros das empresas multinacionais – os esteios do sistema capitalista neoliberal –, o Estado é o agente principal da violência estrutural.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Marcos Sassatelli – Como diz sempre o nosso irmão Pedro Casaldáliga⁵, a esperança nunca morre. Outro mundo é possível e necessário! Vamos à luta, participando ativamente de Partidos Políticos Populares, de Movimentos Sociais Populares, de Sindicatos autênticos de Trabalhadores e Trabalhadoras, de Conselhos de Direitos, de Fóruns ou Comitês de Defesa dos Direitos Humanos e de outras Organizações Populares, que trabalham por mudanças não só conjunturais, mas sobretudo estruturais, e abrem caminhos que fazem acontecer um Projeto Político alternativo, o Projeto Popular: Projeto de um Mundo Novo. ■

5 D. Pedro Casaldáliga: bispo prelado de São Félix, Mato Grosso. É poeta e escritor de renome internacional. Quando assume a prelazia de São Félix, em pleno regime militar, denuncia veementemente o latifúndio e defende a reforma agrária e o direito indígena à terra. Foi duramente perseguido pelo regime militar. Pe. João Bosco Penido Burnier, jesuíta, foi assassinado ao lado dele, no dia 12 de outubro de 1976. A edição 137 da IHU On-Line, de 18 de abril de 2005, publicou uma entrevista com Casaldáliga: O próximo pontificado será um tempo de transição significativo. A edição 89, de 12 de janeiro de 2004, trouxe entrevista com o religioso, falando sobre a homologação de terra contínua para índios. (Nota da IHU On-Line)

Instinto de agressão preserva a existência

Angelina Batista salienta que, para além da violência de superfície expressa em atos divulgados pela mídia, há um impulso que leva ao enfrentamento da vida

Ricardo Machado | Edição: Vitor Necchi

A violência é inerente à espécie *homo sapiens* “porque está ligada ao instinto de agressão que, como instinto, pode servir para o bem ou para o mal e existe para preservar a vida”, afirma a professora Angelina Batista em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. “A violência seria uma resposta a uma estimulação inicial desencadeadora de atitudes, entre as quais a de defesa.”

Para que a vida seja preservada, a agressão existe como instinto, e isto é constitutivo do ser. “Vivemos em um mundo que privilegia determinadas práticas, muitas delas altamente violentas”, salienta a professora. “Não estamos falando da violência de superfície, que se expressa em atos amplamente divulgados pela mídia. Falamos de um impulso que nos leva ao enfrentamento da vida”.

O impulso vital consta de todas as dimensões da vida humana e se torna violência quando usado inadequadamente. Nenhuma dimensão humana escapa a esse impulso vital, mas as que menos manifestam o lado negativo (violento) da energia vital, no entendimento de Angelina, são a lúdica e a estética. “Não se dá trégua a instintos. O que podemos é educar nossas práticas sociais. Nossas regras de conduta podem possibilitar uma convivência mais harmoniosa”, afirma.

Angelina Batista é professora aposentada do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp - Campus de Botucatu. É doutora e mestra em Educação pela Universidade de São Paulo - USP, graduada em Letras, Português, Latim e Grego pela USP e em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Campos Salles.

Confira a entrevista.

58

IHU On-Line – Como a violência se constitui em um traço inerente à espécie *homo sapiens*?

Angelina Batista – A violência é um traço inerente à espécie *homo sapiens* porque está ligada ao instinto de agressão que, como instinto, pode servir para o bem ou para o mal e existe para preservar a vida. Neste sentido, a violência seria uma resposta a uma estimulação inicial desencadeadora de atitudes, entre as quais a de defesa. Este instinto está presente na energia vital que é força para viver, enfrentar os desafios e levar o homem à construção de si mesmo, por exemplo.

IHU On-Line – Do que se trata o conceito de *homo violens*, a partir da definição de Roger Dadoun?

Angelina Batista – A meu ver, o conceito de *homo violens*, segundo Roger Dadoun¹, apresenta os seguintes aspectos: a) manifesta-se desde sempre no agir humano; b) está intrinsecamente ligado ao impulso vital; participa da energia vital; c)

todos os homens e todas as épocas conheceram a violência; d) este impulso vital precisa ser administrado.

IHU On-Line – Qual é a estrutura do *homo violens*? Como ele se constitui individualmente e socialmente?

Angelina Batista – A agressão, como instinto, existe para preservar a vida. E isto é constitutivo do ser. Determinadas práticas sociais apresentam-se ora mais ora menos violentas. Vivemos em um mundo que privilegia determinadas práticas, muitas delas altamente violentas.

¹ **Roger Dadoun** (1928): filósofo, psicanalista, tradutor e crítico de arte francês. Professor emérito da Universidade Paris-Diderot (Paris-VII). No Brasil, seu livro *A violência. Ensaio acerca do homo violens* foi lançado em 1998 pela editora Difel. (Nota da **IHU On-Line**)

“Em todas as dimensões da vida humana, o impulso vital está presente. Ele se torna ‘violência’ quando usado inadequadamente.”

tas. Não estamos falando da violência de superfície, que se expressa em atos amplamente divulgados pela mídia. Falamos de um impulso que nos leva ao enfrentamento da vida. A pergunta seria: “em que momento esse impulso que nos leva à vida torna-se um impulso de morte”?

IHU On-Line – De que maneira se pode pensar o aspecto da violência para além de dimensões morais e religiosas?

Angelina Batista – Como impulso vital, o *homo violens* prescinde das dimensões morais e religiosas. As dimensões morais e religiosas, entre outras práticas simbólicas, existem como norteadoras do existir humano e, portanto, como balizadoras do agir humano. Lembrando sempre que este impulso vital leva ao agir. O agir humano, porque liberto de uma determinação biológica (o instinto nos animais), precisa ser “educado” pelo outro, pelo tempo e espaço, pelas circunstâncias. As práticas simbólicas, como práticas sociais, cumprem esse papel “educador”.

IHU On-Line – Que dimensões da vida são mediadas por violência e que dimensões escapam dessa mediação?

Angelina Batista – Em todas as dimensões da vida humana, o impulso vital está presente. Ele se torna “violência” quando usado inadequadamente. Tomemos como exemplo o *homo politicus*: o viver em grupo pede uma liderança. Esse

serviço de liderança exige uma energia que precisa ser posta a serviço do grupo. Quando essa energia não é usada a serviço do grupo, mas a serviço de outros interesses, ela se torna violência. Nenhuma dimensão humana escapa a esse impulso vital, mas as dimensões que menos manifestam o lado negativo (violento) da energia vital, a meu ver, são a dimensão lúdica e a dimensão estética.

IHU On-Line – Que aspectos históricos constitutivos da espécie *homo sapiens* levaram suas diferentes dimensões – *homo sexualis*, *homo faber*, *homo politicus* – a orbitar em torno do *homo violens*?

Angelina Batista – As dimensões do *homo sapiens* não orbitam em torno do *homo violens*. Os aspectos históricos e sociais da espécie humana são práticas sociais que levam ao enfrentamento da própria existência.

IHU On-Line – Partindo da premissa de que uma violência ocorre em relação/reação a outra violência, como superar esse ciclo vicioso?

Angelina Batista – A violência ocorre em relação à interação com o outro, seja esse outro eu mesmo, o outro da minha espécie, os outros de outras espécies e em relação ao próprio meio ambiente. Não há uma violência originária. Na origem, há um impulso para a vida e seu enfrentamento. As práticas so-

ciais deveriam favorecer o controle desse impulso.

IHU On-Line – Se a violência é constitutiva da existência, como se pode suspendê-la e dar uma trégua aos próprios instintos?

Angelina Batista – Não se dá trégua a instintos. O que podemos é educar nossas práticas sociais. Nossas regras de conduta podem possibilitar uma convivência mais harmoniosa.

IHU On-Line – No fundo, compreender a espécie humana como *homo violens* não parece ser o reconhecimento de que a construção social da ideia de humanidade, erigida sobre os pilares da modernidade, fracassou?

Angelina Batista – De que pilares da modernidade estamos falando? Podemos falar não de um fracasso, mas sim de modos de enfrentamento da violência que, de fato, não levaram ainda a um domínio mais adequado do impulso vital.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Angelina Batista – O conhecimento que temos sobre o HOMEM é ainda muito pequeno em relação a toda a sua complexidade. Ao tratar a violência buscando apenas as causas pontuais de sua manifestação, talvez não se chegue ao cerne da questão. Trata-se de HUMANIZAR o humano. ■

Desigualdade: um outro nome para a violência de gênero

Patrícia Krieger Grossi analisa como os processos sistêmicos de exclusão produzem opressão às mulheres

Vitor Necchi | Edição: Ricardo Machado

60

Nem toda violência tem estampada na cara seu próprio horror. Ao considerar as diferenças sociais produzidas pela divisão de gênero e levantar seus dados, fica evidente as mil faces da violência. “Essas desigualdades de gênero se expressam na divisão sexual do trabalho, nos menores rendimentos às mulheres pelas mesmas funções desempenhadas por homens, menor participação nos espaços políticos e de poder”, avalia Patrícia Krieger Grossi em entrevista por e-mail à IHU On-Line.

Há também um lado da violência que é socialmente escondido, inclusive de dados estatísticos. “A violência contra a pessoa idosa é uma das mais invisibilizadas e silenciadas. Na maioria das vezes, as mulheres idosas sofrem agressões dos próprios filhos, o que dificulta a denúncia”, pondera. Muito além de questões policiais e burocráticas em relação à violência, as cicatrizes psicológicas são permanentes e trazem efeitos em várias

dimensões da vida. “A violência tem um impacto emocional muito grande na vida das mulheres, pois afeta sua autoestima, percepção de sua própria identidade, desejos e necessidades. Suga as energias das mulheres, que utilizam diversas estratégias de enfrentamento à violência, inclusive através do silêncio”, descreve a Grossi. “O que para muitos na sociedade é visto como submissão à violência, na realidade é uma estratégia de sobrevivência, uma resistência na tentativa de evitar novos abusos.”

Patrícia Krieger Grossi é graduada e mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Realizou doutorado em Serviço Social pela Universidade de Toronto, Canadá. É professora da PUCRS, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência, Ética e Direitos Humanos – NEPEVEDH e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência – NEPEVI.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O machismo e o patriarcado característicos da sociedade brasileira agravam a situação da violência? De que maneira?

Patrícia Krieger Grossi – Em primeiro lugar, é importante destacar que a violência contra mulheres é um fenômeno histórico, social e complexo, que tem raízes profundas na estrutura patriarcal da nossa sociedade, mas está presente em

todas as sociedades. Atinge mulheres de todas as classes sociais, etnias, idades, religiões e culturas. Entretanto, algumas mulheres estão mais vulneráveis à violência. O machismo e o patriarcado arraigados na estrutura da nossa sociedade contribuem para o agravamento das situações de violência, pois dentro de uma estrutura patriarcal, o poder masculino se sobressai e o sistema tende a culpabilizar a vítima pela violência sofrida. Muitas

vezes, ela é quem tem que provar que não é a culpada. Ainda hoje prevalece a dupla moral sexual e o comportamento da vítima é questionado, por exemplo, vestimenta, local que está frequentando, se usou álcool e ou drogas, como se isso justificasse o abuso sofrido. Dentro desse sistema, perpetuam-se papéis estereotipados de gênero que reforçam a submissão feminina e estruturam as desigualdades de gênero na nossa sociedade.

“Essas desigualdades de gênero se expressam na divisão sexual do trabalho, nos menores rendimentos às mulheres”

Essas desigualdades de gênero se expressam na divisão sexual do trabalho, nos menores rendimentos às mulheres pelas mesmas funções desempenhadas por homens, menor participação nos espaços políticos e de poder. Além das desigualdades de gênero decorrentes do patriarcado, temos as desigualdades étnico-raciais. Neste sentido, as mulheres negras estão mais vulneráveis à violência e também recebem menores salários que as mulheres brancas. Compartilhamos a posição de Saffioti¹ de que o capitalismo, o racismo e o patriarcado interagem entre si, formando um sistema de opressão que promove uma hierarquia de gênero e, no topo da pirâmide, está o homem branco, rico e heterossexual.

As situações de violência são agravadas, pois, muitas vezes, são naturalizadas e não percebidas como tal, o que dificulta o enfrentamento. Além disso, algumas mulheres sofrem revitimização quando buscam auxílio nos serviços, pois sua situação é banalizada pelas profissionais que a julgam e não compreendem o ciclo da violência em que estão inseridas. Podemos dizer que a violência é sistêmica e extrapola o âmbito doméstico. A violência é construída so-

cialmente, na tessitura das relações sociais, nas quais as diferenças são transformadas em desigualdades.

IHU On-Line – Quais os tipos de violência que mais atingem as mulheres?

Patrícia Krieger Grossi – As mulheres sofrem vários tipos de violência, desde emocional, que é mais invisibilizada, até física e sexual, além de assédio moral, violência patrimonial e violência institucional, entre outras. A veiculação nas redes sociais de nudes de mulheres, muitas vezes adolescentes e jovens, sem o consentimento delas, também se constitui em um fenômeno recorrente e uma violência que acarreta agravos na saúde física e mental das vítimas, podendo levar à depressão, à ideação suicida e até à morte. Segundo o Dossiê da Violência contra a Mulher, que compilou vários dados de estudos, uma mulher sofre um estupro a cada minuto, uma mulher é assassinada a cada duas horas e 503 mulheres são vítimas de agressão por hora. A Fundação Perseu Abramo realizou uma pesquisa em 2010 que revelou que uma mulher era agredida a cada 24 segundos no Brasil.

IHU On-Line – No ambiente rural, há algum agravamento da situação, levando em conta o recorte de gênero?

Patrícia Krieger Grossi – No campo, a mulher está mais vulnerável, pois o acesso à rede de proteção é menor. O isolamento social dificulta a denúncia da violência, e a longa dis-

tância até uma rede de serviços contribui para a invisibilidade da violência. Agrava a situação o fato de a maioria dos serviços especializados estarem em grandes centros. A mulher rural tem que percorrer às vezes 50, 100 e até 200 quilômetros, de acordo com a pesquisa que realizamos, para chegar a uma Delegacia da Mulher. Os gritos da mulher no campo não podem ser ouvidos. A divisão sexual do trabalho também é acentuada, com a mulher auxiliando na roça e demais atividades do campo, além de assumir tarefas domésticas e cuidados com os filhos, contribuindo para exaustão física, com a extensão e amplificação de sua jornada de trabalho.

Estudo recente desenvolvido por Costa (2012) em oito municípios do Rio Grande do Sul enfocando na violência contra mulheres rurais, nas práticas profissionais de saúde e nas agendas públicas municipais em relação ao enfrentamento dessa violência, concluiu que a violência contra a mulher no cenário rural é considerada como “destino de gênero”. Na fala dos profissionais e gestores da saúde, essa mulher é vista sob a ótica da “subordinação” e da “obediência”, da responsabilidade exclusiva pela reprodução biológica, afazeres domésticos e da lavoura, com pouco espaço para resistência a esses papéis tradicionais de gênero socialmente atribuídos.

IHU On-Line – E as idosas, qual a situação?

Patrícia Krieger Grossi – A violência contra a pessoa idosa é uma das mais invisibilizadas e silenciadas. Na maioria das vezes, as mulhe-

¹ **Heleieth Iara Bongiovani Saffioti** (1934-2010): socióloga marxista, professora, estudiosa da violência de gênero e militante feminista brasileira. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP em 1960, quando começou suas pesquisas sobre a condição feminina no Brasil, tema de sua tese de livre-doutorado para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), intitulada *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*, trabalho realizado sob orientação de Florestan Fernandes. O texto foi publicado pela editora Vozes em 1976 e se tornou um best-seller na época. Até hoje trata-se de uma referência nos estudos de gênero. Lecionou na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Faculdade de Serviço Social da UFRJ. Criou o Núcleo de Estudos de Gênero, Classe e Etnia na UFRJ. Aposentou-se pela Unesp. (Nota da **IHU On-Line**)

res idosas sofrem agressões dos próprios filhos, o que dificulta a denúncia. Idosas com idade mais avançada, com alguma dependência, ou acamadas, são mais vulneráveis à violência.

IHU On-Line – A população negra é mais vulnerável à violência? Como isso ocorre?

Patrícia Krieger Grossi – O Atlas da Violência 2017, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e o pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revela que homens jovens, negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no país. A população negra corresponde à maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios.

Atualmente, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. De acordo com informações do Atlas, os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, da escolaridade, do sexo, do estado civil e do bairro de residência. Na realidade, existem várias hipóteses em relação a esse maior índice de violência contra os negros. Os autores desse estudo apontam, entre esses fatores, o racismo estrutural ou institucional que nega oportunidades aos jovens negros no mercado de trabalho, agravando as desigualdades sociais. Esse processo excludente vivenciado pela população negra é decorrente da raiz escravocrata do Brasil, na qual os negros eram vistos como “coisas”, objetos a serem comercializados e, mesmo com a abolição da escravatura, não foram indenizados e passaram a viver em guetos, nas periferias, com pouco acesso às políticas públicas e direitos básicos de cidadania.

IHU On-Line – E as mulheres negras, em particular, são submetidas a que tipos específicos de violência?

Patrícia Krieger Grossi – As mulheres negras sofrem mais violência devido ao acúmulo das discriminações de gênero e étnico-raciais.

Compartilhamos a posição de Kimberlé Crenshaw², que trabalha com a perspectiva interseccional para poder compreender as múltiplas opressões que a mulher negra vivencia, sendo estas influenciadas por marcadores sociais como gênero, raça/etnia, orientação sexual, condição física e classe social, entre outros. O sexismo, aliado ao racismo na sociedade, faz com que as mulheres negras sejam as vítimas preferenciais.

Isto pode ser evidenciado no *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*, pois, no período entre 2003 e 2013, o número de homicídios de mulheres negras saltou de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Em contraposição, houve recuo de 9,8% nos crimes envolvendo mulheres brancas, que caiu de 1.747 para 1.576 entre os anos. As vítimas de crimes violentos são mulheres jovens, a maioria entre 18 e 30 anos, negras e pobres. O estudo mostra ainda que 50,3% das vítimas são assassinadas por familiares e 33,2% dos crimes são cometidos por parceiros ou ex-parceiros. Urge a necessidade de desvendarmos os processos vivenciados pelas mulheres negras na busca de acesso aos seus direitos e como vêm enfrentando essas violências. Esses dados mostram a falha do sistema em proteger essas mulheres.

IHU On-Line – O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, lançado em 2011, previa várias ações para o combate e a prevenção da violência de gênero. Quais os principais pontos desse documento? E que impacto ele teve?

Patrícia Krieger Grossi – O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi lançado em agosto de 2007, como parte da Agenda Social do Governo Federal, sendo o Rio Grande do Sul o último estado do Brasil a assiná-lo, em 2011. O documento previa vários eixos

de atuação, sendo que foram incorporados, após a primeira avaliação do Pacto pelo governo, os seguintes eixos estruturantes: 1) Garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; 2) Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; 3) Garantia da segurança cidadã e acesso à Justiça; 4) Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; 5) Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos.

Uma das premissas previstas no Pacto é a transversalidade de gênero nas políticas públicas e a intersetorialidade entre as políticas para poder atender às demandas das mulheres. Um dos desafios é o fortalecimento da rede especializada de atendimento à mulher em situação de violência e trabalhar no eixo da prevenção. Considero que o trabalho de prevenção à violência nas escolas, nas comunidades, nas associações, na mídia, com as crianças, adolescentes, jovens para transformar a cultura de violência e crenças arraigadas que perpetuem práticas discriminatórias, é fundamental, principalmente, porque 60% das crianças testemunham a violência sofrida pela mãe ou sofrem diretamente a violência doméstica em suas casas. Acesso à informação sobre os direitos e onde buscar auxílio é essencial para o rompimento das situações de violência, mas sempre respeitando o processo de autonomia da mulher em relação à sua vida.

IHU On-Line – A Lei Maria da Penha aperfeiçoou os mecanismos de proteção da mulher? Qual sua avaliação desta legislação?

Patrícia Krieger Grossi – Não há dúvidas que a Lei Maria da Penha foi um avanço na garantia de proteção às mulheres, pois criou mecanismos para coibir a violência contra elas, como o encarceramento, porém precisamos avançar muito ainda, principalmente no que se refere à consolidação de uma rede de atendimento qualificada à mulher. Precisamos avançar ainda na modificação

² Kimberlé Williams Crenshaw (1959): defensora dos direitos civis nos Estados Unidos, especialista em questões de raça e gênero. É professora na Escola de Direito da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e na Escola de Direito de Columbia. (Nota da IHU On-Line)



da cultura machista secular que ainda culpabiliza e julga a mulher pela situação vivenciada. O Dossiê da Violência mostra que houve recuo de quase 10% na violência cometida contra mulheres brancas, mas um aumento de mais de 50% nas cometidas contra mulheres negras. Isso significa que somente a existência da lei não foi suficiente para proteger as mulheres negras.

Temos que pensar em políticas estruturantes nos eixos da prevenção, da assistência e do enfrentamento à violência que vá além da criminalização dos atos. Há a necessidade de políticas públicas que promovam a autonomia econômica e social das mulheres em situação de violência, para que elas possam ter condições de enfrentamento e superação da opressão vivenciada. Muitas mulheres não chegam a denunciar a violência, pois têm medo do agressor, sentem vergonha, não têm um local para ir e não têm condições de sustentar os filhos. A Lei Maria da Penha prevê, em seu capítulo II, medidas de assistência à mulher em situação de violência doméstica que demanda um trabalho intersetorial envolvendo as políticas de saúde, de assistência social e de segurança pública, entre outras. Na Lei Maria da Penha, também estão previstos centros de reabilitação de agressores, o que ainda é incipiente.

IHU On-Line – O poder público, em suas diferentes instâncias, está preparado para acolher as mulheres vítimas de agressões relacionadas a gênero?

Patrícia Krieger Grossi – Parcialmente. Existem vários estudos sobre as rotas críticas, caminhos percorridos pelas mulheres para acessar seus direitos, na busca do enfrentamento da violência. E, dependendo da resposta dos agentes públicos, que, muitas vezes, é condicionada por valores e representações sociais acerca da violência doméstica contra a mulher, esta acaba sendo estigmatizada e culpabilizada pela situação em que se encontra e pela falha na proteção dos filhos, o que implica uma revitimização. Existem

estudos na área da saúde que referem essas mulheres como “poliqueixosas crônicas”, que contribui para sua estigmatização. Ainda ocorre de a violência não ser investigada e tratarem os sintomas, sendo assim, os abusos permanecem. Desnaturalizar a violência e propiciar um espaço de escuta, acolhimento e não julgamento é essencial. As delegacias têm que estar preparadas para encaminhar também as mulheres à rede de serviços disponível, e não apenas registrar a ocorrência ou buscar a conciliação do casal, em certas circunstâncias.

IHU On-Line – Como a violência de gênero marca a vida de uma mulher? Quais são os aspectos subjetivos envolvidos?

Patrícia Krieger Grossi – A violência tem um impacto emocional muito grande na vida das mulheres, pois afeta a autoestima, a percepção de sua própria identidade, os desejos e as necessidades. Suga as energias das mulheres, que utilizam diversas estratégias de enfrentamento à violência, inclusive através do silêncio. O que para muitos na sociedade é visto como submissão à violência, na realidade é uma estratégia de sobrevivência, uma resistência na tentativa de evitar novos abusos.

Compartilhamos a posição de Saffioti de que o fato de uma mulher permanecer em um relacionamento abusivo e violento não significa que ela aceite a violência. Este é um aspecto muito importante a fim de evitar a culpabilização da mesma. Existem ainda crenças de que ela não sai de casa porque não quer ou, se ela fica, é porque gosta de apanhar, ou se ela apanhou, fez algo para merecer, ou de que em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher. Todas essas crenças sociais e valores influenciam no processo de tomada de decisões da mulher, além das condições concretas para superação da violência.

Existe também a crença de que se a mulher sair de casa, a violência cessará, o que, na realidade, muitas ve-

zes se agrava, com risco de feminicídio. Entre os agravos na saúde física e emocional da mulher decorrentes da violência, podemos destacar ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, distúrbios gastrointestinais, insônia, pesadelos constantes, sobressaltos, sentimento de desamparo e impotência, entre outros.

Existe uma teoria desenvolvida pelo psiquiatra Biedermann, na década de 1970, de que as mulheres, nos primeiros incidentes de violência, minimizam e procuram agradar o companheiro na tentativa de cessar o abuso. Costumam atribuir desculpas e/ou justificativas para o comportamento agressivo dele. Com o passar dos anos, as violências aumentam, e elas passam a ter pesadelos e sobressaltos constantes. Chegam a procurar auxílio, mas, não encontrando, internalizam a culpa e somatizam a violência sofrida.

IHU On-Line – Que desafios se impõem no Brasil e, em particular, no Rio Grande do Sul para o enfrentamento da violência de gênero?

Patrícia Krieger Grossi – No Rio Grande do Sul, houve o fechamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o que foi um retrocesso no âmbito do fortalecimento das políticas para as mulheres. Urge a necessidade de maior investimento na área de formação dos agentes públicos para o atendimento qualificado às vítimas, programas de abrigos ainda incipientes no estado, que tem apenas 12 casas-abrigos para mulheres em situação de violência em 497 municípios. No Interior, a lacuna de serviços é maior, podendo ser implementados serviços em forma de consórcios para viabilizar um atendimento regionalizado. Ampliação das delegacias das mulheres, prioridade de moradia para mulheres em situação de violência doméstica, ampliação das unidades itinerantes para atendimento às mulheres do campo e das florestas, ampliação do número de salas lilás que dão um atendimento diferenciado e mais humanizado às mulheres vítimas de estupro. ■

Ressurreição é uma revolução na evolução

Leonardo Boff destaca que a ascensão de Cristo da morte não é algo circunscrito ao mundo do *bios* e por isso exige que se acolham narrativas minimamente capazes de “expressar o indizível”

João Vitor Santos

Aproximar-se dos significados da Ressurreição do Cristo requer exercícios que, por vezes, as perspectivas de cientificismo moderno os fazem parecer impossíveis. É por isso que o teólogo Leonardo Boff reitera a perspectiva de que ressuscitar é muito mais do que trazer um corpo morto à vida, como o próprio Cristo fez com Lázaro, que, mais tarde, tornou a morrer. “Ressurreição é a irrupção do ‘novissimus Adam’ de São Paulo (1Cor 15,45). Vale dizer que é a completa realização de todas as virtualidades incontáveis presentes no ser humano”, define. Assim, ele reconhece que é preciso um denso movimento de descolamento do mundo biológico, em que só a razão é capaz de fornecer explicações. “[A Ressurreição] não é um fato histórico passível de ser detectado por uma máquina fotográfica ou pela televisão. É um fato que aconteceu em Jesus, acessível pela fé dos testemunhos”, pontua.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Boff ainda explica que “a Ressurreição é a concretização da utopia pregada por Jesus, o Reino de Deus que implica a superação da morte e do morrer”. Mas como compreender isso, relegando provas (científicas) concretas? É aí que, se-

gundo o teólogo, a narrativa mítica se inscreve como alternativa. “O melhor caminho é elaborar narrativas e projetar mitos que, no sentido moderno do termo, é um meio de expressar o indizível. O mito não inventa o fato, dá-lhe uma forma que possamos compreendê-lo”, explica.

Leonardo Boff é doutor em Teologia pela Universidade de Munique. Foi professor de teologia sistemática e ecumênica com os Franciscanos em Petrópolis e, depois, professor de ética, filosofia da religião e de ecologia filosófica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É assessor de movimentos populares, reconhecido pelo seu trabalho com a Teologia da Libertação e nas áreas de filosofia, ética, espiritualidade e ecologia. Publicou diversos livros acerca desses temas, dos quais destacamos *Nossa ressurreição na morte* (Petrópolis: Vozes, 2012), *Jesus Cristo libertador* (Petrópolis: Vozes, 2011), *Cristianismo: o mínimo do mínimo* (Petrópolis: Vozes, 2011) e *Imitação de Cristo de Tomás de Kempis e Seguimento de Jesus (Livro V)* (Petrópolis: Vozes, 2016). *Ecologia - Grito da terra, grito dos pobres. Dignidade e direitos da mãe terra* (Petrópolis: Vozes, 2015).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que medida a Modernidade inebria o entendimento pleno do conceito de Ressurreição?

Leonardo Boff – Não vejo que

a Modernidade tenha interesse no tema da Ressurreição, não nos autores que conheço. Preocupam-se sim pelo tema da morte. Por outro lado, se tivermos um conceito mais

aprofundado do ser humano, aí sim aponta o tema da Ressurreição. Se concedermos que o ser humano é um projeto infinito e devorado por um desejo que não conhece limites,

“Não vejo que a Modernidade tenha interesse no tema da Ressurreição”

como Aristóteles¹ e Freud² reconheceram, aí se coloca a questão: qual é o objeto adequado ao seu impulso infinito e ao obscuro objeto de seu desejo infinito?

Só um infinito sacia nossa sede de infinito, só uma vida que seja eterna faz descansar o desejo. É a famosa experiência agostiniana do “cor inquietum” que somente repousa quando encontra Deus. O sentido da vida é mais vida, é a plenitude da vida. É aquilo que nós cristãos chamamos de Ressurreição.

IHU On-Line – No que consiste o “ressuscitar” segundo a Teologia e a Antropologia?

Leonardo Boff – Ressurreição não pode ser identificada com a reanimação de um cadáver como o de Lázaro³ que, por fim, acabou mor-

rendo. Ressurreição é a irrupção do “novissimus Adam” de São Paulo (1Cor 15,45). Vale dizer, é a completa realização de todas as virtualidades incontáveis presentes no ser humano. Se ele é um projeto infinito, a Ressurreição representa o *momeem* em que estas virtualidades chegam a sua plena floração.

IHU On-Line – Quais o limites de se buscar a Ressurreição como um dado histórico? E de que forma a leitura mítica pode ampliar o entendimento acerca da Ressurreição?

Leonardo Boff – Ninguém viu a ressurreição de Jesus. Temos apenas testemunhos de pessoas às quais deixou-se ver. E há apenas sinais como o sepulcro vazio e suas vestes. Portanto, não é um fato histórico passível de ser detectado por uma máquina fotográfica ou pela televisão. É um fato que aconteceu em Jesus, acessível pela fé dos testemunhos.

Esse evento não pertence ao mundo do *bios*, da vida biológica que sempre termina na morte. Por isso os textos judiciosamente falam em *Zoé*, que significa uma vida eterna. Também não dizem: nós vimos o Senhor, mas Ele deixou-se ver (*óphthe* em grego, que é o medial de *oração* ver). A iniciativa parte de Jesus e não dos apóstolos, aos quais permite vê-lo. Poderíamos dizer que a Ressurreição é a concretização da utopia pregada por Jesus, o Reino de Deus que implica a superação da morte e do morrer. Não sem razão que Orí-

genes⁴, um dos mais geniais teólogos cristãos do norte do Egito no século III, denomina a ressurreição como a *autobasileia tou Chritou*. Traduzindo: a autorrealização do Reino em Cristo.

Quando as realidades são grandes demais, faltam-nos conceitos e palavras. O melhor caminho é elaborar narrativas e projetar mitos que no sentido moderno do termo (em C.G. Jung e nos antropólogos) é um meio de expressar o indizível. O mito não inventa o fato, dá-lhe uma forma que possamos compreendê-lo. Nessa linha dever-se-ia pensar a ressurreição de Jesus. Antropologicamente ela é fecunda, pois vem ao encontro daquilo que de utópico e infinito discernimos no ser humano.

IHU On-Line – Muitos estudiosos defendem que a Ressurreição do Cristo é a vitória da vida sobre a morte. Como podemos compreender tal perspectiva?

Leonardo Boff – A vida é chamada para a vida e não para a morte, mesmo quando sabemos que vamos morrer um dia. Esse é o anseio fundamental do ser humano, não apenas viver muito, mas, como notava Nietzsche⁵, viver eternamente. Nes-

1 **Aristóteles de Estagira** (384 a.C.-322 a.C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira. Suas reflexões filosóficas – por um lado, originais; por outro, reformuladoras da tradição grega – acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou significativas contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia e história natural. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Sigmund Freud** (1856-1939): neurologista nascido em Freiberg, Tchecoslováquia. É o fundador da psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudou pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da psicanálise. Desenvolveu a ideia de que as pessoas são movidas pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século 19 e continuam ainda muito debatidos. A edição 179 da **IHU On-Line**, de 8-5-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível em <http://bit.ly/ihuon179>. A edição 207, de 4-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível em <https://goo.gl/wL1FIU>. A edição 16 dos **Cadernos IHU em formação** tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível em <http://bit.ly/ihuem16>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 O entrevistado refere-se à passagem bíblica de João, capítulos 11 e 12. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Orígenes de Alexandria ou Orígenes, o Cristão** (185-253): foi um teólogo, filósofo neoplatônico patristico e é um dos Padres gregos. Um dos mais distintos pupilos de Amônio de Alexandria, Orígenes foi um prolífico escritor cristão, de grande erudição, ligado à Escola Catequética de Alexandria (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Friedrich Nietzsche** (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras, figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (Rio de Janeiro: Civilização Brasilei-

se sentido, a Ressurreição representa um tipo de vida tão plena que nela não penetra a morte.

Mas para isso ela precisa se transfigurar, vale dizer, realizar totalmente o ser humano em suas infindáveis possibilidades. Não vivemos para morrer, como diriam os existencialistas. Morremos para ressuscitar. Dom Pedro Casaldáliga⁶ o formulou bem: a alternativa crista é: ou vida ou ressurreição.

IHU On-Line – É possível afirmar que o Deus vivo no Cristo só se revela plenamente na Ressurreição? Por quê?

Leonardo Boff – Enquanto estava entre nós, Jesus participava de todo tipo de limitações e até achacques da existência humana. É o que está implícito da encarnação. O autor da Epístola aos Hebreus é bem concreto: “entre súplicas, clamores e lágrimas se dirigiu àquele que o podia salvar da morte... e aprendeu a obedecer por meio dos sofrimentos que teve” (Hbr 5,7-8). Mais adiante diz que ele “é o general da fé” (12,2). A Ressurreição é a ultrapassagem desta situação carnal e passa à si-

tução “espiritual” (do Espírito de vida). Aqui Deus se revela como o Deus que faz de um morto vivo e de um vivo o “novíssimo Adão”. Dá-se a plena revelação do Deus vivo que quer a vida e que no livro da Sabedoria se revela como “o apaixonado amante da vida” (Sb 11,24).

IHU On-Line – No que consiste a ideia de “ressurreição da carne” e de que forma se articula com a perspectiva do túmulo vazio, tão detalhadamente descrito na narrativa de Marcos?

Leonardo Boff – “Carne”, biblicamente, significa a situação humana frágil, doentia, mortal. Essa situação pela Ressurreição foi totalmente transmutada. Paulo o diz claramente: “semeia-se um corpo vital e ressuscita-se um corpo espiritual” (1 Cor 15,44.). Eu sustento a tese, aceita por muitos, de que as aparições no final do evangelho de Marcos seriam um acréscimo posterior, um pequeno resumo das aparições. O Marcos original não teria nada disso. Termina Jesus dizendo “aos discípulos e a Pedro que Ele (Jesus) os precederá na Galileia. Lá me vereis como vos disse” (Mc 16,7).

Com isso quero dizer: Jesus não se manifestou ainda de forma plena. Todos nós estamos a caminho da Galileia (o termo da história) para então vê-lo face a face. Assim me parece se entende melhor a história humana que apesar da Ressurreição de Cristo na verdade nada mudou, pois campeia a morte e a violência no mundo. Na esperança caminhamos para a Galileia da ressurreição. O próprio Jesus está em processo de ressurreição, pois seus irmãos e irmãs, que somos nós, ainda não ressuscitaram nem o universo que lhe pertence alcançou a sua plenitude. Ele está ainda em fase de cosmogênese. Quando tudo se completar, então, Jesus e sua comunidade terão finalmente ressuscitado⁸. Aqui cabem

as palavras de Ernst Bloch⁹: “o gênesis está no fim e não no começo”.

IHU On-Line – O senhor diz que a Ressurreição representa “uma revolução na evolução”. Gostaria que detalhasse essa perspectiva.

Leonardo Boff – A moderna cosmologia unanimemente afirma que o estado do universo não é a estabilidade, mas a mobilidade. Tudo está se expandindo, se complexificando e se autocriando. A evolução permite que as virtualidades latentes dentro do universo conheçam emergências, possam irromper sob as formas mais diferentes. Neste sentido, o universo não está ainda pronto. Ao invés de falar em cosmologia, deveríamos falar em cosmogênese, a lenta e progressiva gênese de todas as coisas.

Quando digo, seguindo Jürgen Moltmann¹⁰, que Ressurreição é uma revolução na evolução, quero dizer que Ressurreição é uma pequena antecipação do fim bom da criação, como se o termo da evolução se antecipasse e nos mostrasse em pequeno o que nos está preparado. Isso é uma revolução dentro da evolução que ainda continua e segue seu curso.

IHU On-Line – De que forma o panenteísmo pode contribuir para o entendimento da Ressurreição no nosso tempo?

Leonardo Boff – A expressão pa-

ra, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou até o dia de sua morte. A Nietzsche, foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da **IHU On-Line**, de 13-12-2004, intitulado *Nietzsche: filósofo do martelo e do crepúsculo*, disponível para download em <http://bit.ly/HI7xwP>. A edição 15 dos **Cadernos IHU em formação** é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*, e pode ser acessada em <http://bit.ly/HdcqQB>. Confira, também, a entrevista concedida por Ermildo Stein à edição 328 da revista **IHU On-Line**, de 10-5-2010, disponível em <http://bit.ly/162F4rH>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência *A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica*, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosofias da diferença – Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Na edição 330 da revista **IHU On-Line**, de 24-5-2010, leia a entrevista *Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência*, concedida pelo professor Oswaldo Giacoia e disponível em <https://goo.gl/zuXC4n>. Na edição 388, de 9-4-2012, leia a entrevista *O amor fati como resposta à tirania do sentido*, com Danilo Biilate, disponível em <http://bit.ly/HzaJpJ>. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **D. Pedro Casaldáliga**: bispo prelado de São Félix, Mato Grosso. É poeta e escritor de renome internacional. Quando assume a prelazia de São Félix, em pleno regime militar, denuncia veementemente o latifúndio e defende a reforma agrária e o direito indígena à terra. Foi duramente perseguido pelo regime militar. Pe. João Bosco Penido Burnier, jesuíta, foi assassinado ao lado dele, no dia 12 de outubro de 1976. A edição 137 da **IHU On-Line**, de 18 de abril de 2005, publicou uma entrevista com Casaldáliga: *O próximo pontificado será um tempo de transição significativo*. A edição 89, de 12 de janeiro de 2004, trouxe entrevista com o religioso, falando sobre a homologiação de terra continua para índios. (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ Marcos 16. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ Ver um aprofundamento no meu *Cristianismo: o mínimo do mínimo*, Petrópolis: Vozes 2015. (Nota do entrevistado)

⁹ **Ernst Bloch** (1885-1977): filósofo alemão marxista heterodoxo, que construiu vasta obra que ressalta o papel da utopia na história do homem. Seu livro *O Princípio Esperança* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2005), foi destacado na editoria Livro da Semana da 151ª edição da revista **IHU On-Line**, de 15-8-2005, com a realização de duas entrevistas sobre a obra: uma com o tradutor do livro, Nélcio Schneider, e outra com o professor da UFRGS Edson Souza. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ **Jürgen Moltmann** (1926): professor emérito de Teologia da Faculdade Evangélica da Universidade de Tübingen. Um dos mais importantes teólogos vivos da atualidade. Foi um dos inspiradores da Teologia Política nos anos 1960 e influenciou a Teologia da Libertação. É autor de *Teologia da Esperança* (São Paulo: Herder, 1971) e *Deus crucificado: a cruz de Cristo como fundamento e crítica da teologia cristã* (Petrópolis: Vozes, 1993), entre outros. Do autor, a Editora Unisinos publicou o livro *A vinda de Deus. Escatologia cristã* (São Leopoldo, 2003). Confira a entrevista de Moltmann na **IHU On-Line** nº 94, de 29-3-2004 em <http://bit.ly/ihuon94>. Sobre o tema, Frei Luiz Carlos Susin deu uma entrevista na edição 72, de 25-8-2003, disponível em <http://bit.ly/ihuon72>. A edição 23 dos **Cadernos Teologia Pública**, de 26-9-2006, tem como título *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann*, de autoria de Paulo Sérgio Lopes Gonçalves. (Nota da **IHU On-Line**)

nenteísmo foi criada no século XIX por um teólogo protestante de nome Krause¹¹. Ele quer dizer aquilo que a teologia antiga e clássica ensinava e ainda ensina com a expressão “pericórese” (a *intro* e *retro* relação de tudo com tudo) ou “circumincésio”. Primeiramente era aplicada na relação da criação com o Criador: ambos estão de tal maneira imbricados que um não pode ser entendido sem o outro. Depois, aplicou-se à cristologia e à doutrina trinitária. As três divinas Pessoas estão tão intimamente relacionadas que uma sempre implica a outra e assim eternamente.

Panenteísmo significa, então, que Deus está em tudo e tudo está em Deus, resguardadas as diferenças entre criatura e Criador. Não se trata de panteísmo segundo o qual tudo é indistintamente Deus. O próprio Voltaire¹² mostrou o absurdo filosófico que tal afirmação comporta. O panenteísmo guarda as diferenças, mas revela como ambos estão presentes um no outro e que não podem ser pensados separadamente. Esta compreensão pode gerar uma mística como aquela de Pierre Teilhard de Chardin¹³ ou de São Francisco de

Assis¹⁴, que conseguiam ver Deus em todas e em qualquer realidade.

O Cristo cósmico das epístolas de São Paulo e da introdução do evangelho de São João dão-nos a perspectiva do “pleroma”, vale dizer, da universalidade da presença do Ressuscitado em todas as coisas. Célebre é o dito 33 do evangelho apócrifo de São Tomé que grandes nomes da exegese como Joaquim Jeremias e outros lhe conferem grande autoridade, pois parece ter saído da boca do Ressuscitado: “Eu sou a Luz do mundo. Tudo saiu de mim e tudo volta a mim. Rache a lenha e estou dentro dela, levante a pedra e estou debaixo dela. Porque estarei convosco todos os dias até o final dos tempos”. Levantar uma pedra é oneroso e rachar lenha é penoso. Mesmo esses afazeres comuns contêm a presença do Ressuscitado.

IHU On-Line – Como a volta à experiência da Ressurreição do

de 5-5-2005, em <http://bit.ly/ihuon135> e *Teilhard de Chardin, Saint-Exupéry*, publicada na edição 142, de 23-5-2005, em <http://bit.ly/ihuon142>, ambas com Waldecy Tenório. Na edição 143, de 30-5-2005, George Coyne concedeu a entrevista *Teilhard e a teoria da evolução*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon143>. Leia também a edição 45 edição do *Cadernos IHU ideias A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica*, disponível em <http://bit.ly/1l6lWAC>; a edição 78 do *Cadernos de Teologia Pública, As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã*, disponível em <http://bit.ly/1pvlEG2>; e a edição 22 do *Cadernos de Teologia Pública, Terra Habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs*, disponível em <http://bit.ly/1pvlJLL>. (Nota da IHU On-Line)

14 **São Francisco de Assis** (1181-1226): frade católico, fundador da “Ordem dos Frades Menores”, mais conhecida como Franciscanos. Foi canonizado em 1228 pela Igreja Católica. Por seu apreço à natureza, é mundialmente conhecido como o santo patrono dos animais e do meio ambiente. Sobre Francisco de Assis confira a edição 238 da *IHU On-Line*, de 1-10-2007, intitulada *Francisco. O santo*, disponível para download em <http://bit.ly/1NLAtI7> e a entrevista com a medievalista italiana Chiara Frugoni, intitulada *Uma outra face de São Francisco de Assis*, na revista *IHU On-Line* número 469, de 3-8-2015, disponível em <http://bit.ly/2erAzUq>. (Nota da IHU On-Line)

Cristo pode inspirar a humanidade do nosso tempo a superar seus dilemas?

Leonardo Boff – Talvez este pequeno conto da área da ecologia pode responder a esta pergunta e que se encontra no meu livro *Ecologia: grito da Terra - grito dos pobres*¹⁵ (p. 307): “Certa feita um velho e santo monge foi visitado em sonho pelo Ressuscitado. Este, o Ressuscitado, o convidou para passearem pelo jardim. O monge aceitou com entusiasmo e cheio de curiosidade. Depois de andarem longo tempo, para frente e para trás pelo caminho do jardim como fazem os monges depois do almoço, ainda hoje, o santo e velho religioso ousou perguntar: ‘Senhor, quando andavas pelos caminhos da Palestina, dissesse, certa feita, que voltarias um dia com toda a pompa e glória. Está demorando tanto esta sua volta!’ Depois de momentos de silêncio que pareciam uma eternidade, o Ressuscitado respondeu: ‘meu irmãozinho querido: quando minha presença no universo e na natureza for evidente; quando minha presença sob a tua pele e no teu coração for tão real quanto a minha presença aqui e agora; quando esta consciência se tornar corpo e sangue em ti a ponto de não mais pensares nisso; quando estiveres tão imbuído desta verdade que não mais precisas perguntar com curiosidade, então, meu querido irmão, eu terei retornado com toda a minha pompa e glória’. E mais não se precisa dizer: o Ressuscitado está entre nós apenas nas fímbrias do mistério; quem crer e for sensível perceberá sua presença. ■

15 Petrópolis: Vozes, 2015. (Nota da IHU On-Line)

11 **Karl Christian Friedrich Krause** (1781-1832): filósofo alemão, nascido em Eisenberg, em Saxe-Gotha-Altenburg. Sua filosofia, conhecida como “Krausism”, foi muito influente na Restauração da Espanha. (Nota da IHU On-Line)

12 **Voltaire** (1694-1778): pseudônimo de François-Marie Arouet, poeta, ensaísta, dramaturgo, filósofo e historiador iluminista francês. Uma de suas obras mais conhecidas é o *Dicionário Filosófico*, escrito em 1764. (Nota da IHU On-Line)

13 **Pierre Teilhard de Chardin** (1881-1955): paleontólogo, teólogo, filósofo e jesuíta que rompeu fronteiras entre a ciência e a fé com sua teoria evolucionista. O cinquentenário de sua morte foi lembrado no *Simpósio Internacional Terra Habitável: um desafio para a humanidade*, promovido pelo IHU em 2005. Sobre ele, leia a edição 140 da *IHU On-Line*, de 9-5-2005, *Teilhard de Chardin: cientista e místico*, disponível em <http://bit.ly/ihuon140>. Veja também a edição 304, de 17-8-2009, *O futuro que advém. A evolução e a fé cristã segundo Teilhard de Chardin*, em <http://bit.ly/ihuon304>. Confira, ainda, as entrevistas *Chardin revela a cumplicidade entre o espírito e a matéria*, na edição 135,

Leia mais

- “Morrer é penetrar no coração do universo onde todas as teias de relação encontram o seu nó de origem e de sustentação”. Entrevista especial com Leonardo Boff, publicada nas Notícias do Dia de 2-11-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2GKwdq1>.

- **Humano assim como Jesus só Deus mesmo.** Artigo de Leonardo Boff, publicado nas Notícias do Dia de 20-12-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2GPRRta>.

- **Francisco de Assis. O protótipo ocidental da razão cordial e emocional.** Entrevista especial com Leonardo Boff, publicada nas Notícias do Dia de 2-10-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2prAFle>.

- **Ecologia integral. A grande novidade da Laudato Si'.** “Nem a ONU produziu um texto desta natureza”. Entrevista especial com Leonardo Boff, publicada nas Notícias do Dia de 18-7-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2GJ8c2x>.

- **Os intelectuais que têm algum sentido ético precisam falar sobre a Terra ameaçada.** Entrevista especial com Leonardo Boff, publicada nas Notícias do Dia de 16-10-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2eZz17B>.

- **“Quem vai derrotar o capital será a Terra”.** Entrevista com Leonardo Boff, publicada nas Notícias do Dia de 3-8-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2G8LIdu>.





O túmulo vazio significa que Jesus é mais forte do que a morte

Ferdinando Sudati, à luz das obras de John Shelby Spong e Roger Lenaers, analisa como o moderno pensamento cientificista nos leva a retomar a busca do significado da ressurreição do Cristo

João Vitor Santos e Patricia Fachin | Tradução: Ramiro Mincato

Quando a humanidade, numa perspectiva histórica, ingressa no chamado Renascimento Moderno, os conceitos passam a ser realinhados. Deixa-se de tomar verdades teológicas como definitivas e tudo passa a ser suscetível à experimentação. Afinal, começa-se a desenvolver um pensamento cientificista em que só é possível se crer naquilo que é testável, experimentável pelo humano. “É a nova astronomia, juntamente com a cosmologia e a astrofísica, que nos obrigam a repensar – em vista de uma mudança – nossas coordenadas religiosas, a partir do conceito de Deus, do significado do tempo, do após morte e, por isso, da ressurreição”, acrescenta o teólogo italiano Ferdinando Sudati. Mas, nesse sentido, como pensar a ressurreição do Cristo? Em que medida a busca por dados históricos inebria a perspectiva mítica da fé? “No início do século XX, a Sagrada Congregação do Santo Ofício obrigava os católicos a acreditar que os onze primeiros capítulos do Gênesis se referiam a fatos históricos. Com Pio XII, em meados do século XX, o evolucionismo era visto com desconfiança e o poligenismo completamente banido”, recorda Sudati.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o italiano parte da reflexão de outros dois teólogos, John Shelby Spong e Roger Lenaers, para refletir sobre os desafios de se repensar a ressurreição no nosso tempo. “Certamente,

não devemos cultivar uma ideia ingênua da modernidade, que não é asséptica, e nem mesmo boa, inocente e compreensível por tendência espontânea. A modernidade é a mudança epocal em que nos encontramos hoje, e da qual devemos nos tornar conscientes”, destaca. Para ele, talvez, não se trata de tomar apenas uma posição de modo a negar a outra. “À luz do novo conhecimento, a vida mostra-se muito mais conectada e interconectada do que pensávamos, tanto a humana no planeta Terra, quanto a do inteiro cosmo. As fronteiras entre matéria e energia tornaram-se confusas, existe – ou haverá – lugar para uma nova visão do ‘espírito’”, sugere Sudati.

Ferdinando Sudati é padre italiano, teólogo, presbítero diocesano na paróquia S. Giorgio Martire, que pertence à Diocese de Lodi, na Lombardia, Itália. Ferdinando Sudati é o editor e responsável pela introdução da obra *La nascita di Gesù tra miti e ipotesi*, publicada na Itália pela Editora Massari, 2018, de autoria de John Shelby Spong, teólogo e bispo emérito da Igreja Episcopal. Ele igualmente escreve o prefácio do livro *Gesù di Nazaret. Uomo come noi?* (Jesus de Nazaré. Homem como nós?), publicado pela Gabrielli Editori, 2018, cujo autor é Roger Lenaers, padre jesuíta, belga radicado em Innsbruck, na Áustria.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Você escreveu o prefácio dos livros *La nascita di Gesù tra miti e ipotesi*¹, de John Shelby Spong², e *Gesù*

***di Nazaret: Uomo come noi?*³, de Roger Lenaers⁴. Que abor-**

1 Massari Editore, 2017. (Nota da **IHU On-Line**)

2 John Shelby “Jack” Spong (1931): é um bispo emérito

da Igreja Episcopal. Vive nos Estados Unidos e de 1979 a 2000, foi bispo de Newark (baseado em Newark, Nova Jersey). Considerado teólogo cristão liberal, com seus escritos e reflexões tenciona que se repense fundamentalmente a crença cristã, afastando-se do teísmo e das doutrinas tradicionais. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Gabrielli Editori, 2017. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Roger Charles Lenaers (1925): padre jesuíta na diocese de Innsbruck, no oeste da Áustria. Ingressou na Companhia de Jesus em 1942 e seguiu os cursos regulares na Escola Jesuíta de Filosofia e Teologia. Em 2000 e 2002 ganhou destaque pelas suas reflexões sobre o choque entre a modernidade e as convicções religiosas modernas. Ao reinterpretar a essência, ele tentou reconciliar a mensa-

dagens cristológicas eles podem apresentar?

Ferdinando Sudati – Há uma diferença na visão de Jesus de Spong e na de Lenaers: elas não coincidem, mas ao mesmo tempo não estão longe uma da outra. Poderíamos dizer que Lenaers, no livro em questão, não se decide, como Spong, a reinterpretar radicalmente a divindade de Jesus. O pensamento de Spong está claramente definido na segunda das suas “Doze teses”, em que reassume as sugestões para uma nova reforma: “Como Deus não pode ser concebido em termos teístas, não faz sentido tentar entender Jesus como ‘a encarnação de uma divindade teísta’. Os conceitos tradicionais da cristologia, portanto, acabaram falindo”.

Lenaers pretende salvar a personalidade transcendente de Jesus, afirmando que “a confissão de que Jesus é ‘Deus de Deus, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro’ ... é agora insustentável”. No final do seu livro, define-se por uma superioridade de Jesus em relação a nós, e não apenas pela sua exemplaridade. Pouco antes do lançamento do livro, em uma entrevista a Claudia Fanti, publicada no *MicroMega*⁵, é definitivamente mais explícito: “fui criticado por simplificar, porque não falo de Jesus como ‘Deus’, porque mantenho silêncio sobre esse tema. Mas se o cristianismo é impensável sem a figura de Jesus, certamente o é sem sua divinização, como se evidencia no período que vai dos anos 40 a 100 do primeiro século. E quando Jesus foi finalmente deificado, complicações sem fim apareceram, com novos Concílios e condenações. Por mais de 50 anos depois da sua morte, pois, os fiéis o veneraram como plenamente cheio Deus, como expressão da proximidade de Deus, como sublime revelação de Deus, mas não como Deus. Somos chamados a fazer a mesma

coisa. Ou será que pensamos que ao defini-lo ‘Deus’ estaríamos mais próximos dele, que seríamos melhores cristãos?” (p. 147).

Obviamente, isso é muito pouco para a ortodoxia tradicional, e em algum lugar o acusam de possuir uma cristologia insuficiente, enquanto os mais benevolentes estão dispostos a admitir que ele não está fora da doutrina da fé. Deve-se acrescentar que Lenaers ainda não recebeu nenhuma admoestação oficial ou censura, nem das Cúrias, nem de sua Congregação, os jesuítas.

Gostaria de deixar claro, a tese cristológica de Spong é uma consequência direta da primeira das suas teses: “O teísmo, como modo de definir Deus, está morto. Não podemos mais compreender Deus, de maneira crível, como um ser de poder sobrenatural, que vive no mais alto dos céus e pronto para intervir periodicamente na história humana, para que se cumpra sua divina vontade. Por isso, hoje, a maior parte das coisas que se diz sobre Deus não faz sentido. É preciso uma nova maneira de conceituar Deus e de falar sobre isso”.

Um Jesus, Deus teísta, reproposto nos termos mencionados por Spong, que são os usados para se falar de Deus nas Igrejas cristãs até hoje, deixará as mulheres e os homens de nosso tempo cada vez mais indiferentes. Se tivermos consciência que o Deus teísta terminou, será espontâneo renunciar a esse conceito de divindade, aplicado a Jesus no quarto e quinto séculos da era cristã. A quem ainda interessa esse conceito? Jesus continuaria a fazer parte do Deus tapa-buracos, há algum tempo já, insustentável, mas do qual não conseguimos abrir mão. Poderíamos recuperar o conceito de “divindade” de Jesus, se quisermos manter esta palavra como boa, sobre o pano de fundo do panenteísmo⁶, interpre-

tado de forma moderna, mas certamente não seria mais aquela de antes, estabelecida em Niceia⁷ e Calcedônia⁸, e nem mesmo aquela dos documentos do Vaticano, como na *Declaração Dominus Iesus* (2000)⁹ e, ainda mais perto de nós, da carta aos bispos *Placuit Deo* (2018)¹⁰.

IHU On-Line – Qual é a contribuição fundamental dessas duas obras para compreender, acima de tudo, a ressurreição?

Ferdinando Sudati – O trabalho de Lenaers, apesar da brevidade que o distingue, dedica um capítulo, o sexto, ao tema da ressurreição, e dois parágrafos no capítulo seguinte, enquanto na obra de Spong, cujo objeto é o nascimento de Jesus, há apenas indícios fugazes. Spong dedicou um livro inteiro à ressurreição, em 1994: *Resurrection: Myth or Reality? A Bishop’s Search of the Origin’s of Christianity*¹¹. Há também a versão em espanhol, embora esgotada. Nessa obra, analisa o tema, além disso, ele volta ao tema em capítulos inteiros, ou pelo menos em páginas, em quase todas as suas obras. Certamente podemos dizer que os evangelhos da infância e aqueles da ressurreição estão bem próximos como gênero literário, ambos fortemente marcados pela presença de elemen-

transcendente a elas, sem necessariamente perder sua unidade, ou seja, a mesma divindade é todas as coisas e algo a mais. (Nota da **IHU On-Line**)

7 Concílios de Niceia: o I Concílio de Niceia é o primeiro Concílio Ecumênico do Cristianismo, que aconteceu em 325, para discutir questões cristológicas. O II Concílio de Niceia, o sétimo ecumênico, foi realizado em 787, reconheceu a veneração, e não adoração, dos ícones religiosos. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Concílio de Calcedônia: concílio ecumênico realizado entre 8 de outubro e 1º de novembro de 451 na Calcedônia, cidade da Bitínia, na Ásia Menor. Foi o quarto dos primeiros sete Concílios da história do Cristianismo, onde foi repudiada a doutrina de Eutiques do monofisismo e declarada a dualidade humana e divina de Jesus, a segunda pessoa da Santíssima Trindade. Por não ter sido aceito por alguns movimentos cristãos ortodoxos, o Concílio deu origem à Igreja Copta e outras Igrejas nacionais. (Nota da **IHU On-Line**)

9 *Dominus Iesus* (ou “Senhor Jesus”): é um documento sobre a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e a doutrina da Igreja. Foi emitido pela Congregação para a Doutrina da Fé, no dia 6 de agosto de 2000, assinado pelo então prefeito da Congregação, o Cardeal Joseph Ratzinger, que se o tornou Papa Bento XVI. (Nota da **IHU On-Line**)

10 O Instituto Humanitas Unisinos – IHU, na seção Notícias do Dia, em seu site, publicou diversas análises sobre a carta. Entre elas *Placuit Deo* e o *magistério de Francisco: a salvação integral como dom e tarefa*, disponível em <http://bit.ly/2Gelc1j>; e *Ladaria: “Carta Placuit Deo? Alinhada com a ‘Dominus Iesus’ contra as novas heresias”*, disponível em <http://bit.ly/2l8nZrs>. (Nota da **IHU On-Line**)

11 HarperOne, 1994. (Nota da **IHU On-Line**)

gem teológica com a modernidade. Desde 1995, Roger Lenaers é pároco em Vorder - e Hinterhornbach (Lechtal, Tirol, Áustria). Em 2013, concedeu uma entrevista à IHU On-Line, intitulada *A despedida da religião e a dedicação ao amor que sustenta tudo e todas as coisas* (Revista IHU On-Line, número 424, de 24-6-2013, disponível em <http://bit.ly/2G9Xk1Z>. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Nº 8 / Dezembro de 2017. (Nota do entrevistado)

6 Panenteísmo: sistema filosófico e teológico que diz que o Universo está contido em Deus (ou nos deuses), mas Deus (ou os deuses) é maior do que o universo. É diferente do panteísmo, que diz que Deus e o universo coincidem perfeitamente (ou seja, são o mesmo). No panenteísmo, todas as coisas estão na divindade, são abarcadas por ela, identificam-se (ponto em comum com o panteísmo), mas a divindade é, além disso, algo além de todas as coisas,

tos simbólicos, parabólicos e mitológicos: o que Spong diz a respeito dos primeiros é aplicável, metodologicamente, também aos segundos.

A palavra mito, aqui, não tem conotação pejorativa, mas apenas indica que, quando se trata de mitos, não estamos diante de acontecimentos reais ou históricos, mas de uma elaboração imaginativa, nascida nos tempos antigos, em culturas muito distantes da nossa, como tentativa de explicar os grandes mistérios do mundo e da vida humana. Os mitos são para nós um convite - e até mesmo um desafio - a descobrir o possível significado profundo existente por trás deles.

É decisivo, a propósito de Jesus, o que Lenaers escreve no início de seu livro: “Hoje, em particular, é essencial libertar Jesus do casulo mitológico em que a Igreja o colocou amorosamente no passado. E por que hoje? Porque até o advento da modernidade não havia a menor necessidade de fazê-lo. Todo pensamento pré-moderno era impregnado de ideias mitológicas. A figura de Jesus só podia beneficiar-se, com posição de relevo, em um contexto como aquele. [...] Mas, no quadro de uma cultura moderna, a mensagem sobre Jesus e o significado de libertação e renovação que têm para a humanidade, não encontrariam mais nenhuma aderência, se expressos de forma pré-moderna. A mensagem tornou-se agora incompreensível, e a principal razão é porque a modernidade deixou definitivamente para trás o pensamento mitológico” (p. 22-23). O que Lenaers escreveu aplica-se, em particular, aos relatos evangélicos da infância de Jesus e aos da ressurreição.

Para Lenaers, o túmulo vazio, a história dos dois discípulos de Emaús¹² e das aparições do ressuscitado geralmente pertencem à linguagem simbólico-mitológica, que respondia ao seu propósito, mas agora é necessária uma reinterpretação que consinta novamente colher seu significado: “Que o túmulo,

no terceiro dia, tenha sido encontrado vazio, significa que os infernos não puderam parar Jesus, que provou ser mais forte do que a morte e do que o túmulo. Ele está vivo, apesar da morte” (p. 122).

IHU On-Line – Como entender a ressurreição a partir das narrativas do Evangelho? Qual é o significado do túmulo vazio e o que significa dizer que Jesus ressuscitou?

Ferdinando Sudati – No Novo Testamento, temos cinco testemunhos ou narrativas em favor da ressurreição: a de São Paulo e as dos quatro Evangelhos. Se acrescentarmos o capítulo inicial dos Atos dos Apóstolos, teremos seis. Nenhum dos autores, exceto Paulo, mas de uma forma menos verossímil (por razões que mencionarei mais adiante), foi testemunha ocular das aparições, embora isso não anule o valor dos seus relatos.

O primeiro evangelho a ser escrito, o de Marcos, não sugeriu aparições ou visões do ressuscitado. Estas se tornaram parte de seu evangelho somente mais tarde, no que é considerado pelos estudiosos como um acréscimo editorial tardio. De fato, pode-se notar que os versos 9 a 20, do último capítulo de Marcos, são uma coleção de frases tiradas de *Jo*, *Mt*, *Lc* e *Atos*. Estes são dados objetivos para serem mantidos na mente, se quisermos fazer uma leitura dos evangelhos respeitosa dos métodos de pesquisa mais comprovados do ponto de vista histórico-crítico: é tarefa dos especialistas, em primeiro lugar, mas suas aquisições devem, também, passar para a base dos crentes, para todos nós.

Ressurreição e a divergências nos relatos

Falando da ressurreição e, imediatamente antes, da sepultura de Jesus, o primeiro dado que se destaca são as evidentes divergências, as incongruências e até as contradições presentes nos relatos evangélicos. Além das poucas coisas em que con-

cordam, ou seja, que o evento da Páscoa ocorreu no primeiro dia da semana, e que foi uma experiência que lhes deu uma nova compreensão de Jesus, tudo o mais é descrito com absoluta liberdade de adições e omissões.

Paulo, por exemplo, não relata sobre a sepultura ou a presença de José de Arimateia, personagem que será introduzido por Marcos. Se Marcos o chama de “um membro influente do sinédrio”, Mateus descreve-o como “rico”, Lucas, como “homem bom e justo” e João, como “um discípulo de Jesus, embora oculto”, e o põe ao lado de Nicodemos, nas operações de sepultamento. Paulo não tem ninguém para visitar o túmulo e encontrá-lo vazio, enquanto os evangelistas têm um pelotão de mulheres como visitantes, exceto que suas identidades nunca coincidem. O único nome em comum é o de Maria Madalena. Marcos e Lucas não dizem que as mulheres viram o ressuscitado na manhã da Páscoa, enquanto Mateus e João afirmam isso, embora de maneira diferente. Sobre os mensageiros da ressurreição, sobre o lugar, sobre os tempos e sobre as circunstâncias em que “eles se encontravam” ou “viram” o ressuscitado, não reina concordância. Ela varia de Jerusalém à Galileia, de um dia a quarenta dias. Apenas Lucas tem Jesus que, em uma aparição, pede comida (como prova de sua realidade “física”?). E somente ele, mas em Atos, se dermos por certo que ele é o autor, fala de quarenta dias como um período de visibilidade do ressuscitado.

Isso é suficiente para demonstrar a impossibilidade de harmonizar essas histórias. O túmulo vazio e as aparições, como Lenaers também enfatiza, pertencem à interpretação mitológica, não são crônicas, mas criações que fazem uso de certos códigos literários, de acordo com a cultura da época, para transmitir uma mensagem. Eles possuem um alto valor simbólico que precisa, no entanto, ser liberado das superestruturas e explicitado. Cada época, se não cada geração, deve fazê-lo a partir de seu próprio desenvolvimento cultu-

¹² Lucas 24:13. (Nota da **IHU On-Line**)

ral, e de suas próprias necessidades espirituais, pessoais e comunitárias.

IHU On-Line – Em seu novo livro, *Gesù di Nazaret: Uomo come noi?*, o padre Roger Lenaers diz que a ressurreição se tornou inacessível para o homem e a mulher modernos. Você concorda com esse diagnóstico? Por quê?

Ferdinando Sudati – Eu concordo. Na entrevista ao *MicroMega*, já mencionada, ele afirma que “para o homem e a mulher modernos, a expressão ‘ressuscitado’ não tem mais sentido. Por isso, é melhor abandonar esta fórmula, porque o corpo de Jesus não voltou à vida e porque esta fórmula nada diz sobre a intuição contida nela. Precisamos encontrar uma fórmula que a expresse melhor. A Bíblia propõe fórmulas como ‘subiu ao céu’, ‘sentado à direita do Pai’, ‘glorificado’. E todas as histórias das aparições de Jesus, depois da ‘ressurreição’ pertencem às ‘fórmulas’ do passado. Tais fórmulas, no entanto, querem expressar a experiência de um Jesus vivo e criativo. Negar sua historicidade não significa negar a intuição escondida neles” (p. 146).

IHU On-Line – O progresso e o desenvolvimento do pensamento científico nos impõem uma nova maneira de entender a ressurreição em nossos dias? Por quê?

Ferdinando Sudati – É a nova astronomia, juntamente com a cosmologia e a astrofísica, que nos obrigam a repensar – em vista de uma mudança – nossas coordenadas religiosas, a partir do conceito de Deus, do significado do tempo, do após morte e, por isso, da ressurreição. Para se ter uma ideia de como as novas descobertas astronômicas e cosmológicas nos forcem a mudar nossa perspectiva religiosa, considere-se que, mesmo no século XVII, para alguns teólogos do alto escalão (também bispos), a Terra tinha sido criada por Deus, há cerca de cinco mil anos. Hoje conhecemos essa

data, foi pelo menos quatro bilhões e meio de anos atrás, em um universo cuja existência é calculada em mais de quatorze bilhões de anos, e que é composta de bilhões de galáxias, com bilhões de estrelas em cada uma.

No início do século XX, a Sagrada Congregação do Santo Ofício¹³ obrigava os católicos a acreditar que os onze primeiros capítulos do Gênesis se referiam a fatos históricos. Com Pio XII¹⁴, em meados do século XX, o evolucionismo era visto com desconfiança e o poligenismo completamente banido, já que Adão e Eva eram considerados sujeitos reais dos quais a humanidade veio. O próprio Deus foi concebido nas dimensões limitadas dessa cultura, por mais que abundassem superlativos a seu respeito: ele era de fato um grandíssimo Ser entre outros seres (cf. Anselmo d’Aosta).

À luz do novo conhecimento, a vida mostra-se muito mais conectada e interconectada do que pensávamos, tanto a humana no planeta Terra, quanto a do inteiro cosmo. As fronteiras entre matéria e energia tornaram-se confusas, existe – ou haverá – lugar para uma nova visão do “espírito”. Ao alargar os horizontes para todo o universo, tornamo-nos menos antropocêntricos, menos “provinciais”, até parecerem ridículas certas pretensões, como a de sermos os únicos seres com alma, ou com o direito inato de viver eternamente. Podemos aspirar a isso, é um desejo legítimo, mas sem a alegação de que Alguém deve necessariamente nos ressuscitar, e da maneira como imaginamos e queremos. Até mesmo no mal fomos pretensiosos, do momento em que chegamos há poucos segundos – na escala cósmica – à existência, mas estamos convencidos de termos tido o poder, com nosso

“pecado”, de degradar toda a humanidade, e até mesmo toda a criação.

Outro ponto chave da mitologia cristã aparece aqui: o pecado original e a salvação, através de uma vítima sacrificial, que, obviamente, não podia ser menos que Deus. Estou enfatizando os termos da questão – não é minha intenção caricaturá-los –, para entendermos melhor o problema e a urgência em lidar com ele com ferramentas culturais apropriadas, em vez de repetir antigos estereótipos.

IHU On-Line – No prefácio ao livro de Spong, você sugere que o conhecimento globalizado e partilhado, pela primeira vez na história do mundo, impõe uma mudança para um novo modelo epistemológico, o que nos obriga a repensar toda a herança do passado, também e sobretudo, a religiosa. Pode nos explicar essa ideia? O que isso significa à luz da história do cristianismo?

Ferdinando Sudati – Entremos, apenas para uma dica, no problema à origem de tudo: a crise da linguagem religiosa, da teológica em geral e daquela com a qual expressamos nossa fé. Na mudança epocal em que vivemos, é preciso acostumar-se a usar um novo paradigma ou esquema de interpretação da realidade, que provisoriamente e convencionalmente chamamos de paradigma moderno ou pós-moderno e, religiosamente falando, também pós-teístico. Caso contrário, aquela espécie de incomunicabilidade e de incompreensão que começamos a sentir, devido ao fato de usarmos linguagens diferentes, porque usamos paradigmas diferentes, é destinada a aumentar. É como estar em dois andares distintos de um edifício ou em duas épocas distantes no tempo e no espaço, e isso explica por que não conseguimos mais nos entender dentro das Igrejas e religiões, e ainda menos no mundo secularizado.

É possível colocar a experiência de Jesus Cristo em palavras que ainda

13 Congregação para a Doutrina da Fé: é a mais antiga das nove congregações da Cúria Romana, um dos órgãos da Santa Sé. Substituiu a Suprema e Sacra Congregação do Santo Ofício, que anteriormente chamava-se Suprema e Sacra Congregação da Inquisição Universal da Idade Moderna e era responsável pela criação da Inquisição em si. A Congregação para a Doutrina da Fé engloba a Comissão Teológica Internacional e a Pontifícia Comissão Bíblica. (Nota da **IHU On-Line**)

14 Papa Pio XII (1876-1958): nascido Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli, foi eleito Papa no dia 2 de março de 1939. (Nota da **IHU On-Line**)

fazem sentido hoje?, pergunta-se Spong (cf. tese 2). Podemos fazê-lo, desde que mudemos nosso registro expressivo e reformulemos nosso credo. A tarefa está ainda no início, embora muito atrasada, e é obstaculizada por aqueles que veem seu reconfortante mundo religioso implodir.

IHU On-Line – Como entender a ressurreição à luz da modernidade? Quais são as consequências e implicações teológicas de uma nova compreensão da ressurreição à luz da modernidade?

Ferdinando Sudati – O ponto nodal é perguntar-se onde nasce o conceito de ressurreição. Admite-se, geralmente, uma experiência particular na fundação do anúncio de que Jesus ressuscitou. A dificuldade consiste em esclarecer que tipo de experiência é esta. A partir dos textos do Novo Testamento, avançam-se pelo menos três hipóteses para justificar o surgimento da convicção da ressurreição de Jesus: a primeira faz recurso à forma milagrosa, enquanto as outras duas a excluem. Vamos vê-las brevemente:

1. A ressurreição é consequência de um encontro real com a pessoa de Jesus, que voltou à vida, com seu corpo físico, mas dotado de propriedades especiais; ou com um corpo semifísico quase completamente livre das leis da natureza; ou com um corpo espiritualizado, do qual se pode verificar a consistência, tocá-lo, que goza de propriedades milagrosas e que, em virtude de sinais contínuos, pode estar presente e visível aqui e ali, a indivíduos ou a grupos de pessoas, e superar barreiras físicas como paredes e portas.

2. A ressurreição é explicada como fato psíquico, uma espécie de alucinação, projeção mental de uma convicção interior e de um desejo muito forte, produzido nas mentes de alguns dos primeiros discípulos (incluindo discípulas) de Jesus, em consequência do trauma sofrido pela infeliz morte do rabino de Nazaré,

que provocara neles enorme escândalo em relação à fé, fazendo-os cair em um desespero abismal. A forte experiência de luto e derrota que viveriam levou alguns deles a senti-lo e a “vê-lo” ainda vivo e presente, e comunicá-lo aos outros, e, dessa forma, tornou-se uma convicção compartilhada. Assim, superaram aquele momento triste com fé em Deus, que deve ter dado uma nova vida a Jesus. Visões de tipo místico, ou experiências de “estados modificados de consciência”, estão documentadas em todas as culturas.

3. A ressurreição originou-se a partir de uma experiência de fé, dentro de momentos de oração e comunicação dos próprios sentimentos internos, em busca de conforto espiritual, através da releitura de textos bíblicos familiares antotestamentários (a Bíblia Hebraica), em que se falava de Deus que não abandonaria no sepulcro e na sombra da morte o inocente injustamente perseguido e morto. Outros falavam que Deus levava a sério a causa dos justos, que era o reivindicador de seus direitos pisoteados pelos malfeitores. No contexto da fé, e com o apoio das páginas bíblicas através das quais interpretavam a história de Jesus e as liam como profecias do que acontecera a Jesus, surgiu lentamente a convicção de que Deus o tinha ressuscitado dos mortos, acompanhados pela sensação de que de alguma forma ainda estava presente entre eles.

Claro, a primeira e terceira forma, assim como a segunda e terceira, podem coexistir e se combinar para explicar a experiência da ressurreição vivida pelos primeiros discípulos de Jesus. Mas é a terceira hipótese – descartada a milagrosa tradicional e a psicológica – que ganha mais e mais terreno.

IHU On-Line – A ressurreição deve ser vista como histórica? Por quê?

Ferdinando Sudati – Não deve ser vista como história. Voltando ao pensamento predominante nos teólogos de hoje e no próprio Lenaers, devemos dizer que a ressurreição,

enquanto tal, não pertence à história, no sentido de que não é historicamente e empiricamente verificável. Pode-se, ao invés, voltar à experiência que deu origem à crença na ressurreição, e até mesmo à fé no Cristo vivo. É exatamente essa experiência que se coloca no plano factual ou histórico, mas a passagem à fé está além do plano histórico, subtrai-se às verificações que a história exige. Aqui se entra no âmbito das escolhas da consciência que todos podem ou devem fazer em liberdade, então, com base em sua avaliação: para um pode ter luz, isto é, razões suficientes para crer, para outro permanece demasiada obscuridade e, por isso, a passagem à fé fica impedida.

Qualquer que tenha sido a ressurreição ou o evento da Páscoa, só podemos constatar seus efeitos na vida das pessoas: estas são reais, e documentos foram transmitidos. Novamente, cabe ao historiador avaliar que tipo de documentação tem diante de si, e o grau de confiabilidade que pode ter.

IHU On-Line – São Paulo, em 1 Coríntios 15, diz que a ressurreição é o núcleo central do cristianismo, com a proposição: “Mas se Cristo não ressuscitou, vã é a nossa pregação e vã é também a vossa fé”. Em que medida a ideia de ressurreição, considerando a lógica da modernidade, se opõe a essa perspectiva?

Ferdinando Sudati – O raciocínio de Paulo, de estilo rabínico, é inatacável. O problema diz respeito ao modo de entender a ressurreição. Acho que para nós é, ou poderia ser, algo diferente de como ele a concebeu, no horizonte cultural de dois mil anos atrás, com uma formação judaico-helenista. Certamente ele a entendia de modo milagroso, embora não confiasse em sepulcros vazios, que nem menciona. Permito-me lembrar a São Paulo que os patriarcas tinham fé em Deus, sem qualquer perspectiva de vida eterna, no sentido depois entendido pela dogmática eclesial. Mas ninguém

diz que sua fé tenha sido em vão.

Um ponto em que gostaria de despendar algumas palavras diz respeito à personalidade de Paulo. São coisas já destacadas por vários estudiosos, a saber, que o apóstolo era um visionário, não isento de alguma patologia. Apenas nos últimos tempos se começou a afirmar claramente, e a teoria recebe cada vez mais consenso. Não se pretende negar seus méritos ou sua sinceridade pessoal, mas isso não deve ocorrer em detrimento de uma interpretação mais realista de sua personalidade, favorecida pelo maior conhecimento sobre os aspectos médicos, psicológicos e até sociológicos de que dispõe nossa época.

A visão da ressurreição em São Paulo, que ele não hesita em colocar no mesmo nível que a dos outros apóstolos, poderia fazer parte da segunda modalidade mencionada acima, a do tipo psicológico-alucinatório. Na reivindicação da parte de Paulo sobre a paridade da “visão” do ressuscitado em relação aos apóstolos, poder-se-ia facilmente dar-lhe razão, mesmo que ele não concordasse com a interpretação psicológica que estamos dando ao fato.

É inegável, em todo caso, que Paulo tinha uma estrutura mental propensa à “visão”. De fato, a de Jesus ressuscitado não é a única que ele “ex-

perimentou”, já que em suas cartas aparecem acenos a raptos aos céus e comunicações diretas com Deus.

IHU On-Line – Quais são os desafios do cristianismo para se adaptar à modernidade e até que ponto ele precisa se submeter à lógica que opera na modernidade e, mais ainda, na ciência? E mais: o cristianismo precisa adaptar-se à modernidade para tornar a Boa Nova compreensível, ou é a modernidade que não compreende a mensagem cristã, dada sua nova maneira de entender a realidade?

Ferdinando Sudati – Certamente, não devemos cultivar uma ideia ingênua da modernidade, que não é asséptica, e nem mesmo boa, inocente e compreensiva por tendência espontânea. A modernidade é a mudança epocal em que nos encontramos hoje, e da qual devemos nos tornar conscientes. O que define a modernidade não é alguma coisa fluante e sem força de vontade, mas o que de mais sólido e confiável hoje dispõem os seres humanos sobre a terra, ou seja, um conhecimento científico, extremamente avançado em áreas como astronomia, cosmologia, paleoantropologia, ao que devemos acrescentar pelo menos a

psicologia e a pesquisa filosófica: é isso que nos obriga a repensar nossa visão religiosa e até mesmo a reformular nosso credo.

Embora por sua natureza também o saber científico esteja constantemente em mudança, ele realmente não regride, mas se corrige, se implementa e avança, e é o único capaz de sugerir – não diretamente, não sendo sua tarefa – como recidiva de suas descobertas, possíveis alterações ao nosso sistema de religião, especialmente à nossa concepção de Deus. Afinal, sempre foi assim, e isso consentiu de corrigir coisas indecentes que dissemos de Deus ou a ele atribuímos em diferentes épocas. A história cultural da humanidade ensina que “nenhum conceito agonizante de Deus jamais ressuscitou”, diz abruptamente Spong.

Certamente tanto Spong quanto Lenaers estão muito preocupados com a sobrevivência do cristianismo, e em como apresentar a pessoa e a mensagem de Jesus em palavras que fazem sentido para o homem de hoje. É óbvio que não apenas para oferecer algo para os outros, uma vez que a primeira exigência é de compreender novamente Jesus para si mesmo, e, mais geralmente, para refundar a própria fé nas coordenadas da modernidade e da pós-modernidade.■

Leia mais

- **Uma linguagem nova para a Boa Nova de Jesus: a releitura de Spong e Lenaers.** Reportagem publicada nas Notícias do Dia de 10-1-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2l6yefw>.

- **O nascimento de Jesus, uma nova visão.** Perguntas e respostas com John Shelby Spong. Reportagem publicada nas Notícias do Dia de 11-1-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2ISBfS8>.

- **Ressurreição, o desafio do padre Lenaers.** Artigo de Carlo Molari, publicado nas Notícias do Dia de 3-3-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2GqTcZt>.

- **Doutrina trinitária: o desafio do jesuíta Roger Lenaers.** Artigo de Carlo Molari, publicado nas Notícias do Dia de 22-3-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pFZP0C>.

UNISINOS LAB

Todas as atividades do Instituto Humanitas Unisinos - IHU têm 10 vagas gratuitas no UNISINOS LAB.

Confira a relação dos nossos eventos em ihu.unisinos.br/eventos e matricule-se pela plataforma do LAB.



76

A doce e utópica paixão adolescente

“Me chame pelo seu nome” propõe questionamentos usualmente negados a narrativas queer

Fernando Del Corona

Através das décadas, houve uma mudança considerável na representação pelo cinema da vivência queer. De motivo de vergonha, piada ou sinal de vilania, conforme a epidemia da aids assombrava a comunidade homossexual, ser gay no cinema cada vez mais aproximava o personagem de uma sentença de morte. Se não fosse pela doença, seria pelo preconceito. Ao longo dos anos, uma série de obras lidaram com a dor de pessoas queer e frequentemente são esses filmes que ganham um público maior, fora do meio representado. Filmes premiados, como *Filadélfia* (Jonathan Demme, 1993), *Meninas não choram* (Kimberly Peirce, 1999) e *Brokeback Mountain* (Ang Lee, 2005), por melhor que sejam, estabelecem a narrativa que é consumida e aceita pela crítica e pelos grandes públicos.

Conforme a pior parte da crise ficava para trás, uma nova forma de representação começou a se estruturar através de uma forma de assimilação, de heteronormatizar e higienizar as relações gays. São filmes que apresentavam situações e vidas distantes da realidade da maioria da população queer, dramas em que histórias usualmente associadas com personagens héteros eram recriadas trocando apenas o sexo da pessoa amada. De um jeito ou de outro, ainda é uma questão que não foi totalmente resolvida.

Me chame pelo seu nome, o filme mais recente de Luca Guadagnino, baseado no livro homônimo de André Aciman lançado em 2007, atraiu uma série de críticas por sua aparente postura apolítica. A história do romance entre dois jovens dentro de determinados padrões de beleza parecia perder o

¹ Fernando Del Corona é mestrando em Comunicação e especialista em Televisão e Convergência Digital pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, graduado em Produção Audiovisual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Em seu artigo de conclusão da especialização, pesquisou a relação de fãs da série *Game of Thrones* com spoilers no ambiente do site reddit. Em sua dissertação, em fase de desenvolvimento, investiga a presença da imagem-tempo na obra da diretora norte-americana Sofia Coppola.

clima geral que os filmes queer vêm buscando. Com obras como os recentes *120 batimentos por minutos* (Robin Campillo, 2017) e *Uma mulher fantástica* (Sebastián Lelio, 2017), e seguindo a vitória de *Moonlight* (Barry Jenkins, 2016) no Oscar de 2017, foi um período carregado politicamente para a representação queer. *Me chame pelo seu nome* escolheu o caminho oposto, mas o interessante é tudo que ele conseguiu ser através dessa escolha.

Se em *Moonlight* o protagonista Chiron, gay, cresceu com a mãe viciada em crack e sendo cuidado por um traficante, sempre reprimindo seus sentimentos sob o risco da morte e do isolamento, em *Me chame pelo seu nome* o cenário não poderia ser mais distinto. Elio (Timothée Chalamet), o jovem protagonista de 17 anos, passa seus verões em uma idílica cidade no norte da Itália, entre seus pais, Sr. e Sra. Pearlman (Michael Stuhlbarg e Amira Casar), amigos e pequenos casos amorosos. Ele passa o tempo lendo livros, nadando no lago, transcrevendo música e tocando piano – a fim de se exibir para o novo hóspede, simula uma versão de como Liszt tocaria Bach e, na sequência, como Busoni tocaria a versão de Liszt. Nada se coloca no seu caminho.

Até que chega Oliver (Arnie Hammer), o estudante americano que vem fazer uma temporada de estudos com o pai de Elio e passar o verão com a família, um de vários pesquisadores que se sucedem ao longo dos anos. Mas algo é diferente em Oliver. Uma amiga de Elio comenta que ele é mais confiante que o último estudante. Elio o acha arrogante, com sua maneira displicente de dar tchau – *later* –, mas, para o Sr. Pearlman, ele é apenas tímido.

O que começa com um falso desinteresse, quase desprezo, de Elio por Oliver, logo se torna algo além. O mais jovem busca a aprovação de Oliver enquanto toca piano para ele. Oliver pede a opinião de Elio sobre o trabalho que está escrevendo. Ambos andam juntos de bicicleta pela cidade e passam os dias quentes na piscina, dormindo em quartos separados apenas por um banheiro, onde shorts são abandonados e o corpo do outro é visto através de vislumbres.

A maneira que a relação deles se desenvolve é a chave do filme. Para as pessoas sensíveis aos lugares comuns dessas histórias, já se imagina o que deve acontecer. Ele vai reprimir os sentimentos. Ele vai ser ridicularizado pelos amigos. Ele vai sofrer dúvidas, preconceitos, dor... quem sabe morte? Passa-se nos anos 80. Oliver tem uma ferida infeccionada. O público gay está atento a todo sinal de perigo.

Mas não é isso. O roteiro oscarizado de James Ivory – conhecido por dirigir obras de época como *Retorno a Howard's End* (1992), *Vestígios do dia* (1993) e *Maurice* (1987) – propõe um cenário que beira ao teórico, ao utópico, para desenvolver questões que dificilmente chegam ao jovem queer, em dúvida e se descobrindo. E se sua experiência não for marcada pela dor e pelo preconceito?

O cenário do amor entre Elio e Oliver é ideal, quase surreal demais, mas essa é a ideia. Os diálogos hiperintelectualizados dos seus personagens reforçam isso.

A questão é: como pode e como poderia ser essa experiência caso não fosse completamente regada por todas as leis que parecem reger a vivência gay?

Me chame pelo seu nome oferece uma visão palpável sobre questionamentos que passam na mente de jovens queer, mas rapidamente relegados sob a ideia de que são pensamentos exclusivos da experiência heterossexual. Para esses jovens, a mídia vai lhe dizer principalmente sobre sofrimento, preconceito e se encaixar em padrões românticos heteronormativos. No entanto, existem questões inerentes à experiência adolescente de descoberta que devem ser postas além disso.

Elio exala confiança. Em certo ponto, Oliver lhe pergunta: “Existe algo que você não sabe?”. Mas o filme questiona o quanto um tipo de maturidade intelectual pode preparar um jovem para uma relação emocional. O próprio Oliver não é tão mais velho do que Elio – no livro ele tem 24 anos, mas o ator Arnie Hammer parece mais próximo dos 30 –, e, apesar de ser experiente, também não possui as respostas certas e lida com suas próprias inseguranças. Suas intenções aparentam ser boas, mas também ainda é jovem, apesar da pompa.

Timothée Chalamet entrega uma atuação tão completa que é difícil encontrar semelhantes. Desde minúcias das expres-



sões, sua maneira de falar, sua corporalidade, tudo trabalha para construir um personagem que parece real em seus mínimos detalhes. Quando um filme tem uma performance central tão cativante e exuberante, é fácil gerar uma situação com o resto do elenco tentando superar um ao outro. Não é o caso aqui. Arnie Hammer entende a relação entre os personagens e no que ele deve focar sem roubar a luz de Chalamet. É uma atuação comedida, mas que dá chances de ele brilhar em momentos específicos. Todo o elenco funciona, pois sabe trabalhar dentro de sua dinâmica, seja Esther Garrel como Marzia, uma amiga que participa das descobertas sexuais de Elio, ou Amira Casar, a mãe, atenta e elegante. Mas é a Stuhlbarg como o Sr. Pearlman que é dado um dos momentos mais potentes e sensíveis do filme.

Assim como o verão durante o qual a história de desenvolve, a trama é morosa. Os eventos acontecem sem grandes viradas ou motivos óbvios. A câmera foca a bela paisagem italiana, a chuva que cai, o tempo passando. Uma mosca onipresente que sugere algum significado conforme aparece em cena após cena. Em certo momento, enquanto Elio espera um Oliver que não chega nunca, conforme ele aparenta estar se despedaçando em dúvidas, a própria imagem do filme parece se tornar rarefeita e se desfazer diante dos nossos olhos.

Existe um foco no filme sobre um estilo de beleza clássico, comparando com pouca sutileza os corpos jovens de Elio e Oliver com estátuas greco-romanas que são descobertas, seus músculos firmes e sua “ambiguidade atemporal”, como coloca o Sr. Pearlman. O corpo mais maduro de Oliver, seu peitoral coberto de pelos, em contraste com a juvenilidade de Elio, magro e desajeitado. O filme parece sugerir algum tipo de valor intrínseco nesse tipo de beleza – no único momento fraco de um intenso discurso de Stuhlbarg, ele comenta que, depois de um tempo, “ninguém mais olha para o seu corpo”, uma espécie estranha de profecia inclusa em um momento tão sensível –, mas ao mesmo tempo funciona para revelar o poder de um desejo desafiador: quando Oliver levanta sua camisa para revelar uma ferida, não deixa de ser um momento erótico.

Além do desejo, existe algo que é tão importante de se entender quando se fala de uma relação do mesmo sexo. Como um romance desse lida com sentimentos de admiração, comparação e ciúme? Aos poucos vemos Elio emulando Oliver em suas vestimentas, acessórios, até em seus movimentos. Em um dos momentos mais intensos do filme, Oliver diz para Elio chamá-lo pelo seu próprio nome, que ele o chamará pelo dele. O que significa para um adolescente dizer o seu próprio nome de maneira afetuosa e ver ele mesmo em alguém que admira? São questões importantes.

E aí está o poder de *Me chame pelo seu nome*. O cenário pode parecer idílico demais, mas quantas experiências heterossexuais são justificadas em situações de fantasia ou até absurdas? O jovem queer deve ter o poder de lidar e questionar as complexidades dos seus sentimentos e relações sem o peso da dor social. Trata-se de uma vivência que é complexa. É política, é sexual. Mas também é emocional. É válido – e importante – ser capaz de fazer questões sobre descoberta e autoentendimento, mas são questões muitas vezes negadas. Para uma juventude cuja existência parece ser tão regrada por uma negação de sentimentos, deve ser possível mergulhar nas possibilidades além da dor.

Se em *Moonlight* foi visto o resultado de se crescer em uma sociedade em que essa possibilidade é proibida, em *Me chame pelo seu nome* os limites são expandidos. Dizer que esse é um filme sobre ser gay, sobre se assumir, até mesmo falar que é sobre questões de gênero, não faz jus à história contada.

Antes disso, existe uma descoberta de você mesmo. ■

Ficha técnica

Me chame pelo seu nome

Título original: Call Me by Your Name

Direção: Luca Guadagnino

Roteiro: James Ivory

Produção: Emilie Georges, Luca Guadagnino, James Ivory, Marco Morabito

Elenco: Timothée Chalamet, Arnie Hammer, Michael Stuhlbarg, Amira Casar, Esther Garrel

Itália/ Brasil/ França/ EUA, 2017, 131 min.



A inconsequência de Trump tem poucos limites

Gabriel Pessin Adam

“**T**rump manteve o conteúdo imperialista da política externa do país, o que era de se esperar, mas abandonou a tática de seu antecessor de mascarar seus atos com ações multilaterais e uma retórica mais pacifista. [...] O último ato inconsequente do mandatário foi o reconhecimento de Jerusalém como a capital do Estado de Israel, seguida da declaração transferindo a embaixada estadunidense para a cidade sagrada”, escreve Gabriel Pessin Adam.

Gabriel Pessin Adam é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, mestre em Relações Internacionais e doutor em Ciência Política. É professor dos cursos de Relações Internacionais e Direito na Unisinos.

Eis o artigo.

79

A eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos lançou uma série de dúvidas quanto ao seu futuro governo, sobretudo à política externa, pois, na sua campanha, os temas internacionais foram tratados de forma superficial, quase leviana. Às vésperas de completar um ano de mandato, Trump manteve o conteúdo imperialista da política externa do país, o que era de se esperar, mas abandonou a tática de seu antecessor de mascarar seus atos com ações multilaterais e uma retórica mais pacifista. As constantes ameaças à Coreia do Norte, o bombardeio a uma base aérea síria e o pouco caso com tradicionais aliados demonstram que a agressividade típica do Partido Republicano retornou com força. O último ato inconsequente do mandatário foi o reconhecimento de Jerusalém como a capital do Estado de Israel, seguida da declaração realizada em 6 de dezembro de 2017 de que a embaixada estadunidense naquele país seria movida para a cidade sagrada.

Antes de avaliar as razões que fundamentaram tal declaração, bem como seus possíveis efeitos, cabe trazer alguns dados acerca da cidade. Hoje, Jerusalém tem 857.752 habitantes¹. Deste total, pouco mais de um terço dos moradores são palestinos e a maioria é de judeus. O plano de partilha da Palestina elaborado pela ONU em 1947 previa Jerusalém como uma Cidade Sagrada, que não pertenceria nem a Israel e nem ao Estado da Palestina, norma internacional ainda vigente. Na cidade, se situa o Muro das Lamentações, caro aos judeus, e a Mesquita de Omar, o terceiro local mais sagrado para os muçulmanos. Isto sem falar na Basílica do Santo Sepulcro, de grande importância para os cristãos. Qualquer ato que atente contra direitos dos palestinos em Jerusalém ou gere grave ofensa religiosa terá desdobramentos imediatos, os quais não se resumem à própria cidade, nem ao conflito entre Israel e Palestina, pois atingem todo Oriente Médio e, consequentemente, a política global. E foi justamente isto que ocorreu a partir da declaração de Donald Trump.

No nível local, milhares de palestinos contrários à consagração de Jerusalém como capital de Israel protestaram. A resposta israelense foi intensa, e o saldo, ainda em dezembro, era de nove mortos e milhares de feridos. Tel Aviv justificou seus atos como resposta a lançamentos de fo-

¹ Fonte: UN Data. Endereço eletrônico: <http://data.un.org/Data.aspx?d=POP&f=tableCode%3a240>. Último acesso em 18/12/2017.

guetes em seu território. A situação ainda pode escalar sensivelmente. O grupo Jihad Islâmica tem angariado apoio entre os palestinos desapontados com a falta de resultados concretos obtidos por Hamas e Al Fatah. Caso este processo continue, a violência deve recrudescer e não se descarta o início de uma terceira Intifada.

Na disputa pela liderança geopolítica do Oriente Médio atualmente em curso, eventual indecisão da Arábia Saudita e de seus aliados pode representar ganhos expressivos para Turquia e Irã. O presidente turco, Recep Erdogan, que tem se afastado de Washington desde que foi vítima de uma tentativa de golpe de Estado, foi veemente nas críticas aos atos de Trump, tendo inclusive declarado que a Turquia estabelecerá uma embaixada para relações diplomáticas com a Palestina em Jerusalém. E o Irã, que ensaiou uma aproximação com os Estados Unidos ao assinar em 2015 o JCPOA [Plano de Ação Conjunto Global, em inglês, Joint Comprehensive Plan of Action], voltou a ser alvo de ataques verbais por parte da Casa Branca. Sua posição de luta contra o Estado Islâmico lhe angariou simpatias insuspeitas na região, e o seu apoio ao Hezbollah o aproxima da causa palestina. A Rússia, cuja presença no Oriente Médio tem aumentado desde o início da guerra civil síria e os combates ao Estado Islâmico, também se beneficia do unilateralismo estadunidense. O Kremlin declarou que apoia as decisões da ONU sobre o tema, clamou pela retomada de negociações entre Israel e Palestina em um formato multilateral e se colocou à disposição como mediador².

No âmbito global, a atitude do governo Trump gerou repercussões em diversos países e na ONU. Manifestações de contrariedade foram registradas nas embaixadas estadunidenses do Japão, da Itália, da Hungria, da Polônia, do Afeganistão, da Malásia e das Filipinas, entre outros. Na ONU, a situação dos Estados Unidos é ainda pior. No dia 14 de dezembro, o Egito propôs resolução no Conselho de Segurança que proibia qualquer modificação unilateral do status de Cidade Sagrada de Jerusalém garantido pela ONU. A votação foi de 14 a 1 pela aprovação, sendo que o voto contrário foi o veto estadunidense, o que impediu a aprovação da resolução. No dia 21 de dezembro, em votação na Assembleia Geral, 128 países aprovaram a resolução, 35 se abstiveram e somente nove negaram.

Diante de tantos efeitos negativos, cabe questionar os motivos de Trump para este reconhecimento. A causa principal é a crescente conexão entre o Partido Republicano e o lobby israelense, capitaneado pelo American Israel Public Affairs Committee (AIPAC) e pela Conference of Presidents of Major Jewish Organizations. Estas organizações aportaram volumosos montantes à campanha de Trump e de outros deputados e senadores republicanos. Ocorre que a própria população estadunidense desaprovou a atitude de seu presidente por uma margem de 63% a 31%, segundo pesquisa da Maryland University com o Instituto Nielsen.

O quadro apresentado permite concluir que o ato de Trump agrava a polarização interna dos Estados Unidos, bem como gera prejuízos políticos no Oriente Médio, na ONU e no sistema internacional como um todo. Enquanto a Casa Branca não perceber que demonstrações gratuitas de poder e desconsideração a opiniões alheias não têm gerado respeito pelos Estados Unidos, pelo contrário, mas uma crescente aversão, o processo de declínio de prestígio da (ainda) maior potência do mundo não será revertido.■

² Fonte: Sputnik News. Endereço eletrônico: <https://sputniknews.com/world/201712201060157251-kremlin-russia-us-palestine-israel/>. Último acesso em 21/12/2017.

Expediente

Coordenador do curso de Relações Internacionais da Unisinos: Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

Editor: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha

O que resta da ditadura?

A edição de número 267 dos Cadernos IHU Ideias traz o artigo de Giuseppe Tosi, intitulado *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil*. O autor revisita o período de regime militar no Brasil e tenta analisar os resquícios desses anos na atualidade. “É difícil, neste momento histórico que o Brasil e o mundo estão vivendo,

de aceleração dos acontecimentos de forma tão rápida, arrasadora e brutal, dizer algo que não seja só um grito de indignação e de lamentação”, adverte. Para ele, o objetivo central de análise é a democracia, no seu estágio atual no país. “Há um debate e um conflito interpretativo sobre a “qualidade” da democracia brasileira (e da democracia em geral). Segundo alguns analistas, as falhas e limitações do processo de transição da ditadura para a democracia são tão graves que o Brasil não pode ser considerado um Estado democrático de direito, mas um Estado de exceção permanente; outros, apesar de compartilhar com os primeiros várias preocupações, não concordam com esta tese”, analisa.

Giuseppe Tosi é doutor em Filosofia na Universidade de Pádua, Itália (1996-1999). Formou-se em Filosofia na Universidade Católica de Milão (1976). Realizou, ainda, estágio pós-doutoral no Departamento de Teoria e História do Direito da Universidade de Firenze, Itália (2005-2006) e na Universidade de Camerino (2011/12). Atualmente é Professor Associado IV do Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.



15º Páscoa IHU
Ciclo de Estudos e Debates:

VIOLÊNCIA

NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

INTERFACES, RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS

08 de março a 29 de maio de 2018

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros-IHU
Unisinos|Campus São Leopoldo

Conferencistas:

Prof. Dr. Afonso Armando Konzen – FMP-RS
Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz – UNISINOS
Prof. Dr. David Léo Levisky – SBP-SP
Profa. Dra. Denise Falcke – UNISINOS
Profa. Dra. Fernanda Frizzo Bragato – UNISINOS
Prof. Dr. Guilherme de Azevedo – UNISINOS
Prof. Dr. Marcos Rolim – IPA
Profa. Dra. Maria Palma Wolff – PUCRS

ihu.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

 UNISINOS



Outras edições em www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-anteriores



Gênero e violência - Um debate sobre a vulnerabilidade de mulheres e LGBTs

Edição 507 – Ano XVII – 15-6-2017

“A discussão sobre gênero, sexualidade e identidade se intensificou no final do século 20. Em conexão a esses temas cada vez mais em voga, há uma questão que merece destaque por evidenciar a vulnerabilidade das pessoas envolvidas: a violência que decorre do gênero. A esse assunto a revista IHU On-Line dedica esta edição”.



Desejo e violência

Edição 298 – Ano IX – 22-7-2009

“O laço que une a violência com o direito universal ao desejo é o tema de capa da IHU On-Line desta semana. A presente edição constitui-se num subsídio para os debates do Colóquio Internacional A ética da psicanálise: Lacan estaria justificado em dizer “não cedas de teu desejo”? [ne cède pas sur ton désir?], realizado em agosto de 2009, numa promoção do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em parceria com, entre outros, a Association Lacanienne Internationale - ALI, Escola de Estudos Psicanalíticos - EEP e o Laboratório de Filosofia e Psicanálise, do PPG em Filosofia da Unisinos.



Jovens, violência e mídia: construções de significados

Edição 82 – Ano III – 3-11-2003

Esse número da IHU On-Line traz novamente um tema relacionado aos jovens, num ano em que o assunto sobre o nomadismo das novas gerações estava em voga. Assim, a edição se debruça no debate sobre o desafio da violência juvenil e o modo como ela é tratada pela mídia.



XVIII Simpósio Internacional IHU
A virada profética de Francisco.
Possibilidades e limites para o futuro da
Igreja no mundo contemporâneo

21 a 24 de maio de 2018
Local: Unisinos | Campus Porto Alegre

Mais informações em ihu.unisinos.br

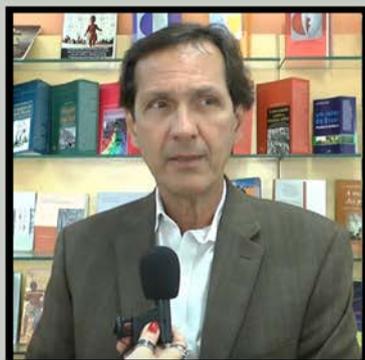


**Trajetória da desigualdade econômica
no Brasil contemporâneo e possibilidades
de superação**

Profa. Dra. Marta Arretche – USP

02 de abril de 2018 (segunda-feira) | 19h30min às 22h
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br



**Novos desenvolvimentismos
no Brasil. Tendências e
desafios para a economia
brasileira**

**Prof. Dr. Ricardo de Medeiros
Carneiro – Unicamp – SP**

09 de abril de 2018 (segunda-feira) | 19h30min às 22h
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br



ihu.unisinos.br | ihuonline.unisinos.br



twitter.com/_ihu



bit.ly/faceihu



bit.ly/instaihu



bit.ly/youtubeiHU



medium.com/@_ihu